



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA**

**EVOLUÇÃO, DECOMPOSIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA
POBREZA NO BRASIL, PERÍODO 1995-2004**

SABRINA FARIA DE QUEIROZ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Q38e Queiroz, Sabrina Faria de, 1983-
Evolução, decomposição e caracterização da pobreza no
Brasil, período 1995-2004 / Sabrina Faria de Queiroz. -
2008.

102 f. : il.

Orientador: Henrique Dantas Neder.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.

1. Pobreza - Brasil - Teses. I. Neder, Henrique Dantas.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Economia. III. Título.

CDU:

330.564.053.3(81)

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

SABRINA FARIA DE QUEIROZ

**EVOLUÇÃO, DECOMPOSIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, PERÍODO 1995-2004**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia.

Área de concentração: ECONOMIA APLICADA.

Orientador: Prof. Dr. HENRIQUE DANTAS
NEDER.

Uberlândia
2007

Dissertação defendida e aprovada em 13 de dezembro de 2007, pela banca examinadora

Prof. Dr. Henrique Dantas Neder (IE/UFU)

Prof. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto (Unioeste- Paraná)

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento (IE/UFU)

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia – IE/UFU

*Dedico este trabalho aos meus pais, Jerônimo e Vanda, pela paciência, apoio, carinho
confiança e dedicação.*

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é para mim o fruto de uma longa caminhada. Caminhada que teve início aqui mesmo na Universidade Federal de Uberlândia-UFU.

Agradecer aos que me ajudaram ao longo desta caminhada não é tarefa fácil, nem justa. Não é fácil e nem justo porque ao agradecer arriscamo-nos a não encontrar as palavras das quais precisamos e tão intensas quanto queremos, talvez pelo simples fato de elas não existirem.

Agradeço em primeiro lugar à Deus, pelas oportunidades concedidas na minha vida.

Para agradecer aos meus pais as palavras parecem insuficientes. Dizer-lhes obrigado, parece tão pouco perante tudo que eles foram e me proporcionaram durante esses anos de caminhada. Resta agora compensá-los através do meu esforço em conseguir me realizar profissionalmente.

Obrigada pai e mãe pelo apoio, pela paciência, compreensão, confiança e por acreditarem que hoje eu estaria chegando a mais esse ponto da minha caminhada, que não é o fim, mas o começo de um outro longo percurso.

Às minhas irmãs, **Érica** e **Vanessa**, que mesmo muito longe, também acreditaram no meu potencial e me apoiaram muito durante esses anos.

Aos meus sobrinhos **Gilvagner Filho** e **Maria Izabel** que me consolavam nas horas de aflições e me alegravam.

Aos meus cunhados **Adão** e **Gilvagner** que me deram força e acreditaram que eu iria conseguir chegar ao fim de mais essa jornada.

Ao meu namorado **Heitor Benati**, que apareceu na minha vida no momento crucial e definitivo dessa caminhada, me incentivando e estimulando a correr atrás dos meus objetivos.

Agradeço, particularmente, a algumas pessoas pela contribuição direta na construção deste trabalho:

Ao professor **Henrique Dantas Neder**, que já me orientava no curso de graduação, sem saber que seria meu braço direito na construção desse trabalho. No mestrado sua disciplina também foi essencial para a concretização dessa dissertação. Obrigada, pela paciência e pela compreensão, e claro pela orientação ao nosso trabalho.

Aos amigos que junto comigo perderam noites de sono estudando desde a graduação, em especial agradeço ao **Marcus Tiago, Fernanda e Ana Carla**.

Obrigada também aos amigos que me deram apoio no laboratório, ouviram minhas angústias e minhas alegrias, em especial, ao **César Piorski, Henrique Barros, Júnior César Dias e Karine Obalhe**.

A vida é para nós o que concebemos dela. Para o rústico cujo campo lhe é tudo, esse campo é um império. Para o César cujo império lhe ainda é pouco, esse império é um campo. O pobre possui um império; o grande possui um campo. Na verdade, não possuímos mais que as nossas próprias sensações; nelas, pois, e não no que elas vêem, temos que fundamentar a realidade da nossa vida.

(Fernando Pessoa)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto geral de estudo a pobreza no Brasil. Os objetivos específicos são de avaliar a evolução de alguns indicadores de pobreza bem como realizar a caracterização de acordo com recortes geográficos e populacionais e decompor a pobreza em seus determinantes crescimento e redistribuição de renda entre os anos de 1995 (pós-implementação do Plano Real) e 2004. A análise é feita através do cálculo de índices de pobreza utilizando-se a abordagem monetária, de acordo com a qual a pobreza é avaliada como insuficiência de renda. Apesar de nos últimos anos ter ganhado impulso a abordagem multidimensional da pobreza, de acordo com a qual a pobreza é definida como carência de capacidades, sendo classificados como pobres, aqueles indivíduos que não possuem as capacidades básicas para operarem no meio social, no presente estudo a pobreza foi analisada apenas pelo seu lado monetário. Sendo assim, a renda foi tomada como uma *proxy* das necessidades mínimas. Por ser uma análise exploratória não foram pré-definidas hipóteses. Os resultados indicaram redução da pobreza nas áreas rurais que se apresentaram estratégicas para a implementação de políticas de combate e redução da pobreza e também porque se apresentaram bastantes sensíveis às variações no crescimento e na distribuição de renda quando foi feita a análise de decomposição para as regiões sudeste e nordeste. Além disso, a pobreza apresentou-se mais marcante entre a população mais jovem assim como entre as famílias mais jovens que, portanto, também devem ser alvo das políticas sociais.

Palavras-chave: Brasil, Pobreza e Indicadores de Pobreza.

ABSTRACT

This work has poverty in Brazil as its general objective of study. The specific objectives are: a) to evaluate the evolution of some poverty indicators; b) to characterize the poverty according to geographic and population features; c) to analyze poverty according to its determinants: 'growth' and 'income redistribution', between 1995 (post-implementation of *Plano Real*) and 2004. The analysis is carried out with the calculation of poverty indexes. The monetary approach was used according to which poverty is assessed as an income shortage. Although poverty multi-dimensional approach has become stronger in recent years, poverty was analyzed in this study only according to its monetary side. According to that approach poverty is defined as lack of capacities, being classified as poor those who do not have the basic capacities to work in the social medium. Therefore, income was taken as a *proxy* of minimum necessities. Hypotheses were not pre-defined due to the exploratory character of the analysis. The results indicate a reduction in poverty in rural areas that are strategic to the introduction of policies that fight against poverty as well as against its reduction. Those areas also presented themselves quite sensible to variations in growth and income distribution when of the analysis done for the southeast and northeast regions. Besides, poverty was significant among youngsters as well as among younger families that also have to be an aim of social policies.

Keywords: Brazil, Poverty and Poverty Indicators.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Índices FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) para as Regiões do Brasil (%) - 1995	51
GRÁFICO 2: Índices FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) para as Regiões do Brasil (%) - 2004.....	52
GRÁFICO 3: Índices FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) para as Unidades da Federação do Brasil (%) – 1995.....	53
GRÁFICO 4: Índices FGT (FGT0, FGT1 E FGT2) para as Unidades da Federação do Brasil (%) – 2004.....	54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Indicadores de Pobreza para as Áreas Censitárias - Brasil (1995/2004).....	40
TABELA 2: Proporção de Domicílios com Renda <i>Per capita</i> de até 1/2 Salário Mínimo nas Regiões Metropolitanas do Brasil - % (1995, 2003 e 2004).....	43
TABELA 3: Indicadores de Pobreza para as Áreas Urbana e Rural - Brasil (1995/2004)	44
TABELA 4: Evolução da Participação na Pobreza Total do Brasil Segundo Estratos - 1992, 2003 e 2004.....	45
TABELA 5: Indicadores de Pobreza por Situação Censitária (Áreas Urbanas)- Brasil (1995/2004)	46
TABELA 6: Indicadores de Pobreza por Situação Censitária (Áreas Rurais) - Brasil (1995/2004)	47
TABELA 7: Indicadores de Pobreza para as Regiões - Brasil (1995/2004).....	49
TABELA 8: Proporção de Pobres de 1995 a 2004.....	53
TABELA 9: Indicadores de Pobreza para os Estados da Região Norte (1995/2004)	55
TABELA 10: Indicadores de Pobreza para os Estados da Região Nordeste (1995/2004)	57
TABELA 11: Indicadores de Pobreza para os Estados da Região Sudeste (1995/2004)	59
TABELA 12: Indicadores de Pobreza para os Estados da Região Sul (1995/2004).....	61
TABELA 13: Indicadores de Pobreza para os Estados da Região Centro-Oeste (1995/2004)	62
TABELA 14: Indicadores de Pobreza por Grupo de Idade - Brasil (1995/2004)	64
TABELA 15: Indicadores de Pobreza por Tipo de Família - Brasil (1995/2004)	67
TABELA 16: Indicadores de Pobreza por Gêneros - Brasil (1995/2004)	69
TABELA 17: Elasticidade dos Índices da Classe FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) em Relação ao Crescimento da Renda para as Regiões Nordeste e Sudeste (1995/2004) ...	71
TABELA 18: Elasticidade dos Índices da Classe FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) em Relação ao Índice de Gini para as Regiões Nordeste e Sudeste (1995/2004).....	73
TABELA 19: Decomposição da Pobreza entre Componentes de Crescimento e Redistribuição de Renda p/ Alfa = 0 (1995-2004)	75
TABELA 20: Decomposição da Pobreza entre Componentes de Crescimento e Redistribuição de Renda p/ Alfa =1 (1995-2004)	78

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Diferenças entre as abordagens de pobreza	20
QUADRO 2: Notações básica do software – DAD.....	35

SUMÁRIO

Resumo.....	viii
Abstract.....	ix
Lista de Gráficos.....	x
Lista de Tabelas.....	xi
Lista de Quadros.....	xii
INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO 1: AS DISTINTAS ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITOS REFERENTES À POBREZA	6
1.1- A Abordagem Monetária de Pobreza.....	6
1.2- A Abordagem das Necessidades Básicas.....	10
1.3- A Difusão da Abordagem Multidimensional de Pobreza e o Método das Capacitações.....	11
1.3.1- A Importância da Liberdade de Escolha para o Desenvolvimento Econômico dentro da Abordagem das Capacitações	18
1.4- A Importância e a Definição de Indicadores Sociais.....	20
CAPÍTULO 2: NOTAS METODOLÓGICAS	23
2.1- A Amostra da PNAD	23
2.2- O Estabelecimento das Linhas de Pobreza.....	26
2.3- Os Indicadores de Pobreza	30
2.4- O Cálculo dos Indicadores de Pobreza	32
2.5- O Cálculo dos Determinantes das Variações da Pobreza	34
CAPÍTULO 3: ANÁLISE EMPÍRICA DA POBREZA	39
3.1- Estimativa de Alguns Índices de Pobreza para o Brasil (1995-2004)	40
3.2- Estimativas dos Determinantes de Variações na Pobreza para as Regiões Nordeste e Sudeste (1995 e 2004).....	71
CONCLUSÃO.....	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
ANEXOS: LINHAS DE POBREZA:1995 E 2004	89
Anexo A1: Linhas de Pobreza (Valores em R\$ "per-capita" /por mês) setembro de 1995.....	89
Anexo A2: Linhas de Pobreza (Valores em R\$ "per-capita" /por mês) setembro de 2004.....	90

INTRODUÇÃO

Pobreza é um termo bastante difícil de ser definido. Não existe uma definição inequívoca e universal para tal expressão, além disso, a pobreza é um fenômeno bastante complexo. Simplificadamente pode-se dizer que pobreza corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras. Ou seja, pobreza associa-se à ocorrência de alguma carência relativa aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos.

Nos últimos anos cresceu bastante o número de estudos voltados para a análise dinâmica da pobreza. Esse crescente número de trabalhos utiliza-se das mais variadas abordagens e metodologias de mensuração. Dentre estas abordagens a mais utilizada e difundida é a abordagem monetária de pobreza. De acordo com esta a pobreza é considerada na sua dimensão particular de insuficiência de renda. Para medir a pobreza utilizando esse método é necessário definir uma renda monetária que determina um limite separador entre pobres e não pobres, chamada linha de pobreza.

No pólo oposto encontra-se a abordagem de pobreza relativa e multidimensional surgida mais recentemente. Nessa abordagem a pobreza é descrita como um fenômeno complexo e multifacetado que contempla dimensões constituintes importantes do bem-estar individual. Sobre as dimensões relevantes para essa abordagem ainda não existe consenso, apenas está definido que há uma série de direitos considerados fundamentais, aos quais todos os seres humanos deveriam ter acesso como condição mínima para uma vida digna.

No presente trabalho optou-se pela abordagem monetária. O seu uso é justificado pela instrumentalidade da renda *per capita* em servir de *proxy* do nível de bem-estar dos indivíduos. A partir da renda foram calculados os indicadores de pobreza tentando traçar um perfil da pobreza no Brasil no período entre 1995 e 2004. Além disso, analisaram-se os determinantes principais das variações na pobreza para as regiões Nordeste e Sudeste, através de cálculos de decomposição.

Dessa forma, foi necessário estabelecer um limite mínimo de renda denominado linha de pobreza, abaixo do qual os indivíduos são classificados como pobres. Neste caso, a linha de pobreza baseou-se na renda suficiente para a satisfação de algumas necessidades básicas.

A renda necessária à satisfação das necessidades mínimas energéticas (em termos de calorias) para a reprodução individual ou da família é denominada Linha de Indigência. Esse valor estabelecido é então convertido em alimentos e posteriormente em valores monetários. A linha de indigência é a quantidade de moeda para a compra desses produtos. Para se obter a linha de pobreza aplica-se o multiplicador de “Engel”¹ à linha de indigência, ajustado para incorporar os gastos com habitação, transporte e vestuário.

No presente trabalho foram utilizadas mais de uma linhas de pobreza. Tais parâmetros foram buscados no trabalho de ROCHA (1996; 2000). Ela estabelece linhas de pobreza diferentes para cada uma das regiões metropolitanas e não-metropolitanas, bem como para as áreas rurais e urbanas, tentando captar as diferenças nos preços de cada uma destas áreas.

Em relação ao período de análise do trabalho, o ano de 1995 foi escolhido como ponto inicial porque o ambiente macroeconômico já se apresentava mais estável, uma vez que o Plano Real, implementado no ano anterior, já tinha apresentado seus resultados, principalmente no que se refere ao controle da inflação.

O ano de 2004, por outro lado, foi tomado como ponto final da análise por ser o último ano para o qual o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) havia divulgado os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) até o momento de definição do projeto deste trabalho.

È sabido que estudos empíricos apresentam bastantes limitações, porém são muito úteis por ilustrarem uma dada situação ou evolução desta, neste caso, da pobreza. As estimativas dos índices de pobreza forneceram indicações a respeito do perfil da pobreza no Brasil muito relevantes. Além disso, foi possível observar os impactos do crescimento da renda, bem como da distribuição de renda sobre a pobreza em cada área (metropolitana, não-metropolitana, urbana e rural) do Nordeste e Sudeste do Brasil, escolhidas por serem as regiões que apresentam maiores diversidades em termos de renda e pobreza entre si.

Os indicadores de pobreza escolhidos constituem a classe de índices paramétricos conhecida como Índices FGT, propostos por FOSTER, GREER & THORBECKE (1984). Os índices pertencentes a essa família são a Proporção de Pobres (FGT_0), o Hiato de Pobreza (FGT_1) e o Hiato de Pobreza ao Quadrado (FGT_2). A

¹ O multiplicador de Engel é o inverso do coeficiente de Engel, que por sua vez refere-se à relação entre despesas alimentares e despesas totais.

grande vantagem deste grupo de medidas é que são aditivamente separáveis e considerados em conjunto cumprem com o axioma de monotonicidade² em subgrupos, o qual é primordial em análises de perfis de pobreza.

Além do cálculo de alguns indicadores de pobreza para vários grupos demográficos e recortes geográficos do Brasil também foi realizado para as regiões Nordeste e Sudeste o cálculo da decomposição da pobreza em seus determinantes, crescimento e redistribuição, como já foi dito.

Essa decomposição se justifica uma vez que ao analisar a pobreza pela dimensão monetária, os dois fatores aos quais ela (a pobreza) se mostra sensível são o crescimento da renda e a sua redistribuição. São dessa forma, esses também os focos das políticas públicas. Para determinar a sensibilidade relativa da pobreza a cada uma destas variáveis (crescimento e redistribuição) é necessário avaliar seu impacto relativo sobre o grau de pobreza.

No mesmo sentido, esses cálculos foram realizados, pois, apesar de não ser do escopo desse trabalho analisar as melhores políticas de combate a pobreza, a escolha desse leque de políticas depende do conhecimento de dois parâmetros: o conjunto de políticas disponíveis, traduzidas em termos de seus impactos sobre o crescimento econômico, o grau de desigualdade e as estimativas da importância relativa do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre o grau de pobreza. Estas estimativas foram obtidas, pois elas informam sobre o que é desejável no âmbito de políticas sociais.

Reconhece-se, portanto, a importância de análises empíricas e de estudos sobre a pobreza que se utilizam do critério da renda e possibilitam a descrição de características de subpopulações pobres específicas além de fornecer subsídios para a implementação de políticas antipobreza justificando-se, então a pesquisa realizada. O objetivo principal do trabalho foi de traçar um perfil e reconhecer tendências na pobreza para o período entre 1995 e 2004, no Brasil.

Não foram formuladas hipóteses visto que o trabalho se trata de uma análise exploratória. Assim sendo, no primeiro capítulo procurou-se construir um arcabouço

² O axioma da monotonicidade estabelece que o indicador de pobreza deve incrementar-se quando a renda de uma pessoa pobre se reduz. O indicador percentual de pobres sobre a população total (FGT_0) é insensível ao nível de renda dos pobres. Desde que se estabelece o número de pobres esse percentual não se altera frente uma redução da renda deles. Ou seja, o axioma da monotonicidade não é cumprido por esse indicador.

teórico a respeito do tema pobreza discutindo as diversas abordagens existentes bem como a definição de alguns conceitos importantes para a discussão desse tema.

No capítulo seguinte foi definida a metodologia utilizada para a obtenção das estimativas, e os instrumentos utilizados para realização dos cálculos.

Por fim, no capítulo três estão expostas as estimativas e as discussões a respeito delas, bem como hipóteses a respeito dos possíveis fatores que explicam as variações na pobreza.

CAPÍTULO 1: AS DISTINTAS ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITOS REFERENTES À POBREZA

Tratar do tema pobreza é algo bastante complexo e controverso, essa complexidade se deve ao fato de o conceito de pobreza ser muito relativo. Existem vários enfoques sobre este tema, entendendo por enfoque o conjunto de pressupostos conceituais que informam a visão sobre a pobreza. Por isso, o processo de análise é muito complexo e comporta variadas formas de interpretação.

As diferentes abordagens referentes a pobreza acarretam diferenças na identificação de quem são os pobres, gerando implicações para políticas públicas (LADERCHI & STEWART, 2003, apud CARNEIRO, 2005). Isso porque a focalização das pessoas a serem beneficiadas pelas políticas públicas de combate à pobreza relaciona-se diretamente com a concepção de pobreza adotada. Geralmente a abordagem vem acompanhada de propostas para solução do problema juntamente com suas definições.

Sendo assim é preciso bastante cuidado na escolha dos indicadores, pois são estes os instrumentos utilizados para a obtenção das estimativas e que irão traçar o perfil e delimitar o foco de ação das políticas de combate e/ou amenização da pobreza.

Diante da importância dos indicadores sociais como instrumento de mensuração da pobreza e responsáveis por construir um desenho da situação social de um dado território e considerando que existem diversos métodos para avaliar a pobreza assim como diversas formas de interpretar e abordar o tema (pobreza), neste primeiro capítulo buscou-se construir um arcabouço teórico, através das diversas abordagens sobre pobreza e exposição de alguns conceitos sobre indicadores sociais com o objetivo de dar sustentação às análises feitas posteriormente.

1.1- A Abordagem Monetária de Pobreza

A vertente dominante sobre o tema pobreza entre os estudiosos é a que trata do tema sob a perspectiva monetária. Essa abordagem monetária da pobreza foi assim denominada pelo fato de que a renda e o consumo dos indivíduos e domicílios são as variáveis básicas para a concepção e mensuração da pobreza. Desse modo, são

considerados pobres aqueles que não tem um nível de renda suficiente para satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência, absoluta ou relativamente determinadas.

Essa abordagem da pobreza como insuficiência de renda surgiu no século XIX com os trabalhos de Booth, em Londres e de Rowntree no começo do século XX em New York. Booth definiu 8 classes sociais, das quais 4 eram de pobres, diferente de Rowntree que definiu duas classes de pobres apenas. A primeira classe de pobres definida por Rowntree (*primary poverty*) era estimada de forma monetária, utilizando-se uma linha de pobreza determinada de acordo com a quantidade suficiente para adquirir nutrientes, roupas e pagar o aluguel. A segunda categoria definida (*secondary poverty*) era de caráter subjetivo, visto que eram classificados como pobres os indivíduos avaliados pelos entrevistadores como pessoas necessitadas (MACHADO, 2007).

Estudos como os de Rowntree apresentam bastantes semelhanças em relação às abordagens contemporâneas, no sentido em que adotam uma perspectiva objetiva de mensuração da pobreza. As pesquisas eram feitas por indivíduos externos ao fenômeno e a abordagem era individualista (LADERCHI; STEWART, 2003, apud MACHADO, 2007).

Além disso, a mensuração da pobreza era feita, no século XX convertendo-se em termos monetários certas necessidades consideradas mínimas, sendo a renda uma *proxy* dessas necessidades. Esses valores considerados mínimos constituíam as denominadas Linhas de Indigência e de Pobreza utilizadas até hoje. As linhas de indigência foram definidas nos trabalhos de Rowntree como o valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos contendo uma quantidade calórica mínima à sobrevivência e a Linha de Pobreza seria o valor da Linha de Indigência acrescido do montante monetário capaz de arcar com despesas básicas de transporte, vestuário e moradia (LOPES, MACEDO & MACHADO, 2003, p.7).

Ainda hoje a definição de pobreza como insuficiência de renda é muito utilizada. Estas medidas absolutas de pobreza (linhas de pobreza) permitem a identificação do contingente de pobres de um país. Assim, um indivíduo é classificado como pobre se a sua renda ou seus gastos são inferiores ao valor determinado pelas linhas de pobreza. Tais indicadores são importantes, pois ressaltam a falta de recursos necessários à reprodução do ser humano, até mesmo a física. (LOPES, MACEDO & MACHADO, 2003, p.8).

A abordagem monetária ainda inclui os indicadores de pobreza relativos, que situam o indivíduo na sociedade. Nesse contexto, são considerados pobres indivíduos com rendas inferiores a 40, 50 ou 60% da renda mediana ou média.

Como já foi visto, a renda é a principal variável utilizada para medir a pobreza. De acordo com BARROS, CARVALHO &, FRANCO (2006), o nível de bem-estar social é determinado pela distribuição dos recursos disponíveis e a renda tem importante papel entre tais recursos. Assim, se os mercados são perfeitos para todos os tipos de recursos, ou seja, se os custos de transação são desprezíveis igualando os preços de compra e venda então, o nível de bem-estar social seria determinado apenas pela distribuição de renda. Dessa forma, apesar de serviços como educação e saúde serem exceções e não constituírem um mercado perfeito, a maioria dos estudos sobre bem-estar social, pobreza e desigualdade tem como suporte para análise somente a distribuição de renda.

“Essa preponderância da insuficiência de renda se deve ao menos a dois fatores. Em primeiro lugar está o fato de que as medidas de pobreza baseadas na insuficiência de renda são naturalmente escalares. Em segundo, como é comum que as famílias acessem os bens e serviços que determinam seu bem-estar através de mercados, e para participar deles é preciso que tenham recursos monetários, segue-se que a insuficiência de renda acaba sendo um dos principais determinantes da carência das famílias e, portanto, um forte candidato escalar para medir a pobreza”. (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

No mesmo sentido, para LADERCHI; STEWART (2003), apud MACHADO (2007) essa preferência em relação à abordagem monetária da pobreza decorre da sua adequação ao postulado da microeconomia de maximização da utilidade. *“De acordo com essa idéia, a mensuração da utilidade seria uma proxy do bem-estar e uma queda a determinado valor mínimo de recursos caracterizaria a pobreza* (MACHADO, 2007).”

Para que essa abordagem da utilidade seja válida, então, bem-estar deve ser definido como utilidade, o gasto monetário deve ser a medida de utilidade, uma redução na utilidade contempla tudo que se entende por pobreza e justifica uma dada linha de pobreza. Os argumentos que justificam essa abordagem são os seguintes:

“Um se refere à existência de certa renda mínima para todos os indivíduos, que os autores dizem ter menos seguidores; o outro está relacionado à adequação deste método como proxy do bem-estar e da pobreza e sua possibilidade de cálculo pelos dados disponíveis, argumento que é contestado por eles e outros pesquisadores, tais como Ravallion (1996), Sen (2000, 2001), Costa (2002a ; 2002b), Szeles (2005) ; Hulme, Moore e Shepherd (2001).” (MACHADO, 2007).

Uma das fragilidades da concepção monetária está no fato de que é impossível definir, de forma não arbitrária e controversa, um nível mínimo abaixo do qual os indivíduos tem sua sobrevivência colocada em risco. Tal nível é sempre construído com base em convenções.

Outra limitação da abordagem monetária deriva da preponderância exclusiva da dimensão econômica da pobreza, esta por sua vez considerada como sinônimo de insuficiência de renda. Sendo assim, a única forma de reduzir a pobreza é simplesmente fornecendo renda para a população pobre. Vale ressaltar também que analisar a renda dos indivíduos comparando-a com o parâmetro estabelecido pela linha de pobreza em um momento do tempo não se permite distinguir pobreza crônica e temporal (CARNEIRO, 2005, p.40).

Da mesma forma, medidas de pobreza que tenham uma abordagem unidimensional relativa à moeda privilegiam somente o mercado, não considerando bens não-monetários, que também afetam a qualidade de vida dos indivíduos. Desse modo a linha de pobreza por si só mostra-se limitada (SALAMA & DESTREMEAU, 1999, apud COMIM & BAGOLIN, 2002). Um exemplo é o fato de que esta medida superestima a pobreza rural, uma vez que a solidariedade é maior no campo do que na cidade, possibilitando uma diminuição da miséria. De acordo com HOFFMANN (2000), as linhas de pobreza por si só apresentam limitadas, pois não consideram efeitos externos produzidos pelo Estado ou pela indústria.

Ainda assim, vale destacar que as possibilidades de cálculo e a difusão dessa metodologia não significam facilidade em medir a pobreza por meio da renda. Diferentes métodos de cálculo do que seja esse mínimo (linha de pobreza) e sua própria definição resultam em uma gama muito grande de estimativas.

Segundo ROCHA (2003) apud MACHADO (2007) apesar dos vários problemas existentes quando se analisa a pobreza como insuficiência de renda, existe uma ampla correlação entre renda e indicadores de bem-estar físico justificando, ainda o uso dessa metodologia. Algumas justificativas para isso é que o Brasil é um país com rendimento *per capita* em um patamar médio considerando o contexto internacional. E, além disso, é um país que pode ser considerado urbano com sua economia praticamente monetizada e, portanto o bem-estar das pessoas está estreitamente vinculado ao nível de sua renda familiar.

1.2- A Abordagem das Necessidades Básicas

Deixando a abordagem unidimensional da pobreza um pouco de lado parte-se agora para a análise de uma concepção que utiliza uma perspectiva teórica mais ampliada tentando avaliar o bem-estar e a pobreza não somente através da renda.

Desde que se reconhece que a verdadeira essência de uma abordagem depende não apenas do que ela considera para avaliação, mas também do que ela ignora justifica-se o entendimento das demais correntes teóricas existentes, pois assim é possível reconhecer os pontos fracos e fortes da concepção utilizada assim como daquelas que foram relegadas.

Sendo assim, a partir das críticas ao enfoque monetarista da pobreza surgiram abordagens mais completas e que sustentam haver variáveis não monetárias que influenciam na condição de pobreza.

A perspectiva das necessidades básicas (*basic needs*) adquiriu destaque na América Latina entre os anos de 1970 e 1980. Nesta abordagem, a classificação de pobre é imputada aos domicílios cujo consumo não atingiu metas especificadas em uma estratégia de desenvolvimento que tivesse como objetivo abolir a pobreza absoluta. Esta abordagem não conduz necessariamente à determinação de um nível mínimo de renda ou gasto, como existe a linha de pobreza para a abordagem monetária. A não satisfação das necessidades básicas classifica o indivíduo como um daqueles para os quais se projetam programas sociais específicos visando resolver-lhes o problema.

Apesar do conjunto das necessidades básicas estar vinculado estritamente à renda, as medidas de pobreza não se limitam a aspectos monetários. As variáveis utilizadas para medir a pobreza são bastante abrangentes e diversificadas, entre as quais se podem citar o acesso aos serviços básicos (educação, saúde, habitação, transporte, etc.), e algumas variáveis qualitativas. Contudo, de acordo com SEN (1993) apud COMIM ET ALL (2006) essa abordagem limitou-se à privação material de acesso a bens e serviços, ou seja, de entitamentos básicos, além de limitar-se à formulação em termos de posse de mercadorias em vez de funcionamentos realizados e capacitações como a abordagem que será vista em seguida (SEN, 1993 apud COMIN ET ALL, 2006).

Na abordagem das necessidades básicas os limites de pobreza são determinados a partir da consideração do que compõe a cesta básica de bens. Estas linhas são construídas a partir do custo de necessidades básicas em nível local ou regional e pela

provisão de bens públicos. As informações necessárias podem ser obtidas através de censos estatísticos, como os calculados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). É importante observar que ao se estimar o custo de uma cesta de bens, os requerimentos nutricionais e de energia são considerados como os mesmos entre indivíduos vivendo sob circunstâncias diferentes.

Vale ressaltar que esse enfoque leva em consideração o fato de que as necessidades básicas são relativas a tempos e lugares e referem-se aos padrões vigentes em cada sociedade considerando também a ocorrência de progresso material, bem como a evolução dos costumes da sociedade que fazem com que novas necessidades passem a ser consideradas básicas.

Enfim, a abordagem das necessidades básicas pode ser comparada à monetária no que diz respeito à priorização da dimensão material da pobreza e pelo fato de que as duas concepções utilizam a visão de um ponto mínimo social para separar os pobres dos não pobres. Contudo, a renda deixa de ser a medida de pobreza, e a qualidade e condição de vida passam a ser o objeto principal de análise, o que evidencia a incorporação inicial da concepção multidimensional de pobreza, sendo que tal abordagem pode ser tomada como a transição para a abordagem multidimensional.

1.3- A Difusão da Abordagem Multidimensional de Pobreza e o Método das Capacitações

Segue-se nesta seção uma discussão a respeito das tentativas de construção de um indicador multidimensional de pobreza. Analisa-se o percurso até a construção da Abordagem das Capacitações com o objetivo de construir um quadro comparativo entre as diversas perspectivas teóricas consideradas.

A partir da década de 1980 novos debates vieram à tona e uma nova forma de analisar e medir a pobreza surgiu. Este novo grupo de medidas está baseado no conceito de Desenvolvimento Humano, que parte do pressuposto de que para se alcançar o avanço de uma população é necessário considerar não apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida.

O paradigma do desenvolvimento humano é fundamentado teoricamente com base na Abordagem das Capacitações (que será detalhada mais adiante) e teve como colaboradores Amartya Sen e Mahbub ul Haq. Este novo modo de pensar representou

um avanço em relação às abordagens convencionais de desenvolvimento limitado em crescimento econômico e de pobreza baseada apenas em termos monetários.

Nos Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), foi mostrada uma perspectiva do desenvolvimento humano em dois níveis: apresentação de uma variedade de informações relevantes em detalhes e fornecimento de um quadro resumido de alguns dos principais componentes do desenvolvimento humano através de um índice que fosse uma alternativa às medidas tradicionais de concentração do PIB às medidas padrões de desenvolvimento econômico e de privação.

Assim, na década de 1990 através de um impulso maior e com grande apoio de agências oficiais como o PNUD e o Banco Mundial foram criados indicadores que contemplam esse quadro resumido dos componentes do desenvolvimento humano. Entre esses índices destacam-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e suas derivações como os Índices de Pobreza (IPH).

O IDH é uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano e um passo importante no sentido de construção de indicadores multidimensionais. De acordo com SEN (2000), o IDH ao invés de concentrar-se somente em uma medida única e tradicional do progresso econômico, tal como o PIB *per capita*, fez um exame sistemático, com riqueza de informações sobre como os seres vivos vivem em cada sociedade.

Esse índice foca-se em três elementos, quais sejam, longevidade, conhecimento e um padrão digno de vida. Para medir a longevidade utilizam-se dados a respeito da esperança de vida ao nascer. Já a educação é medida utilizando-se o índice de alfabetização de adultos (maiores de 15 anos) com ponderação de 2/3 e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino (básico, médio e superior) para a população de 7 a 22 anos com ponderação de 1/3. E por último, utiliza-se o PIB real *per capita* em dólares PPC (Paridade Poder de Compra) para medir o padrão digno de vida (PNUD, 1997). O IDH varia entre zero (nenhum desenvolvimento humano) e um (total desenvolvimento humano).

Os defensores desse indicador argumentam que ele é mais consistente e amplo que o PIB e mais completo e útil para as decisões e políticas públicas. Além disso, o IDH captura melhor os aspectos da renda, já que trabalha mais eficientemente do que medidas baseadas em médias.

Os críticos ao IDH argumentam que ele não retrata exatamente a idéia de desenvolvimento humano, uma vez que aborda apenas a esfera sócio-econômica da vida em detrimento das esferas política e civil. Existem críticas quanto à má qualidade dos dados utilizados e a debilidade de como esse índice reflete problemas de agregação, além do fato de que no Brasil, por exemplo, o indicador de educação que compõe o IDH pode não refletir de forma adequada a situação desse setor. O número de crianças matriculadas é bastante considerável, contudo, a qualidade de ensino é muito ruim no país.

Além do IDH, foram também criados outros índices tentando analisar as condições de vida e bem-estar dos indivíduos através de uma abordagem multidimensional, entre eles encontram-se os IPHs. Essa classe de índices será detalhada pelo fato de o trabalho desenvolvido ter como foco a pobreza.

Os IPHs medem as carências no desenvolvimento humano básico em três dimensões, assim como o IDH. Estas dimensões contemplam o percentual de pessoas cuja expectativa de vida não atinge os 40 anos, o percentual de adultos analfabetos e o estabelecimento de condições econômicas para um padrão de vida aceitável. Esse padrão de vida aceitável é medido em termos do percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde e água potável e do percentual de crianças menores de cinco anos com peso insuficiente.

Como existem divergências em relação às condições de pobreza e ao que caracteriza a pobreza entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; o IPH foi decomposto em dois índices. O IPH-1 mede a pobreza dos países em desenvolvimento considerando as variáveis consideradas acima.

Ao contrário, o IPH-2 mensura a pobreza nos países industrializados e utiliza a exclusão social além das variáveis gerais que foram citadas e consideradas no IPH-1, porém com ajustes. As variáveis ajustadas ficam da seguinte forma: percentual de pessoas cuja expectativa de vida não atinge 40 anos; o percentual de pessoas que a habilidade de ler e escrever está longe do nível adequado; o percentual de pessoas com renda disponível menor que 50% da média e o desemprego de longo prazo (12 meses ou mais).

A PNUD reconhece que apesar de os IPHs constituírem índices amplos de pobreza ainda são medidas insuficientes, já que a pobreza humana é mais ampla do que qualquer medida particular. Por limitação de dados ou pela dificuldade de mensuração, medidas importantes da pobreza humana como falta de liberdade política, incapacidade

de participar da tomada de decisão, falta de segurança pessoal, incapacidade de participar da vida comunitária e ameaças à sustentabilidade estão excluídas do âmbito do IPH. Apesar disso, hoje, tais índices (IPHs) competem pela superioridade em classificar países e regiões quanto ao progresso e retrocesso em relação ao combate à pobreza, com os indicadores que se baseiam na insuficiência de renda.

Como já foi dito anteriormente o conceito de desenvolvimento humano está fundamentado na Abordagem das Capacitações, mas o que são as “capacitações”? O conceito de capacitações foi criado pelo economista e filósofo indiano Amartya Kumar Sen (2000). A abordagem derivada desse conceito pode ser explicada pela condição do indivíduo para realizar funcionamentos (*functionings*), ou seja, a pobreza é explicada pela carência de capacitações básicas para o indivíduo funcionar.

Mas o que são esses funcionamentos? Tais funcionamentos são os feitos ou realização de uma pessoa, o que o indivíduo administra fazer ou ser. Ainda assim, o termo funcionamentos constitui-se das atividades de um indivíduo e condição de vida, como por exemplo, ter boa saúde, estar bem abrigado, mover-se livremente, estar empregado, ser educado.

Capacitação, contudo, é uma noção derivada e contém as várias funções que o indivíduo pode realizar como, por exemplo, a liberdade de escolha da pessoa entre diferentes modos de vida. Dentro dessa perspectiva o desenvolvimento é obtido através da ampliação das capacidades humanas (SEN, 2000, p. 78-81). Resumindo, pode-se dizer que os funcionamentos representam o que a pessoa é realmente capaz de fazer enquanto que as capacitações referem-se às reais oportunidades, ou seja, às coisas as quais a pessoa é substantivamente livre para fazer.

Nesse contexto, o padrão ou qualidade de vida passaram a ser medidos não pela posse de um conjunto de bens, e nem pela utilidade desses bens. As capacitações dos indivíduos de operarem no meio social e alcançar níveis de realizações e utilizar o conjunto de bens para obter satisfação ou felicidade o que independe do nível de renda que estes indivíduos possuem é a nova medida de qualidade de vida.

Assim, o bem-estar de um indivíduo passa a ser analisado baseando-se na liberdade que ele tem para seguir a vida com base naquilo que ele é capaz de ser e de fazer, surgindo a partir de então uma definição alternativa de pobreza. Tal definição possui uma base informacional mais ampla do que aquela utilizada na abordagem monetária clássica, uma base por natureza multidimensional. Como já foi visto, a pobreza passa a ser definida como carência de capacidades, sendo classificados como

pobres, aqueles que não possuem as capacidades básicas para operarem no meio social. A variável renda apenas permite realizar as capacitações, contudo o principal é capacidade (DUCLOS & ARAAR, 2006).

Desde que a pobreza é entendida como falta de certas capacitações para funcionar, vale ressaltar que:

“A abordagem da capacitação para a vantagem de uma pessoa trata de avaliar seu estado em termos de sua habilidade real de alcançar vários funcionamentos de valor como parte do seu viver.” (SEN, 1993, p.30).

A abordagem das capacitações ampliou o espaço informacional das abordagens anteriores, uma vez que definiu como unidade de avaliação da condição de pobreza os funcionamentos. Esta unidade de medida (funcionamentos) contém as unidades das abordagens anteriores (‘opulência’, utilidade, bem primários ou direitos), mas de forma mais abrangente e subjetiva.

Portanto, é a habilidade de um indivíduo para realizar bem sua função em sociedade e fazer a escolha da melhor maneira possível sobre sua condição e qualidade de vida, e o fato de este indivíduo ter a capacidade para desempenhar funcionamentos básicos a fonte para viver bem e não ser pobre ou desprovido. A liberdade de escolha de uma pessoa em viver da maneira que lhe for mais adequada aparece aqui como uma característica constitutiva dessa pessoa. Assim, a capacidade de escolha entre diversos cenários alternativos tem grande valor, contudo somente se o aumento das possibilidades de escolhas gerarem também ampliação da escolhas de valor.

Essa importância da liberdade de escolha acarreta dizer que uma pessoa não será julgada pobre se ela escolher não realizar algum funcionamento. Tal indivíduo deveria ser hábil para realizar ele mesmo sua escolha. É nessa distinção entre resultados e a capacitação para realizar tais resultados que se reconhece a importância da diversidade humana de preferências e individualidade em escolha de determinados funcionamentos. Essa diversidade humana é uma característica importante da Abordagem das Capacitações, com consequência para a identificação de elementos qualitativos da pobreza, de acordo com SEN (2000).

Em relação ao papel relevante da renda dentro da abordagem monetária de pobreza sob a perspectiva absoluta, o que se pode observar ao considerar a Abordagem das Capacitações é que:

“A relação entre renda e capacidade é demasiadamente afetada pela idade da pessoa (necessidades específicas dos idosos e muito jovens), pelos papéis sexuais e sociais (por exemplo, as responsabilidades da maternidade e também as obrigações familiares determinadas culturalmente), pela localização (por exemplo, propensão a inundações ou secas, ou insegurança e violência em alguns bairros pobres e muito populosos), pelas condições epidemiológicas (por exemplo, doenças endêmicas em uma região) e por outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle ou ter um controle apenas limitado. Desvantagens, como idade, incapacidade ou doença, reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda. Além disso, também tornam mais difícil converter renda em capacidade, já que uma pessoa mais velha, mais incapacitada ou mais gravemente enferma pode necessitar de mais renda (para assistência, próteses, tratamentos) para obter os mesmos funcionamentos. Isso implica que a pobreza real (no que se refere à privação de capacidades) pode ser mais intensa do que possa parecer no espaço da renda.” (CRESPO & GUROVITZ, 2002, p.6).

Diante desse fato, vale considerar que na análise da pobreza, a perspectiva das capacitações propicia melhorias no entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e para a liberdade de poder alcançar esses fins.

Contudo, é ainda, bastante complicado mensurar as aptidões dos indivíduos, visto que estas aptidões e a capacitação de cada indivíduo para realizar determinada função não são facilmente inferidas. O indivíduo deve decretar a forma de realização de funcionamentos. A realização destes implica que a pessoa não seja privada de todas as aptidões no espaço, e a impossibilidade em realizar todos os funcionamentos básicos não implica que ele seja privado de aptidão, o que faz com que o monitoramento de funcionamentos e necessidades básicas seja um instrumento imperfeito para a avaliação das aptidões da qual a pessoa não possui.

É importante observar também que existe uma questão de grau de capacitações. O caráter multidimensional da concepção em questão (capacitações) também aumenta problemas de comparabilidade entre dimensões. Como avaliar o bem-estar de alguém que tem a capacitação para realizar dois funcionamentos, mas não três? Que pessoa é necessariamente melhor do que aquela que pode realizar somente um, ou até mesmo nenhum deles? Todas as capacitações têm igual importância quando se avalia o bem-estar? Além disso, vale ressaltar que esta multidimensionalidade traz consigo maiores dificuldades com indicadores que na abordagem monetária, por exemplo. (DUCLOS & ARAAR, 2006)

Ainda, de acordo com DUCLOS & ARAAR (2006):

“In the welfarist approach, the size of the multidimensional budget set is ordinarily summarized by income or total consumption, which can be thought of as a unidimensional indicator of freedom. Although there are many different combinations of consumption and functionings that are compatible with a

unidimensional money-metric poverty threshold, the welfarist approach will generally not impose multidimensional thresholds. For instance, the welfarist approach will usually not require for one not to be poor that both food and non-food expenditures be larger than their respective food and non-food poverty lines. A similar transformation into a unidimensional indicator is more difficult with the capability and basic needs approach.”

Portanto, o processo de mensuração das variáveis consideradas na abordagem multidimensional é bastante complexo, visto que as variáveis são bastante subjetivas. Além disso, o comando sobre muitas capacidades é difícil de ser traduzido em termos de um indicador único, e as "unidades orçamentárias" são dificilmente comparáveis através de funcionamentos tais como uma boa alimentação, literatura, sentimento de respeito próprio e fazer parte da vida da comunidade.

Vale considerar que existem ainda outros problemas relacionados à questão da mensuração do nível de bem-estar individual em termos de funcionamentos. Tais problemas referem-se à ausência de uma unidade de medida estabelecida para cada funcionamento diferente, e problemas de erros de medida.

Mensurar e agregar funcionamentos é mais difícil porque não existe uma escala de mensuração estabelecida para tal (ex.quantidade de ser saudável ou de ter boas condições de moradia), nem existe estimativa relativa entre funcionamentos que podem ser usadas para agregá-las.

Diante da não existência de um consenso na literatura para resolver tal impasse, o que pode ser feito é a construção de alguns índices, como o Índice de Desenvolvimento Humano. Tal índice é calculado de forma a graduar ou classificar cada variável indicando saúde, educação e riqueza material no intervalo de 0-1 com a intenção de mensuração, e calculando a média dessa dimensão da escala para chegar à agregação.

Da mesma forma, é importante destacar que a maioria dos trabalhos é fiel à abordagem clássica de pobreza unidimensional, mesmo reconhecendo que esta é claramente multidimensional. Isto pode ser explicado pelo fato de que existe grande dificuldade em operacionalizar abordagens de cunho multidimensional. Estas utilizam conceitos complexos, tais como liberdade, e muitas tentativas de construir indicadores multidimensionais levaram à conclusão de que a renda era a variável que respondia pela maior parte da variância do indicador dentre as diferentes situações de pobreza, o que conta a favor da renda como aproximação para outras dimensões (LADERCHI, SAITH & STEWART, 2003).

1.3.1- A Importância da Liberdade de Escolha para o Desenvolvimento Econômico dentro da Abordagem das Capacitações

A liberdade de escolha desempenha um papel muito importante a nível individual de acordo com a abordagem das capacidades. No que se refere ao cenário macroeconômico essa importância também continua presente. SEN (2000) apud CRESPO & GUROVITZ (2002, p.8) vê o desenvolvimento como um processo de expansão da liberdade das pessoas. De acordo com ele, para que haja desenvolvimento devem ser removidas as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Essa visão diverge da abordagem monetária uma vez que nesta última o desenvolvimento é alcançado através do aumento do PIB.

Esse processo de desenvolvimento alicerçado na liberdade do agente é garantido, desde que fornecidas as oportunidades sociais adequadas e os indivíduos puderem escolher o seu próprio destino. De acordo com esse pensamento as capacidades das pessoas podem ser aumentadas por meio das políticas públicas e estas podem ser influenciadas pelas capacidades participativas do povo.

SEN (2000) apud CRESPO & GUROVITZ (2002, p.8) cita ainda cinco tipos de liberdades importantes para o desenvolvimento: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

- Liberdades políticas relacionam-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar os governantes baseados em princípios, podendo fiscalizar e criticar as autoridades, e ainda liberdade de expressão política, etc.

- As facilidades econômicas referem-se às oportunidades dos indivíduos em utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Com o desenvolvimento econômico aumenta também as oportunidades dos indivíduos de realizar essas operações o que aumenta também a renda e a riqueza de um país, que por sua vez reflete aumento daquelas operações.

- Oportunidades sociais são aquelas relacionadas à melhoria nas condições de vida da sociedade que podem ser nas áreas de educação, saúde, etc. Tais facilidades são relevantes porque possibilitam uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas.

- Liberdade nas interações sociais que enfatiza a relação de confiança entre indivíduos na sociedade, um tipo de liberdade instrumental que pode fornecer garantias atuando como inibidoras da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.

Por último, independente da forma de operação do sistema econômico, para evitar uma grande privação dos indivíduos diante da instabilidade e vulnerabilidade deve haver a segurança protetora para impedir que a população afetada seja reduzida à miséria absoluta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. O que pode ser evitado através das disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentar para os indigentes, bem como, por exemplo, a distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados.

Tais liberdades instrumentais alimentam-se e reforçam-se, segundo SEN (2000) apud CRESPO & GUROVITZ (2002, p.8), é o crescimento econômico que tem de ser julgado não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais que ele pode estimular. Da mesma forma, a criação de oportunidades sociais, por meio de serviços como educação pública, saúde e uma imprensa livre, pode contribuir para o desenvolvimento econômico e para uma redução relevante das taxas de mortalidade. A educação básica especializada na alfabetização e escolaridade de mulheres pode influenciar as taxas de fecundidade.

As seções 1.1, 1.2 e 1.3 foram necessárias desde que permitiram a compreensão de abordagens alternativas à concepção monetária de pobreza. Além disso, foi possível perceber que todas as concepções apresentam limitações, seja no aspecto teórico, metodológico ou nas técnicas de mensuração das variáveis. As principais distinções em relação às três abordagens consideradas podem ser vistas no quadro abaixo:

QUADRO 1: Diferenças entre as abordagens de pobreza

	Abordagem Monetária da Pobreza	Abordagem das Necessidades Básicas	Abordagem das Capacitações
Abordagem	Unidimensional	Multidimensional	Multidimensional
Variáveis Relevantes	Quantitativas	Quantitativas Qualitativas	Quantitativas Qualitativas
Principal variável	Renda	Posse de mercadorias e acesso a serviços básicos.	Capacitações e Funcionamentos
Forma pela qual o desenvolvimento é obtido	Expansão do PIB per-capita	Expansão do PIB per-capita e melhoria nas condições de vida dos indivíduos não apenas em termos monetários, mas também acesso a educação, saúde, etc.	Aumento das capacitações

Org: QUEIROZ, Sabrina

1.4- A Importância e a Definição de Indicadores Sociais

Diante das constatações de que existem grandes divergências nas condições sociais das famílias em todo mundo e grande parte da população mundial é classificada como pobre adquiriu-se importância e tornou-se cada vez mais comum o uso de indicadores sociais desde meados de 1960. Tais indicadores sociais têm a finalidade de avaliar avanços ou retrocessos nas condições de vida da população, apontando a eficácia ou não de políticas públicas.

A partir de meados dos anos 60 essa maior atenção dada ao tema - indicadores sociais - objetivou organizar sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e avaliação dos impactos das políticas públicas nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. De acordo com JANUZZI (2001), nesse período, cresceram evidências de descompasso entre crescimento econômico e melhoria das condições sociais da população em países de Terceiro Mundo. Mesmo com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), persistiam os altos níveis de pobreza e acentuavam-se as desigualdades sociais em vários países.

Alguns estudos, especificamente para o Brasil apontaram para o fato de que com o processo de estabilização da economia brasileira houve uma redução importante da pobreza, mas tais efeitos foram limitados até um patamar alto (ROCHA, 2003) e reduziram-se com o aumento do desemprego e a perda de renda do trabalhador, decorrente principalmente, do baixo desempenho da economia. Paralelamente, BARROS; MENDONCA, (2000) entre outros autores como MEDEIROS, (2003), argumentam ser bastante duvidosa a capacidade do crescimento econômico de melhorar

a situação dos extremamente pobres no curto e médio prazo tendo como consequência a necessidade de políticas públicas que atendam a essa parcela da população.

Diante desse debate a cerca da situação social da população de uma dada região ou país e dos efeitos possíveis de crescimento econômico sobre a pobreza é que se pode justificar a importância dos indicadores sociais. Estes são instrumentos responsáveis por ilustrar numericamente e graficamente a situação social (evolução/retrocesso ou estagnação) da população de um país.

No período em que afluía o interesse pelo tema (indicadores sociais) ocorreu um grande esforço conceitual e metodológico para o desenvolvimento de instrumentos de mensuração do bem-estar e da mudança social. Houve grande apoio de instituições, entre as quais, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização Mundial para Agricultura e Alimentação (FAO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (JANNUZZI, 2001). Desde então, os indicadores sociais tomaram uma posição importante sendo componente essencial no planejamento e gestão de prioridades para políticas sociais.

Com o aprimoramento das primeiras experiências na formulação e implementação de políticas públicas, em meados da década de 1980, quando os municípios já tinham obtido mais autonomia e havia se institucionalizado o processo de planejamento público em âmbito local (Constituição de 1988), a importância dos indicadores sociais como instrumento de avaliação e ilustração das condições sociais estabeleceu-se. Assim, instituições de ensino superior e de pesquisa bem como setores ligados ao sistema de planejamento público começaram a realizar esforços com o intuito de aprimorar no âmbito conceitual e metodológico os indicadores sociais. De acordo com JANUZZI (2001), estes são os instrumentos mais específicos de quantificação e qualificação das condições de vida, da pobreza estrutural e de outras dimensões da realidade social.

Para BAUER (1966) apud IBGE (1979) um indicador social “nos permite avaliar aonde vamos e onde estamos, com relação aos nossos objetivos e valores, servindo inclusive, para avaliar programas de ação e seu alcance”. Da mesma forma, pela definição utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), indicadores sociais são estatísticas sobre aspectos da vida de uma nação que, em conjunto, retratam o estado social da mesma e permitem conhecer o seu nível de

desenvolvimento social. Além disso, os indicadores constituem um sistema, pois para que tenham sentido, é necessário que sejam vistos uns em relação aos outros, como elementos de um mesmo conjunto.

No mesmo sentido, é bastante complexa a escolha dos aspectos que retratam o estado social de uma nação, visto que depende de acordos entre o governo, políticos em geral e a sociedade organizada (sindicatos, associações de moradores, associações de classe, grupos religiosos, dentre outros) sobre os critérios mais importantes. Hoje em dia pode-se dizer que existe um consenso em relação aos aspectos que melhor retratam o estado social de uma nação, podendo falar em um conjunto mínimo de Indicadores Sociais. Esse conjunto constitui-se de informações sobre as características da população, sobre a dinâmica demográfica, sobre trabalho e rendimento, sobre saúde, justiça e segurança pública, educação e condições de vida das famílias.

Desta forma, os indicadores sociais permitem que as instituições públicas formulem políticas sociais em diferentes esferas de governo possibilitando o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população. Além disso, os indicadores sociais são estatísticas essenciais, pois torna possível comparar a situação social entre locais e períodos distintos viabilizando a atividade de planejamento público e avaliação das condições sociais de dada localidade. Quanto mais confiáveis às estatísticas maiores as chances de bons resultados das políticas públicas.

Entretanto, por mais abrangentes e confiáveis que sejam as estatísticas que possibilitam a formulação de indicadores, não se pode esquecer que estes são apenas resultados ilustrativos. Além disso, podem existir defasagens entre a pesquisa dos dados para formulação dos indicadores sociais e as implementações das políticas sociais e nesse interregno podem ocorrer mudanças na realidade social do local tornando tais políticas inadequadas.

Além do problema da defasagem temporal citada acima, incorre ainda que os agentes encarregados da implementação das políticas devem ser profissionais eticamente capacitados, de forma que o público alvo seja realmente e devidamente atendido de acordo com o que foi proposto. Para JANUZZI (2001) se bem empregados, os indicadores possibilitam o enriquecimento da interpretação empírica da realidade social e orienta de maneira mais competente a análise, formulação e implementação de políticas públicas.

CAPÍTULO 2: NOTAS METODOLÓGICAS

No presente capítulo é feita a descrição da amostra utilizada para a análise de pobreza, bem como os métodos utilizados para o cálculo dos indicadores. São apresentados ainda, os procedimentos utilizados para a obtenção das estimativas de elasticidade da pobreza em relação à escassez agregada de recursos e também em relação à má distribuição dos recursos, uma vez que sendo a pobreza examinada exclusivamente pela dimensão da insuficiência de renda são estes os dois componentes aos quais ela se mostra sensível.

Além disso, procurou-se explicitar o cálculo das linhas de pobreza definidas por ROCHA (1993) de forma a possibilitar melhor entendimento a respeito do desenvolvimento do capítulo posterior.

2.1- A Amostra da PNAD

Como já foi dito, o presente trabalho tem como objetivo a análise de alguns indicadores sociais e sua evolução no período entre 1995 e 2004. A base de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, que produz informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Essa pesquisa é de grande importância também pela sua grandeza e por englobar toda população brasileira, com exceção das áreas rurais da região Norte que só foram incluídas na PNAD de 2004. O levantamento dos dados (demográficos e econômicos das famílias, domicílios e pessoas) é anual, sendo que aproximadamente 100.000 domicílios e entre 350.000 a 400.000 pessoas respondem a um questionário bastante completo.

A amostra da PNAD possui informações por Unidades da Federação. Assim o recorte espacial adotado será o mesmo, visto que as estimativas são consideradas precisas e representativas somente a esse nível de desagregação. As Unidades da Federação (UFs) são subdivididas em diversos estratos, agrupando-se diversos municípios vizinhos.

Algumas UFs se subdividem em regiões metropolitanas e não-metropolitanas. Todos os municípios das regiões metropolitanas entram na amostra com probabilidade igual a um de participar da pesquisa. Também entram com probabilidade igual a um os municípios grandes ou chamados auto-representativos que estão fora das regiões

metropolitanas. Ao contrário, não são todos os municípios pequenos ou não auto-representativos alvos da pesquisa. Esta relação de municípios não auto-representativos permanece constante no decorrer da década. A probabilidade de um destes entrarem na análise é proporcional ao seu tamanho (ppt) sendo escolhidos apenas dois em cada estrato das UFs.

Dentro de cada município auto-representativo e de cada região metropolitana, nas Unidades da Federação em que essa região existe como área censitária na PNAD, são selecionados setores censitários. Esses setores são selecionados também com probabilidade proporcional ao número de domicílio de acordo com o último censo e daí então parte-se para a seleção dos domicílios a serem pesquisados, por amostragem sistemática.

Para os municípios não auto-representativos a amostra é realizada em três etapas, sendo a primeira etapa aleatória, a qual se seleciona o município - unidade primária amostral (PSU - primary sample unit-psu). A segunda etapa é a seleção dos setores dentro de cada município e a terceira etapa é a seleção dos domicílios, dentro de cada setor selecionado. Vale destacar, que este delineamento é conhecido como amostragem por conglomerados em diversos estágios com estratificação prévia.

Paralelamente é importante realçar que este tipo de amostragem aumenta os erros estatísticos se comparados a uma mostra aleatória simples, pois em cada unidade da federação os domicílios se concentram em um conjunto mais restrito de áreas, o que por sua vez reduz o custo operacional de levantamento dos dados. No entanto, a estratificação prévia dos municípios não auto-representativos tende a reduzir os erros probabilísticos de amostragem, compensando um pouco o aumento destes erros decorrente da conglomeração. Existem também os erros devido ao modelo de projeção da população empregado no cálculo dos pesos da PNAD (fatores de expansão) e que não podem ser antecipados, devido à sua natureza não probabilística.

Em pesquisas com vários propósitos e com grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD, é quase impossível isolar os erros provenientes das diversas fontes que influem nos resultados finais. Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilística (erros alheios à amostragem), sendo que, estes últimos, podem ser introduzidos em qualquer uma das fases de realização da pesquisa (NEDER & SILVA, 2004).

Da mesma forma, quanto ao cálculo objetivo de estimativas foram encontradas dificuldades com a utilização da PNAD no sentido em que existem estratos com PSU

único e os métodos de estimativas adotados exigem que se tenham no mínimo dois PSUs. Para os dois anos em questão (1995 e 2004) construiu-se uma rotina para identificar estes estratos e agregá-los aos estratos de maior número de observações em cada unidade da federação, diluindo assim uma possível fonte de viés. O surgimento destes estratos com PSU único originava-se geralmente da criação por parte do IBGE de novos estratos referentes a novas unidades domiciliares com a sua atividade anual de recadastramento.

As variáveis utilizadas nas análises feitas foram as seguintes:

- 1- Ano = foram utilizadas as PNADs dos anos de 1995 e 2004;
- 2- UF = refere-se a cada uma das Unidades da Federação do Brasil;
- 3- Controle = Número de controle
- 4- Série = refere-se ao número de série
- 5- Sexo = refere-se ao gênero a que pertence cada indivíduo;
- 6- Idade = a partir da variável idade foi gerada a variável grupo de idade que representa determinadas faixas etárias;
- 7- Tipo de família = os tipos de famílias de acordo com a PNAD se subdividem em: Casal sem filhos, casal com todos os filhos menores de 14 anos, casal com todos os filhos de 14 anos ou mais, casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais, casal com filhos sem declaração de idade dos filhos, mãe com todos os filhos menores de 14 anos, mãe com todos os filhos menores de 14 anos ou mais, mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais e mãe com filhos sem declaração de idade dos filhos, esses 10 grupos foram reagrupados de forma que restaram apenas 6: casal sem filhos, casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais³, casal com filhos sem declaração de idade dos filhos, mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais e mãe com filhos sem declaração de idade dos filhos;
- 8- Número de componentes da família: essa variável refere-se às pessoas que compõem a família, exclusive agregados, pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos;
- 9- Rendimento da família: rendimento mensal familiar para todas as unidades domiciliares (exclusive agregados, pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos);

³ Essa categoria engloba os casais com todos os filhos menores de 14 anos e os casais com todos os filhos de 14 anos ou mais, da mesma forma foi feito para as mães.

- 10- Área censitária: as áreas censitárias se subdividem em região metropolitana, municípios auto-representativos e municípios não auto-representativos;
- 11- Situação Censitária: as situações censitárias são na área urbana as cidades ou vilas com áreas urbanizadas, as cidades ou vilas com área não urbanizada, áreas urbanizadas isoladas, na área rural se dividem em aglomerados rurais de extensão urbana, aglomerado rural e isolado (povoado), aglomerado rural e isolado (núcleo), aglomerado rural e isolado e outros aglomerados e por fim, os a zona rural exclusive os aglomerados rurais;
- 12- Peso = peso da pessoa (fator de expansão da amostra);
- 13- Região = a variável que corresponde a cada uma das regiões brasileiras foi gerada com o objetivo de obter as estimativas para esses grupos;
- 14- Urb = a variável urb foi criada no trabalho com o objetivo de separar a população em grupos rural e urbano;
- 15- Estrato = estrato da amostra;
- 16- PSU = como já foi explicitado anteriormente a variável psu refere-se à unidade primária amostral
- 17- Renda *per capita* = foi calculada a partir da razão entre o rendimento dessa família e o número de componentes dessa família;

2.2- O Estabelecimento das Linhas de Pobreza

Ao considerar pobreza em seu sentido absoluto adotando a abordagem monetária, as linhas de pobreza (LP) e linhas de indigência (LI) adquirem um papel importante na determinação da pobreza.

Por linha de pobreza absoluta entende-se aquele valor constante em termos reais atrelado a algum critério fixo, como por exemplo, o mínimo necessário para obter uma determinada cesta de bens previamente estabelecida. As linhas de pobreza e de indigência também são parâmetros úteis para classificar ou caracterizar os pobres em relação a outros aspectos da qualidade de vida que não são dependentes da renda diretamente, mas são essenciais na determinação do nível de bem-estar como, por exemplo, condições de acesso a serviços públicos básicos. A adoção das linhas de pobreza absoluta justifica-se pelo fato de que, no Brasil, a renda de amplos contingentes populacionais não é suficiente para garantir seu acesso a bens e serviços básicos.

De acordo com esses parâmetros (LP e LI) são pobres os indivíduos cuja renda familiar *per capita* é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, *etc.*). Indigente, em contrapartida é aquele cuja renda familiar *per capita* é inferior ao valor necessário para atender tão-somente às necessidades básicas de alimentação.

As linhas de pobreza utilizadas para a realização dos cálculos dos índices de pobreza no presente trabalho foram buscadas nos trabalhos de ROCHA (1997) e estão expostas em Anexo. ROCHA (1997) estabeleceu 23 linhas de pobreza e 23 linhas de indigência diferenciadas. Esse método de construção das linhas de pobreza e de indigência buscou considerar a diversidade de custo de vida entre áreas urbanas e rurais, bem como entre as diversas regiões brasileiras.

As linhas de pobreza e indigência de ROCHA (1997), não são parâmetros normativos, ou seja, não se associam a uma estrutura de consumo-padrão. Elas captam a composição do consumo das populações de baixa renda, informação obtida em Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF-IBGE). A cesta de produtos alimentares considerada, por exemplo, resulta dos hábitos e preferências das famílias pobres, submetidos à restrição orçamentária. Esta cesta é ajustada, apenas marginalmente, nas quantidades de seus produtos, de modo a atender aos requisitos nutricionais médios da população da região ou situação de domicílio considerada.

O ponto inicial para se determinar as linhas de pobreza é a o estabelecimento das necessidades mínimas nutricionais, visto que a alimentação é a necessidade básica por excelência de acordo com ROCHA (1997). Determinar essa quantidade mínima e adequada de nutrientes e o valor para sua aquisição (linhas de indigência) não é algo simples e indiscutível.

De acordo com essa metodologia a composição da cesta alimentar deve garantir que certas exigências nutricionais sejam atendidas. Essas necessidades nutricionais são expressas em termos de ingestão calóricas e protéicas diárias e determinadas pelas características dos indivíduos na população, que por sua vez tem as quantidades determinadas a partir de parâmetros definidos pela FAO (Organização para Alimentação e Agricultura) que foram atualizados em 1985. Determinadas as necessidades nutricionais, associa-se a elas uma estrutura de consumo para o qual são atendidas as exigências nutricionais e que corresponde ao nível mais baixo de renda.

É importante ressaltar que existem diferenças nas necessidades calóricas, que variam conforme a intensidade da atividade praticada por cada indivíduo e também variam de região para região e até mesmo entre estados. Contudo, utilizando-se a definição de pobreza como insuficiência de renda nenhuma informação é obtida a respeito das condições de nutrição da população, uma vez que, não são utilizados parâmetros antropométricos, que fornecem dados desse tipo.

Apesar disso, a POF possui informações relativas às características da população em cada metrópole, e a partir delas foram calculadas as necessidades calóricas⁴ baseando-se também em parâmetros (definidos pela FAO). Assim, baseando-se no efetivo consumo alimentar, a ingestão calórica foi estimada para cada décimo da distribuição de renda familiar *per capita*, levando em consideração a distribuição da população por sexo e idade naquele décimo. A ingestão verificada foi então comparada com a ingestão recomendada indicando o mais baixo décimo da distribuição para o qual essas necessidades nutricionais são atendidas.

De acordo com ROCHA (1997), vem ocorrendo uma tendência à uniformização dos hábitos de consumo no Brasil, dessa forma, considerar as cestas alimentares observadas correspondentes à ingestão recomendada acarreta a delimitação de um percentual muito elevado de pobres em regiões metropolitanas, especialmente na região Nordeste onde as rendas são mais baixas.

“Essa uniformização do consumo implica encarecimento das dietas básicas devido à emulação do consumo das classes de renda alta pelos mais pobres, significando o abandono de hábitos alimentares tradicionais. A adoção de linhas de pobreza refletindo esse consumo alimentar de custo relativamente elevado implicaria perda de funcionalidade do parâmetro tanto para diagnóstico da pobreza como para recomendação de políticas para seu combate: resultaria na delimitação de uma população demasiadamente heterogênea para caracterização e muito numerosa em comparação aos recursos disponíveis – financeiros ou não – que possam ser mobilizados em medidas antipobreza.”(ROCHA, 1997)

Por isso, foi considerada alternativamente a ingestão calórica mínima com parâmetros também estabelecidos pela FAO, que corresponde à quantidade de calorias mínima para garantir as funções vitais e que corresponde a cesta de custo mais baixo.

Para conciliar a cesta de custo mais baixo ao atendimento da ingestão calórica recomendada, ROCHA (1997) construiu uma cesta ajustada. Esta foi derivada a partir

⁴ No Brasil as calorias são os elementos restritivos para as dietas. Dessa forma é suficiente escolher uma dieta observada que contenha as exigências calóricas para que as outras necessidades nutricionais também estejam satisfeitas.

da cesta alimentar que atende às necessidades calóricas mínimas em cada região metropolitana de acordo com a POF. Nesta cesta de custo mais baixo adequada às necessidades calóricas mínimas, a quantidade de alimentos corresponde ao que é consumido por uma classe de renda relevante, por exemplo, em São Paulo existem 108 produtos. Desta cesta são retirados os itens que representam uma ingestão de menos de uma caloria por dia, se adequando à ingestão recomendada em cada metrópole.

Os valores destas cestas alimentares ajustadas são expressos a preços de outubro de 1987, data de referência da POF. Para atualizá-los foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – alimentação, por região metropolitana do IBGE.

Como as linhas de pobreza resultam da soma dos gastos alimentares e não alimentares resta definir estes últimos. Para isso considera-se a classe de renda para qual as necessidades calóricas mínimas foram atingidas. As despesas não alimentares foram classificadas de acordo com as seis categorias de produtos adotados no SNIPC (Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor), além de uma classe residual. Tais valores podem ser atualizados através dos índices de preços específicos para cada grupo de despesa e para cada região metropolitana.

Como forma de avaliar os impactos decorrentes desse tipo de procedimento sobre os valores obtidos foram estimadas as despesas não-alimentares alternativamente, utilizando-se o coeficiente de Engel derivado em 1987. ROCHA (1997) chama atenção para o fato de que como as despesas alimentares foram ajustadas para atender às necessidades calóricas recomendadas e o consumo não-alimentar de referência corresponde ao atendimento das necessidades alimentares mínimas, os coeficientes de Engel relevantes não são os observados, mas sim os implícitos. Estes últimos resultam da relação entre os valores das cestas ajustadas e a despesa total, sendo que as despesas não-alimentares são observadas para o intervalo de renda para o qual as necessidades nutricionais mínimas foram atendidas.

Depois de esclarecer como foram estabelecidas as linhas de pobreza para as metrópoles resta saber quais os procedimentos utilizados para estabelecer estes parâmetros nas regiões não-metropolitanas.

Como já foi mostrado, para definir as linhas de pobreza para as regiões metropolitanas ROCHA (1997) utilizou a estrutura de consumo derivadas da pesquisa de orçamentos familiares (POF/IBGE) e índices de preços do SNIPC/IBGE. Como esses dados referem-se apenas às regiões metropolitanas recorreu-se ao Endef (Estudo Nacional de Despesa Familiar) para obter informações sobre consumo e preços para as

áreas não-metropolitanas. O procedimento foi simples. As linhas de pobreza para as regiões não-metropolitanas foram estimadas a partir de parâmetros derivados do Endef que estabelecem diferenciais entre os valores da linha de pobreza metropolitanas e não-metropolitanas (urbanas e rurais) em cada região.

Desta forma, fica bastante claro que existe um alto grau de indeterminação no método utilizado para determinar as linhas de pobreza e de indigência uma vez que se baseiam em hipóteses não seguramente verificáveis. Contudo, optou-se por essa metodologia claramente explicitada por ROCHA (1997), em detrimento de uma única linha de pobreza, por exemplo, que não considera as diferenças de custo de vida entre áreas urbanas e rurais. Uma outra opção seria estabelecer as linhas de pobreza com base no salário mínimo. Tal método apresenta um grande problema no sentido em que este parâmetro (salário) apresenta variações mais constantes que as apresentadas pelo consumo, por exemplo.

2.3- Os Indicadores de Pobreza

Para realizar o cálculo de alguns indicadores de pobreza foram considerados diferentes recortes geográficos⁵. Nesses cálculos feitos com o objetivo de delinear um perfil bem como verificar a existência de alguma tendência entre os anos de 1995 e 2004 para a pobreza no Brasil, a renda *per capita* é a principal determinante do nível de bem-estar da população. A pobreza foi tratada como sinônimo de insuficiência de renda, ou seja, é classificado como pobre o indivíduo que possui renda menor ou igual àquela determinada pela linha de pobreza (LP).

A partir dessa determinação, foram escolhidos para fazer o traçado da pobreza no Brasil, os índices de pobreza conhecidos como medidas FGT (Foster, Greer e Thorbecke). Tal designação se deve ao artigo de FOSTER, GREER & THORBECKE (1984). Essas medidas FGT contemplam a proporção de pessoas pobres (*Poverty Headcount* – P_0), hiato de pobreza (*Poverty Gap* – P_1) e o hiato de pobreza ao quadrado (*Squared Poverty Gap* – P_2) e estão designadas pelas expressões a seguir:

$$P_0 = \frac{q}{n} \quad (1)$$

⁵ (Os recortes geográficos são: Unidades da Federação, áreas urbana e rural, regiões metropolitanas e não-metropolitanas, municípios auto-representativos e não auto-representativos).

$$P_1 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \frac{z - y_i}{z} \quad (2)$$

$$P_2 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^2 \quad (3)$$

Onde:

q representa o número de pobres (pessoas com renda *per capita* domiciliar menor que a determinada na linha de pobreza);

n é o tamanho da população;

z é a linha de pobreza;

y_i é a renda *per capita* domiciliar da i-ésima pessoa;

O índice P_0 mede a proporção de pessoas pobres, ou seja, a proporção de pessoas que têm renda *per capita* domiciliar inferior à linha de pobreza. Tal indicador é utilizado como ponto de partida para estudos sobre pobreza, mas é insuficiente para analisá-la dado que viola dois importantes axiomas (SEN, 2001). Em primeiro lugar, o indicador não se altera ao reduzir a renda de uma pessoa situada abaixo da linha de pobreza ou o inverso, isto é, quando a renda eleva-se sem alcançar a linha de pobreza o indicador permanece o mesmo. Em segundo lugar, a proporção também é insensível à distribuição de renda entre os pobres, não se alterando quando se transfere renda de um indivíduo mais pobre para outro menos pobre. Sendo assim, a proporção de pobres deve ser utilizada em conjunto com outros dois indicadores.

O índice P_1 mede a intensidade de pobreza para o conjunto da população pobre através do cálculo do desvio médio entre a renda dos pobres e o valor da linha de pobreza. Este índice pode ser interpretado como um indicador do déficit de pobreza, ou seja, os recursos necessários para elevar a renda de todos os pobres ao nível da linha de pobreza, através de uma perfeita focalização das transferências de renda. P_1 capta mudança nas rendas dos pobres, contudo o índice não se altera frente à redistribuição de renda entre os pobres.

O último índice P_2 é geralmente descrito como um indicador de severidade da pobreza. Na construção deste índice utiliza-se um peso maior para as pessoas mais pobres (o “gap de pobreza” é ponderado por si mesmo) e leva-se em conta a

desigualdade de renda entre os pobres. P_2 contempla tanto a alteração de renda entre os pobres quanto à redistribuição de renda entre eles.

Esses três índices (FGT) variam entre 0 e 1, com $FGT_\theta = 0$ no caso em que todas as pessoas têm renda maior do que z e $FGT_\theta = 1$, quando todas as rendas são iguais à zero.

2.4- O Cálculo dos Indicadores de Pobreza

Após definido o método adotado para a análise da pobreza bem como os parâmetros utilizados para os cálculos dos indicadores, e os indicadores a serem analisados, resta estabelecer os instrumentos usados para a obtenção das estimativas.

Através do *software* STATA foi executado o comando “*Povdeco*” para a decomposição dos índices de pobreza da classe FGT. Como esses índices de pobreza são aditivos, isto implica que a medida de pobreza para a população como um todo é igual à soma ponderada das medidas de pobreza, considerando-se como pesos as participações relativas das populações dos grupos. Desta forma, além de serem estimados os índices de pobreza para cada grupo populacional foram, também obtidas as contribuições de cada grupo para a pobreza total.

A amostra da PNAD foi decomposta em grupos, calculando os índices para cada um deles. Os grupos são obtidos através das seguintes variáveis de decomposição: população urbana e rural, áreas censitárias, situação censitária, unidades da federação, regiões, gênero, grupo de idade e tipo de família.

As decomposições feitas são importantes ferramentas, visto que possibilitam traçar o perfil da pobreza num dado ponto do tempo. Descreve-se a seguir os detalhes desse método.

Supondo que a linha de pobreza para a unidade i seja z_i , observa-se que se $z_i = z.m_i$, o índice de pobreza FGT calculado baseado em $\{y_i\}$ resulta exatamente no mesmo resultado que se fosse calculado baseando-se em $\{y_i, z_i\}$, $i = 1, \dots, n$. Para este caso no qual as linha de pobreza são heterogêneas, usa-se “*varpline(zvar)*” para especificar as linha de pobreza.

Considera-se uma população de pessoas (ou domicílios...), $i = 1, \dots, n$, com renda y_i , e peso w_i . Sendo $f_i = w_i / N$, onde $N = \sum w_i$. Quando os dados são não

ponderados, $w_i = 1/n$ e $N = n$. A linha de pobreza é z_i para cada i , e o hiato de pobreza por pessoa i é $\max(0, z_i - y_i)$. Para o caso de uma linha de pobreza comum, $z_i = z$, para todo i .

Supondo existir uma exaustiva participação da população dentro de um grupo mutuamente exclusivo $k = 1, \dots, K$.

A classe de índices de pobreza FGT é dada por:

$$FGT(a) = \sum f_i I_i [(z_i - y_i) / z_i]^a, \quad a \geq 0, \quad (4)$$

Onde:

$I_i = 1$, se $y_i < z_i$ e $I_i = 0$ nos outros casos.

$a = 0, 1$ ou 2 de acordo com o índice a ser calculado, exemplo, $a = 0$ para FGT0 (proporção de pobres).

Cada índice FGT(a) pode ser adicionalmente decomposto em:

$$FGT(a) = \sum v_k FGT_k(a) \quad (5)$$

Onde $v_k = N_k / N$ é o número ponderado de pessoas no grupo k dividido pelo número total de pessoas (participação da população no grupo), e $FGT_{k(a)}$, pobreza para o grupo k , é calculada como se cada grupo fosse uma população separada.

Quando os cálculos da decomposição da pobreza foram realizados também foi calculado para cada grupo k :

1- Participação do grupo k no total de pobres da população:

$$S_k = v_k FGT_k(a) / FGT(a) \quad (6)$$

2- Risco de inserção na pobreza para o grupo:

$$R_k = FGT_k(a) / FGT(a) = S_k / v_k \quad (7)$$

Este indicador de risco é um agregado de duas informações anteriores, ou seja, ele apenas considera de uma só vez duas informações: o valor do índice de pobreza na população do grupo k relativizado ao valor desse índice na população total (n) e não será, portanto, objeto de uma análise detalhada no momento da avaliação das estimativas por se tratar apenas de uma informação agregada. Resumidamente o risco expressa a probabilidade relativa de um indivíduo do grupo k ser pobre.

2.5- O Cálculo dos Determinantes das Variações da Pobreza

Para realizar alguns cálculos para as regiões Nordeste e Sudeste foi utilizado o *software* denominado DAD. O DAD foi desenvolvido pela Universidade de Laval no Canadá, para facilitar análises e comparações de bem-estar, desigualdade, pobreza e equidade através do uso de dados desagregados (DUCLOS & ARAAR, 2006).

Este instrumento permite o cálculo de grande número de índices e curvas além de conter ferramentas que possibilitam a inferência estatística, tornando possível a avaliação de impacto de programas e políticas sociais através de alguns de seus componentes.

A primeira versão do *software* DAD surgiu em setembro de 1998, por solicitação do IDRC (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Internacional do Canadá) da Universidade de Laval servindo de suporte para pesquisas dos programas de Avaliação Política e de Impactos Micro e Macroeconômicos (MIMAP) na África. O programa foi aprimorado e a versão utilizada hoje foi lançada em Janeiro de 2006.

Da mesma forma, com o DAD os dados a serem usados podem ser expostos por completo e duas bases de dados podem ser carregadas simultaneamente, mostrando cada uma delas alternativamente, facilitando a realização de aplicações com uma ou duas base de dados e comparações intertemporais. Esta estrutura também possibilita ao DAD avaliar se as bases de dados são independentes quando este atinge os erros padrões computados ou estimadores distributivos que usam informações das duas amostras.

Algumas variáveis básicas foram requeridas para realização dos procedimentos computacionais no DAD.

QUADRO 2: Notações Básicas do Software – DAD

Símbolo	Significado
y	A variável de interesse
i	Número de observações
y_i	O valor da variável de interesse para a observação i
w	O peso amostral
w_i	O peso amostral para a observação i
s	O tamanho da variável
s_i	O tamanho da observação i (ex. O tamanho do domicílio i)
sw_i	$w_i s_i$
k	O grupo da variável
k_i	O grupo de observações i
c	O grupo da variável selecionada
sw_i^k	$sw_i^k = sw_i$ se $k_i = c$, e $sw_i^k = 0$
n	Tamanho da amostra

Fonte: DUCLOS, ARAAR & FORTIN, 2002.
Org: QUEIROZ, Sabrina

No estudo realizado, foram feitos cálculos com objetivo de avaliar os impactos do crescimento da renda e da distribuição de renda bem como de suas variações sobre os índices da classe FGT. Neste *software* o não-normalizado índice de pobreza FGT ($P(k; z; \alpha)$) para o grupo é dado por:

$$P(k; z; \alpha) = \frac{1}{\sum_{i=1}^n sw_i^k} \sum_{i=1}^n sw_i^k (z - y_i)_+^\alpha \quad (8)$$

Onde z é a linha de pobreza, $x_+ \max(x, 0)$ e α indica o índice calculado de forma que $\alpha = 0$ para FGT0 e $\alpha = 1$ para FGT1 e assim por diante. O índice normalizado é definido como:

$$\bar{P}(k; z; \alpha) = P(k; z; \alpha) / z^\alpha \quad (9)$$

Partindo desse ponto, pode-se agora calcular a elasticidade da pobreza (expressa pelos índices FGT). Essa elasticidade nos fornece informações a respeito da variação na pobreza. Quando a variação nos índices de pobreza é causada exclusivamente pelo crescimento da renda dentro do grupo k (considerando dentro daquele grupo,

desigualdade neutra), a elasticidade global da pobreza (GREL) em relação ao crescimento da renda é dada por:

$$\left\{ \alpha \frac{P(k, z; \alpha) - zP(k, z; \alpha - 1)}{P(z, \alpha)}, \text{ Se } \alpha \geq 1 \quad (10) \right.$$

GREL=

$$\left\{ -\frac{zf(k, z)}{F(z)}, \text{ Se } \alpha = 0 \quad (11) \right.$$

Onde z é a linha de pobreza, k é o grupo populacional no qual o crescimento toma lugar, $f(z)$ é a função densidade no nível de renda z , e $F(z)$ é o índice que indica a proporção de pobres (headcount).

A elasticidade Gini global (GEL) de pobreza, que se refere à elasticidade dos índices de pobreza (FGT) em relação à variação no padrão de distribuição de renda é dada por:

$$\left\{ \alpha \frac{P(z; \alpha - 1)}{P(z, \alpha)} \left(\frac{\mu}{z} - 1 \right), \text{ se } \alpha \geq 1 \quad (12) \right.$$

GEL=

$$\left\{ \frac{f(z)(\mu - z)}{F(z)}, \text{ se } \alpha = 0 \quad (13) \right.$$

A interpretação em relação às elasticidades da pobreza em relação ao aumento da renda familiar *per capita* média e a elasticidade da pobreza em relação ao índice de Gini são respectivamente as seguintes: uma variação percentual do índice de pobreza considerado (FGT0, FT1 ou FGT2) como decorrência de uma variação percentual unitária da renda média e uma variação percentual no índice de pobreza causado pela variação percentual unitária do índice de Gini.

Após a demonstração do cálculo das elasticidades dos índices de pobreza, resta saber qual o componente (crescimento ou redistribuição de renda) contribuiu mais para as variações na pobreza e analisar se essa contribuição foi no sentido de reduzir a pobreza ou não.

Para isso, foram feitas análises de decomposição da pobreza em componentes de crescimento e redistribuição usando as duas bases de dados, de 1995 e de 2004 concomitantemente. Como já explicitado, a decomposição foi realizada com o objetivo

de analisar as contribuições do crescimento da renda *per capita* média e da redistribuição de renda para explicar variações dos indicadores de pobreza.

O método utilizado é o de DATT & RAVALLION (1991). Decompondo-se entre dois períodos, t_1 e t_2 , a equação de medida da pobreza (9), temos:

$$P_t = \int_0^{H_t} f(y_t(p)) dp \quad (14)$$

Onde, H_t representa a fração da população abaixo da linha de pobreza z_t , estabelecida para o tempo t , e f uma função de renda do percentil p , que assume diferentes formas dependendo da medida de pobreza a ser estimada.

Para cada forma funcional escolhida de $f(y_t(p))$ obtém-se uma medida de pobreza diferente, entre as quais os índices FGT.

Diferenciando a equação da medida de pobreza P_t , para o ano t , obtemos:

$$\frac{dP_t}{dt} \cdot \frac{1}{P_t} = \int_0^{H_t} \frac{df(y_t(p))}{dy_t(p)} \frac{y_t(p)}{P_t} \frac{dy_t(p)}{dt} \frac{1}{y_t(p)} dp \quad (15)$$

A equação (15) reescrita aparece como:

$$\frac{dP_t}{dt} \frac{1}{P_t} = \int_0^{H_t} \eta_t(p) \cdot g_t(p) \cdot dp \quad (16)$$

De acordo com as equações (14) e (15), mudanças proporcionais na medida de pobreza consistem no produto entre esses dois termos e entre todos os percentis. O termo η_t reflete a elasticidade do índice de pobreza em relação à renda do percentil p e capta o efeito sobre a medida de pobreza, decorrentes de variação na renda desse percentil da distribuição de renda. Da mesma forma, $g_t(p)$ reflete a taxa de crescimento da renda de cada percentil p (KRAAY, 2004 apud GUIMARÃES, 2007, p.80).

Com o objetivo de separar os efeitos do crescimento da renda média e da desigualdade na variação das medidas de pobreza, a equação (16) pode ser reescrita como:

$$\frac{dP_t}{dt} \cdot \frac{1}{P_t} = \left(\frac{d\mu_t}{dt} \frac{1}{\mu_t} \right) \int_0^{H_t} \eta_t(p) dp + \int_0^{H_t} \eta_t \left(g_t(p) - \left(\frac{d\mu_t}{dt} \frac{1}{\mu_t} \right) \right) dp \quad (17)$$

onde:

$$\frac{d\mu_t}{dt} \frac{1}{\mu_t} = \text{é o crescimento da renda média;}$$

$\int_0^{H_t} \eta_t(p) dp$ é a sensibilidade da medida de pobreza em relação ao crescimento

da renda média;

$g_t(p) - \left(\frac{d\mu_t}{dt} \frac{1}{\mu_t} \right)$ é o padrão de crescimento das rendas relativas.

Agora se decorrem à discretização da equação (17) considerando-se dois períodos para t e $t+n$ para decompor, então as medidas de pobreza (DATT & RAVALLION, 1991, apud GUIMARÃES, 2007, p.82)

$$P_{t+n} = G(t, t+n; r) + D(t, t+n; r) + R(t, t+n; r) \quad (18)$$

Componente de
Componente de
resíduo
crescimento
redistribuição

Nessa equação, os dois primeiros argumentos nos parênteses do lado direito se referem ao período inicial e final da decomposição e o último argumento (r) expressa o período de referência utilizado para a decomposição nas medidas de pobreza.

O termo (G), contribuição do crescimento é o responsável pela mudança no indicador de pobreza devido às variações da renda *per capita* média. A curva de Lorenz permanece constante ao nível de referência L_r e surge através da diferença entre uma medida de pobreza inicial e um índice de pobreza calculado sobre o conjunto de rendas hipotético que utiliza a renda média do segundo período e a curva de Lorenz do primeiro (GUIMARÃES, 2007, p.82):

$$G(t, t+n; r) = P(\mu_{t+n} / z, L_r) \quad (19)$$

O segundo termo do lado direito da equação (18) é o componente da redistribuição das mudanças no indicador de pobreza. Este componente é definido como o responsável pela mudança no indicador de pobreza devido às variações na curva de Lorenz. Enquanto a renda média permanece constante ao nível de referência μ_r e encontra-se representado pela diferença entre uma medida de pobreza inicial e um índice baseado no conjunto de rendas obtido com a renda média do primeiro período e a curva de Lorenz do segundo:

$$D(t, t+n; r) = P(\mu_r / z, L_{t+n}) - P(\mu_r / z, L_t) \quad (20)$$

O componente $R()$ da equação (20) é o resíduo, este componente não tem uma definição por si só, mas para o caso em que $r=t$ ele pode ser definido como:

$$R(t, t+n; t) = G(t, t+n; t+n) - G(t, t+n; t) \quad (21)$$

$$R(t, t+n; t) = D(t, t+n; t+n) - D(t, t+n; t) \quad (22)$$

Esse componente residual pode ser descrito como a diferença entre o componente de crescimento (ou redistribuição) ao nível final e inicial de uma curva de Lorenz (renda média).

De acordo com DATT & RAVALLION (1991) apud GUIMARÃES (2007, p.83) o termo $R()$ existe sempre que a medida de pobreza não é aditivamente separável entre a renda média e a curva de Lorenz e que não se pode atribuir nem ao componente de crescimento nem ao componente de redistribuição o valor do termo residual, pois este termo pode ter aparecido devido à instabilidade de um ou de outro termo.

Uma outra forma, mais sintética de representar esta decomposição é tal como consta no manual do software DAD:

$$\underbrace{P_1 - P_2}_{\text{variação}} = \underbrace{[P(\mu^{t2}, \pi^{t1}) - P(\mu^{t1}, \pi^{t1})]}_{C_1} + \underbrace{[P(\mu^{t1}, \pi^{t2}) - P(\mu^{t1}, \pi^{t2})]}_{C_2} + R / ref = 1 \quad (23)$$

Onde :

Variação = representa a diferença na pobreza entre t1 e t2.

C1 = representa o impacto do crescimento sobre a pobreza.

C2 = refere-se à contribuição do efeito redistribuição á variação na pobreza

R = Resíduo

Ref : Indica o período de referência.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE EMPÍRICA DA POBREZA

Neste capítulo são apresentados os indicadores de pobreza obtidos a partir dos dados das PNADs de 1995 e de 2004, além da sua interpretação e possíveis explicações para as variações na pobreza. A análise se concentrará principalmente no índice que reflete a proporção de pobres, pois os índices adicionais seguem em geral o mesmo sentido. Além disso, o indicador de risco de inserção na pobreza não será analisado em todos os grupos, pois como já foi dito ele representa apenas um indicador agregado das informações sobre o valor do índice de pobreza na população do grupo k relativizado ao valor desse índice na população total (n). Na seção 3.1 são apresentados os cálculos dos indicadores para vários grupos tanto demográficos como por diversos recortes geográficos e também são apresentados resultados de pesquisas semelhantes permitindo comparações e mais consistência à análise.. Na seção 3.2 as análises foram feitas apenas para as regiões Sudeste e Nordeste em relação às variações na pobreza e também em

relação aos determinantes destas variações, que são a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existentes, quando pobreza é examinada pela dimensão da insuficiência de renda.

3.1- Estimativa de Alguns Índices de Pobreza para o Brasil (1995-2004)

O primeiro grupo para o qual foram obtidas estimativas de pobreza foi para as áreas censitárias, os resultados podem ser vistos na TABELA (1):

TABELA 1: Indicadores de Pobreza para as Áreas Censitárias - Brasil (1995/2004)

	1995			2004		
	1	2	3	1	2	3
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0,3058	0,2096	0,4846	0,3051	0,2136	0,4813
Renda Média do grupo	303,2508	245,6577	126,5312	515,4122	468,1523	276,0325
Renda Média dos pobres do grupo	54,9731	36,7156	28,8748	113,1160	76,0342	63,1283
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	43,6126	26,7735	23,7819	95,5245	57,6528	48,5874
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 -%)	0,3022	0,2404	0,3862	0,3871	0,2425	0,3352
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1- %)	0,1334	0,1015	0,1754	0,1769	0,1052	0,1468
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 -%)	0,0822	0,0630	0,1087	0,1115	0,0656	0,0899
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 -%)	0,2801	0,1527	0,5672	0,3566	0,1564	0,4871
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 -%)	0,2774	0,1447	0,5780	0,3670	0,1527	0,4804
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 -%)	0,2762	0,1451	0,5787	0,3728	0,1534	0,4738
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 -%)	0,9158	0,7286	0,9032	1,1687	0,7322	1,0119
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 -%)	0,9069	0,6902	0,6921	1,2027	0,7148	0,9980
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 -%)	0,9032	1,1928	1,1942	1,2219	0,7182	0,9844
1- Região Metropolitana, 2- Mun.Auto-Representativo, 3- Mun. Não Auto-Representativo						

Fonte: PNADs 1995 e 2004.
Org: QUEIROZ, Sabrina.

Nas áreas censitárias do Brasil observou-se que a população das regiões metropolitanas apresenta a maior renda média (R\$303,25 em 1995 e R\$515,41 em 2004), seguida pelos municípios auto-representativos (R\$245,65 em 1995 e R\$468,15 em 2004) e em último lugar pelos municípios não auto-representativos (R\$126,53 em 1995 e R\$276,03 em 2004).

Nota-se também, que durante o período considerado a diferença entre a renda média *per capita* dos municípios auto-representativos e não auto-representativos reduziu-se quando comparada com a renda média *per capita* da região metropolitana. Em 1995 a renda média *per capita* da região metropolitana era 123% maior que a dos municípios auto-representativos caindo para 110% (a diferença) em 2004. Para os municípios não auto-representativos essa diferença cai de 239% para 186% entre os dois anos o que permite inferir que vem ocorrendo um processo redução na diferença entre essas áreas em termos de renda *per capita*. Além disso, nas regiões metropolitanas o

aumento da renda média foi de 170% entre 1995 e 2004, menor que o aumento verificado nos municípios auto-representativos (190%) e nos municípios não auto-representativos (220%).

Estes municípios não auto-representativos concentram a maior parcela da população brasileira (48,46% em 1995 e 48,13% em 2004) e tem a maior participação na população pobre do país. Essa participação na população pobre se reduz expressivamente no período (56,72% em 1995 e 48,71% em 2004), em contrapartida aumentou bastante essa participação das regiões metropolitanas na pobreza total do país.

Nas regiões metropolitanas ocorreu, contudo, uma piora expressiva dos indicadores de pobreza. O FGT0 aumentou de 30,22% para 38,71%, ultrapassando o FGT0 das regiões não-metropolitanas em 2004. Como a participação no total da população não se alterou muito, essa piora nos índices de pobreza das regiões metropolitanas sugere que os pobres estão cada vez mais pobres (intensificação da pobreza, aumentou FGT1) além de haver aumento do número deles nessas áreas.

Esse aumento dos índices de pobreza nas regiões metropolitanas pode ser explicado pelo fato de que as políticas públicas assistencialistas de combate à pobreza e a miséria tenham se focado principalmente nos pequenos municípios. Além disso, as regiões metropolitanas foram as mais prejudicadas com a crise econômica da década de 1990, resultado da abertura econômica que solapou o parque industrial do país acarretando aumento considerável nas taxas de desemprego. Em contrapartida, a redução na proporção de pobres nos municípios menores pode ser resultado da política salarial, uma vez que nesses municípios não auto-representativos é provável que se concentre a maior proporção de pessoas recebendo um salário mínimo.

Da mesma forma, a melhora dos indicadores de pobreza para os municípios não auto-representativos e um mínimo aumento para os municípios auto-representativos pode ter decorrido do processo de descentralização produtiva, iniciada nos anos de 1970 e reiniciada em um novo cenário na década de 1990. Esse processo atuou no sentido de aumentar a oferta de emprego nos municípios menores (SABOIA, 2000). Como será visto adiante a redução da pobreza na zona rural também pode ter contribuído para a redução da mesma nesses municípios pequenos, uma vez que a zona rural tem maior participação neles que nas regiões metropolitanas. Para SABOIA (2000), em quase todos os estados do Brasil houve queda do emprego nas capitais na década de 1990.

Paralelamente, de acordo com DEL GROSSI, GRAZIANO DA SILVA & TAKAGI (2001) o número total de pobres no Brasil aumentou bastante no período pós

Plano Real (1995-1999). A taxa de crescimento da pobreza chegou a 1,2%, pouco menor que a taxa de crescimento demográfico da população brasileira (1,4% a.a.). Esse aumento da pobreza concentrou-se, de acordo com ele, nas regiões metropolitanas que registraram uma taxa de 5% ao ano. Essa taxa significa um aumento de 420 mil famílias e 1,640 milhões de pessoas pobres, correspondendo a 66,7% de aumento total de pessoas pobres no período em questão.

Esse crescimento da pobreza nas áreas metropolitanas decorreu da deterioração do mercado de trabalho e do crescimento do desemprego pós Plano Real (1995-1999), agravado pelo fato de que a maioria das áreas periféricas dessas regiões são cidades dormitórios. De acordo com RAMOS & FERREIRA (2006), na década de 1990 ocorreu um grande aumento da informalidade metropolitana que esteve pouco relacionado com a realocação setorial da força de trabalho ocupada. O setor de serviços, caracterizado por uma grande incidência de vínculos informais, cresceu em termos relativos no meio metropolitano, enquanto a indústria, segmento que se diferencia pela alta incidência de postos de trabalho formais, encolheu em termos absolutos e relativos nessas áreas.

Além disso, de acordo com STADUTO & SHIKIDA (2004), houve um decréscimo do número de postos de trabalho nas atividades agrícolas decorrente do processo de mecanização da agricultura ocorrida na década de 1990, o que também pode explicar parte do aumento da pobreza nas regiões metropolitanas.

De acordo com as estimativas pode-se sugerir a ocorrência de um processo de “metropolização” da pobreza. TORRES, BICIR & CARPIM (2006) demonstram que nas regiões metropolitanas brasileiras a proporção de pobres cresceu substancialmente quando se compara os anos de 1995, 2003 e 2004 (TABELA 2). Houve ainda, um aumento no número de domicílios abaixo da linha oficial de pobreza entre 1995 e 2003 em nove das dez metrópoles consideradas na PNAD. Ao considerar especificamente o período entre 2003 e 2004, as variações observadas são menos expressivas.

Os números demonstram (TABELA 2) que os domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo no conjunto das regiões metropolitanas passaram de 12,6% para 15,5% entre 1995 e 2003. O aumento maior foi registrado em São Paulo e Belém, e proporcionalmente menor em Brasília e Curitiba. Em Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre, não houve mudança durante esse período e no Rio de Janeiro, constatou-se uma pequena redução.

TABELA 2: Proporção de Domicílios com Renda *Per capita* de até 1/2 Salário Mínimo nas Regiões Metropolitanas do Brasil - % (1995, 2003 e 2004)

Regiões Metropolitanas	1995	2003	2004
Belém	19,6000	29,2000	26,5000
Fortaleza	33,0000	33,9000	34,0000
Recife	30,0000	32,4000	33,2000
Salvador	27,2000	30,2000	27,1000
Belo Horizonte	15,3000	16,5000	14,7000
Rio de Janeiro	10,9000	10,4000	10,1000
São Paulo	6,0000	11,2000	11,2000
Curitiba	9,2000	11,1000	9,3000
Porto Alegre	9,9000	10,1000	9,3000
Brasília	11,7000	15,9000	15,4000
Total	12,6000	15,5000	15,0000

Fonte: TORRES; BICHIR; CARPIM, 2006.
Org: QUEIROZ, Sabrina

Mesmo com a redução na proporção de domicílios pobres (de 15,5% para 15%), entre 2003 e 2004, que foi mais acentuada em Belém, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba, nas demais regiões a situação ficou estável. (TORRES; BICHIR; CARPIM, 2006).

Considerando-se a condição das nove metrópoles brasileiras, além de Brasília o que se pode concluir é que o desempenho adverso da metrópole paulista no que se relaciona à redução da pobreza entre 1995 e 2004 afetou desfavoravelmente o resultado para o conjunto de metrópoles. No entanto, é importante notar que as diversas metrópoles tiveram desempenhos diferenciados, dependendo de diversos fatores, particularmente condições locais de dinamismo econômico e evolução local do custo de vida para os pobres (ROCHA, 2006).

A análise seguinte refere-se às áreas urbana e rural, os resultados estão na TABELA 3.

TABELA 3: Indicadores de Pobreza para as Áreas Urbana e Rural - Brasil (1995/2004)

	1995		2004	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0,7917	0,2083	0,8286	0,1714
Renda Média do grupo	238,2272	81,3466	432,9929	182,6632
Renda Média dos pobres do grupo	43,3123	20,3200	90,7441	48,9081
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	34,0870	17,4392	73,0731	38,9964
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 -%)	0,3093	0,4085	0,3255	0,3592
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1- %)	0,1360	0,1890	0,1449	0,1579
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 -%)	0,0840	0,1179	0,0900	0,0973
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 -%)	0,7421	0,2579	0,8142	0,1858
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 -%)	0,7322	0,2678	0,8161	0,1839
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0,7302	0,2698	0,8173	0,1827
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 -%)	0,9373	1,2382	0,9825	1,0844
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 -%)	0,9249	1,2854	0,9849	1,0732
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 -%)	0,9224	1,2950	0,9863	1,0660

Fonte: PNADs 1995 e 2004
Org: QUEIROZ, Sabrina.

Em relação aos resultados obtidos na decomposição da população nos grupos rural⁶ e urbano, observa-se redução durante o período analisado na proporção de pessoas pobres (FGT0) da zona rural (queda de 4,3%). Já a proporção de pobres da zona urbana aumentou (30,93% em 1995 e 32,55% em 2004). Também houve aumento nos índices FGT1 e FGT2 das zonas urbanas, apesar de que a variação na intensidade da pobreza foi menor. É importante notar que ocorreu em termos de renda uma convergência entre as áreas rural e urbana, visto que a renda média *per capita* mais que dobrou para o primeiro grupo e aumentou menos que essa proporção na zona urbana.

Considerando-se a participação da população urbana no total da população pobre do Brasil, verificou-se um aumento considerável (7,18%). O aumento da população total (pobres e não-pobres) foi de apenas 3,69%. Essa diferença indica que o acréscimo no número de pobres não decorreu apenas do aumento do número de pessoas na zona urbana, mas também ocorreu piora na situação das pessoas que já residiam nessa área em termos de rendimentos.

Em contrapartida, reduziu expressivamente a participação na pobreza da população rural (7,21%), assim como caiu a participação da zona rural do total da população brasileira, em menor proporção (3,69%).

No que diz respeito ao indicador do risco da população urbana de se inserir na pobreza, observa-se aumento para a população que mora na zona urbana (4,52%) ocorrendo o inverso para a população rural (redução de 15,44%).

⁶ Para o ano de 1995 não existem dados na PNAD para as áreas rurais da região Norte.

De acordo com FERREIRA, LEITE & LITCHFIELD (2006), o período de 1993-2004, marcado pela estabilidade macroeconômica e modesta retomada do crescimento, foi também um período de bons resultados em relação à redução na pobreza e grande redução nas diferenças entre as áreas urbana e rural em termos de renda, no Brasil. Sendo verificada uma convergência de renda entre as áreas rurais e urbanas e a redução da pobreza nas áreas rurais e aumento nas áreas urbanas (TABELA 4).

TABELA 4: Evolução da Participação na Pobreza Total do Brasil Segundo Estratos - 1992, 2003 e 2004

Brasil e Estratos	Pobres (%)		
	1992	2003	2004
Metropolitano	31,2000	35,0000	36,3000
Urbano	44,5000	48,8000	48,4000
Rural	24,3000	16,2000	15,3000
Brasil	100,0000	100,0000	100,0000

Fonte: ROCHA, 2006

Org: QUEIROZ, Sabrina.

A explicação mais plausível para essa redução da pobreza rural pode ser devido à expansão das aposentadorias para os trabalhadores agrícolas durante a década de 1990 pela Previdência Rural e pela *Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)*. Além disso, em menor proporção, ocorreu o abandono de atividades agrícolas em favor das atividades não agrícolas que estavam em crescimento na década de 1990.

ROCHA (2006) também analisou a pobreza nas áreas rurais, urbanas e áreas metropolitanas observando queda expressiva e sustentada da proporção de pobres na zona rural. De acordo com a TABELA 4 houve queda na participação da zona rural no total da população pobre brasileira de 9% entre 1992 e 2004, o que permitiu caracterizar o fenômeno da pobreza como tipicamente urbano, já que na área urbana houve aumento de 3,9% na participação na pobreza.

A próxima análise é feita por situação censitária de acordo com a divisão da PNAD, as áreas foram subdivididas em urbanas e rurais, TABELA 5 refere-se apenas às áreas urbanas, posteriormente são analisadas apenas as áreas rurais.

TABELA 5: Indicadores de Pobreza por Situação Censitária (Áreas Urbanas)-Brasil (1995/2004)

	1995			2004		
	1	2	3	1	2	3
	Áreas Urbanas					
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0,7803	0,0062	0,0051	0,8160	0,0079	0,0048
Renda Média do grupo	239,7963	123,9057	138,7286	434,8673	326,5370	287,5261
Renda Média dos pobres do grupo	43,2871	44,5635	44,3277	90,5904	93,2835	105,5039
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	33,9585	36,6683	44,1951	73,0892	69,0419	76,8680
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0,3070	0,4768	0,4445	0,3239	0,3991	0,4648
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1 - %)	0,1349	0,2090	0,2205	0,1443	0,1692	0,1988
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0,0832	0,1265	0,1500	0,0897	0,1023	0,1221
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0,7261	0,0090	0,0069	0,7980	0,0095	0,0067
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0,7157	0,0089	0,0077	0,8006	0,0091	0,0064
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0,7131	0,0087	0,0085	0,8022	0,0088	0,0064
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	0,9306	1,4452	1,3474	0,9780	1,2047	1,4032
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	0,9172	1,4210	1,4995	0,9811	1,1504	1,3512
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	0,9139	1,3898	1,6476	0,9830	1,1204	1,3372

Fonte: PNADs 1995 e 2004

Org: QUEIROZ, Sabrina.

Considerando-se o recorte por situação censitária e analisando-se apenas as áreas urbanas, observa-se que a maior parte de população encontra-se nas cidades ou vilas urbanizadas, ou seja, nas áreas mais centrais. Também nestas áreas a renda média da população é a maior dentre todas as áreas urbanas, contudo percebe-se uma redução na diferença de renda *per capita* média entre as áreas urbanas no período em questão (1995 e 2004). Nas áreas menos centrais (grupos 2 e 3) essa renda média mais que dobrou entre 1995 e 2004, já nas cidades e vilas urbanizadas (grupo 1) aumentou menos que o dobro. Ao contrário, a renda média dos pobres no grupo 1 (cidades e vilas urbanizadas) é a menor dentre todas as áreas urbanas em 1995, e em 2004 essa lacuna fica ainda maior, indicando aprofundamento da pobreza nas cidades mais centrais.

Para comprovar esse argumento de aprofundamento da pobreza nas áreas mais centrais basta observar que a proporção de pobres aumentou quase 2% nas cidades e vilas urbanizadas assim como aumentou cerca de 1% a intensidade de pobreza e 7,19% a participação desse grupo no total de pobres do Brasil em relação ao FGT0. Esse resultado pode ser fruto do processo de liberalização da economia que desestruturou o parque industrial brasileiro situado principalmente nas maiores cidades do país causando desestruturação do mercado de trabalho, aumento do desemprego e conseqüentemente agravando a pobreza.

Segue-se a análise das áreas rurais apenas.

TABELA 6: Indicadores de Pobreza por Situação Censitária (Áreas Rurais) - Brasil (1995/2004)

	1995					2004				
	Áreas Rurais					Áreas Rurais				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0,0084	0,0219	0,0005	0,0000	0,1776	0,0052	0,0176	0,0005	0,0004	0,1477
Renda Média do grupo	167,9036	73,2449	103,4471	308,4398	78,1760	219,7989	149,1006	589,6799	175,8651	183,9145
Renda Média dos pobres do grupo	18,9156	20,5598	23,8648	0,0000	20,3139	116,0846	48,3500	0,0000	58,6005	45,6409
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	19,5000	16,7853	13,4790	0,0000	17,4811	95,2730	39,5174	0,0000	48,3971	36,1348
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0,1826	0,4001	0,2868	0,0000	0,4206	0,4946	0,3625	0,0000	0,4718	0,3550
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1 - %)	0,0921	0,1803	0,1035	0,0000	0,1949	0,2215	0,1576	0,0000	0,2339	0,1560
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0,0678	0,1132	0,0600	0,0000	0,1210	0,1348	0,0988	0,0000	0,1689	0,0960
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0,0046	0,0266	0,0004	0,0000	0,2263	0,0078	0,0192	0,0000	0,0006	0,1583
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0,0052	0,0268	0,0003	0,0000	0,2354	0,0078	0,0188	0,0000	0,0006	0,1566
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0,0062	0,0272	0,0003	0,0000	0,2360	0,0077	0,0190	0,0000	0,0007	0,1553
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	0,5535	1,2128	0,8693	0,0000	1,2747	1,4931	1,0944	0,0000	1,4242	1,0718
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	0,6262	1,2258	0,7039	0,0000	1,3256	1,5057	1,0715	0,0000	1,5902	1,0605
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	0,7445	1,2437	0,6591	0,0000	1,3292	1,4765	1,0820	0,0000	1,8504	1,0514

1- Aglomerado rural de extensão urbana, 2- Aglomerado rural isolado, 3- Aglomerado rural, isolado, núcleo, 4- Aglomerado rural, isolado, outros aglomerados, 5- Zona rural exclusive aglomerados rurais

Fonte: PNADs 1995 e 2004

Org: QUEIROZ, Sabrina.

A análise das áreas rurais ficou comprometida devido ao fato de que não foi incluída na PNAD de 1995 a zona rural da região Norte. Apesar disso, nota-se que para esse recorte geográfico onde mais se concentra a população é no grupo 5 (zona rural exceto os aglomerados rurais) que são as áreas rurais mais isoladas (o grupo 5 participa com 17,76% no total da população brasileira). Esse grupo possui a maior proporção de pessoas pobres (42,6%) em 1995 e também a maior intensidade de pobreza (FGT1 igual a 12,1%). Além disso, a população desta área é a que apresenta o maior risco de inserção na pobreza (127,47%).

Em 2004, apesar de as áreas mais isoladas ainda permanecerem com piores índices de pobreza, estes se reduzem bastante. Ao contrário, é verificado aumento da pobreza nas áreas rurais menos afastadas como, por exemplo, no grupo 1 (aglomerado rural de extensão urbana) no qual a proporção de pobres aumenta de 18,26% para 49,46%. A intensidade de pobreza aumenta de 9,21% para 22,15%. A redução da pobreza nas áreas rurais mais afastadas pode ser explicada pelas políticas assistencialistas do governo, por exemplo, além do processo de expansão das aposentadorias na zona rural.

De acordo com DEL GROSSI, GRAZIANO DA SILVA & TAKAGI (2001) não houve crescimento do número de pobres nas áreas rurais não-metropolitanas, pelo contrário houve uma redução aparente do número de pobres ligados à atividade agrícola, que foram substituídas por atividades não-agrícolas. Além disso, no que se refere à estabilidade da pobreza rural, esta também pode ser explicada pelo aumento das transferências governamentais (aposentadorias e/ou pensões previdenciárias).

Vale ressaltar também, que em 2004 caiu o risco de inserção na pobreza (em relação ao FGT0) do grupo 5, que perdeu lugar para o grupo 1. O risco de inserção na pobreza do grupo 1 passou de 55,35% para 149,31% em 2004, seguido pelo grupo 4 que também apresentou grande risco de pobreza (142,41%).

Passa-se a analisar a pobreza em cada uma das regiões do Brasil, os resultados são mostrados na TABELA 7, logo abaixo:

TABELA 7: Indicadores de Pobreza para as Regiões - Brasil (1995/2004)

	1995					2004				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0,0480	0,2901	0,4385	0,1675	0,0559	0,0801	0,2786	0,4214	0,1485	0,0714
Renda Média do grupo	164,2548	108,5673	264,8703	228,3643	210,5192	266,4684	224,1040	478,8108	487,5223	450,4484
Renda Média dos pobres do grupo	33,9939	30,0333	47,9279	33,0131	45,1047	64,0326	62,5613	108,4650	71,4205	100,6450
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	28,2496	27,1832	34,8708	22,5948	34,5633	50,4706	58,4864	80,8639	48,3817	76,9026
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0,3885	0,5170	0,2473	0,1908	0,3738	0,3429	0,4862	0,2896	0,1484	0,3397
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1- %)	0,1771	0,2457	0,1031	0,0779	0,1618	0,1502	0,2321	0,1214	0,0602	0,1442
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0,1107	0,1537	0,0630	0,0480	0,0976	0,0926	0,1473	0,0740	0,0369	0,0862
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0,0566	0,4546	0,3287	0,0969	0,0633	0,0830	0,4090	0,3684	0,0665	0,0732
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0,0578	0,4846	0,3074	0,0887	0,0615	0,0818	0,4396	0,3479	0,0607	0,0700
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0,0584	0,4899	0,3035	0,0883	0,0599	0,0813	0,4497	0,3415	0,0601	0,0674
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	1,1774	1,5671	0,7496	0,5783	1,1329	1,0352	1,4678	0,8741	0,4480	1,0256
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	1,2042	1,6706	0,7011	0,5294	1,1004	1,0207	1,5778	0,8255	0,4092	0,9802
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	1,2155	1,6888	0,6921	0,5274	1,0723	1,0147	1,6140	0,8104	0,4046	0,9446

Fonte: PNADs 1995 e 2004

Org: QUEIROZ, Sabrina.

Dividindo a população brasileira por regiões observa-se quanto à renda *per capita* média, que a população da região Sudeste possui a maior renda média (R\$264,87) em 1995, seguida pela região Sul (R\$228,36), pelo Centro-Oeste (R\$210,52), pelo Norte (R\$164,25) e por último pelo Nordeste (R\$108,57). Já em 2004 essa renda aumenta mais que 200% em todas as regiões com exceção para o Sudeste (aumento de 180%) sendo que a renda *per capita* média do Sul passa a ser a maior, o que indica uma redução no diferencial entre as regiões em termos de renda *per capita*.

Ao comparar, por exemplo, a renda média *per capita* da população do Sudeste com a do Nordeste observa-se que em 1995 a renda do Sudeste era 244% maior que a do Nordeste. Essa diferença reduziu para 213% indicando uma convergência em termos de renda entre as duas regiões. Ao considerar a renda média dos pobres observa-se que aumentou a distância entre a renda dos pobres do Nordeste e pobres do Sudeste (passou de 159% para 173% de diferença) entre os anos de 1995 e 2004.

No que se refere à proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, no Nordeste 51,7% da sua população era pobre em 1995, a maior proporção de pobres dentre todas as regiões como visto no GRÁFICO 1 (à baixo). A região Norte aparece em segundo lugar com um percentual de pobres de 38,84%, e a região Centro-Oeste com 37,37%. Em 2004 esse índice caiu em todas as regiões do Brasil (TABELA 7) com exceção do Sudeste que apresentou aumento de 24,73% para 28,75% (GRÁFICOS 1 e 2). Esse aumento da pobreza no Sudeste pode ser resultado da desestruturação industrial e produtiva ocorrida com a liberalização da economia na década de 1990 e deterioração dos postos de trabalho, uma vez que nos estados dessa região se concentram a maioria das indústrias.

Em contrapartida, a redução da pobreza no Nordeste poder ser explicada pela transferência para essa região de algumas etapas de produção industrial que utilizam maciçamente força de trabalho e buscam mão-de-obra mais barata. Dessa forma, mesmo com salários baixos houve redução no desemprego o que possibilitou redução na pobreza, além das políticas de transferências de renda.

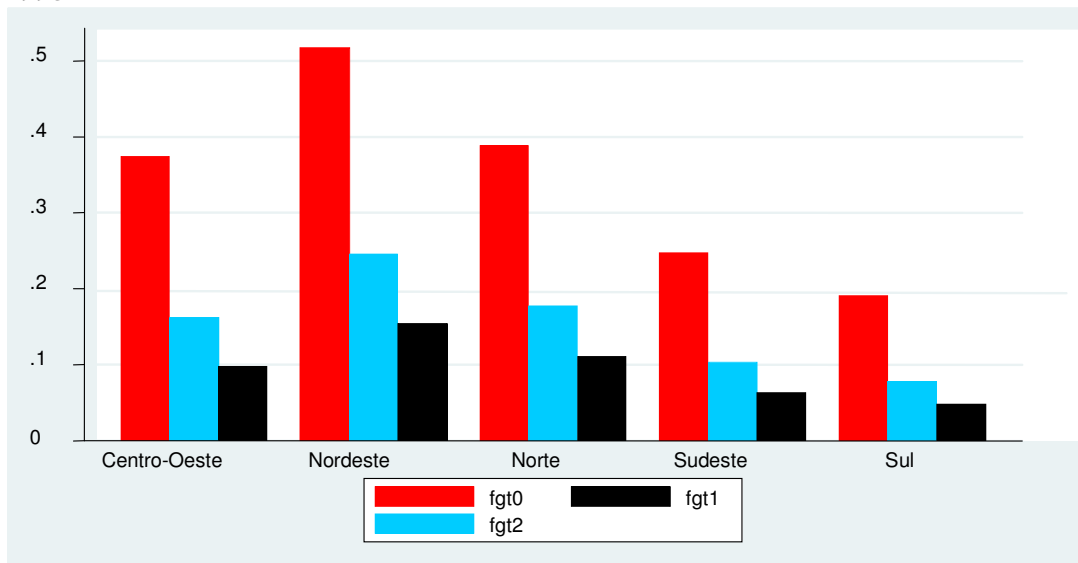
Quanto à intensidade da pobreza, a região com maior índice FGT1 em 1995 também é a região Nordeste, e o menor é verificado na região Sudeste (GRÁFICO 1). Vale observar que em 2004 a intensidade da pobreza caiu em todas as regiões exclusive na região Sudeste, na qual o índice aumentou de 10,31% para 12,14% no período considerado. Caiu também a participação da população do Nordeste no total de pobres do país, assim como das outras regiões com exceção mais uma vez para o Sudeste, onde

foi observado aumento na participação da população da região no total da população pobre do Brasil. Mais uma vez verificam-se as conseqüências da abertura comercial ocorrida no Brasil que mostrou seus efeitos mais perversos no Sudeste, onde se concentrava maior parte do parque produtivo nacional.

Além disso, a região Nordeste apresentou o maior risco de inserção na pobreza em relação ao FGT0 em 1995 (156%) caindo um pouco em 2004 (147%). A segunda região com maior risco de pobreza a Norte que também apresentou redução desse índice em 2004 (caiu de 121,54% para 101,4%). Somente na região Sudeste o indicador de risco de inserção na pobreza apresentou aumento (69,2% para 81,04% em relação ao FGT0).

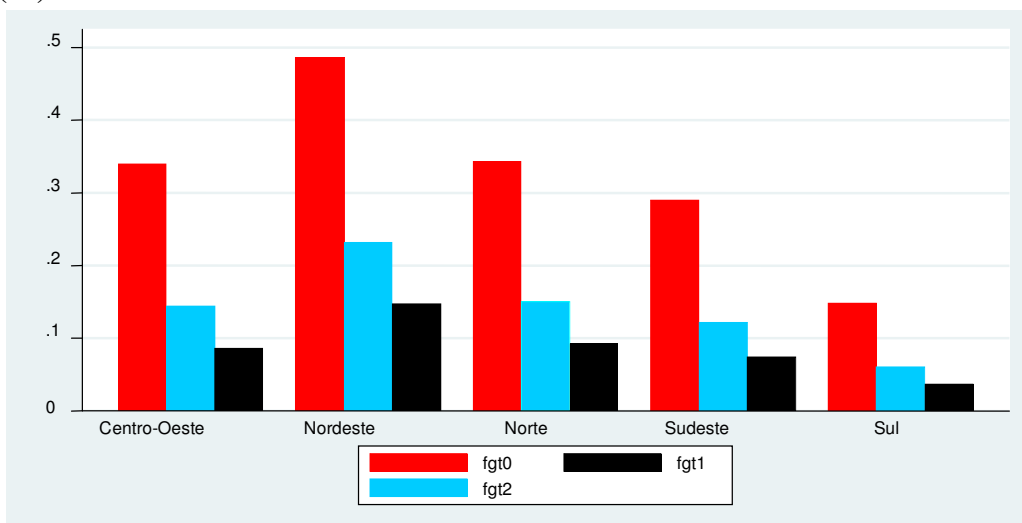
Os GRÁFICOS 1 e 2 proporcionam uma visão geral dos indicadores de pobreza das cinco regiões. Em todas as regiões esses indicadores reduziram-se entre os anos considerados, com exceção do Sudeste.

GRÁFICO 1: Índices FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) para as Regiões do Brasil (%)-1995



Fonte: PNADs 1995 e 2004
Org: QUEIROZ, Sabrina.

GRÁFICO 2: Índices FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) para as Regiões do Brasil (%) - 2004



Fonte: PNADs 1995 e 2004
Org: QUEIROZ, Sabrina.

De acordo com a pesquisa de DEL GROSSI, GRAZIANO DA SILVA & TAKAGI (2001) esse resultado divergente da região Sudeste deveu-se ao comportamento da região metropolitana de São Paulo, onde a pobreza teve um aumento considerável.

Desconsiderando esse comportamento divergente da metrópole de São Paulo, de acordo com ROCHA (2006) nos anos recentes houve melhorias em todas as faixas de renda de forma sustentada no longo prazo, indicando independência em relação à conjuntura econômica.

Além disso, o crescimento do PIB em 2004 afetou positivamente o emprego e renda das famílias. Também foi possível observar que as políticas públicas dos setores de aposentadoria e pensões e as políticas de transferência de renda focadas nos mais pobres exerceram também efeitos positivos sobre os indicadores de pobreza (ROCHA, 2006).

Um outro fator que contribuiu para a redução da pobreza foram os resultados do rendimento familiar *per capita*. Os dados obtidos na pesquisa feita por ROCHA (2006) mostram que a proporção de pobres na população brasileira caiu de 35,6%, em 2003, para 33,2%, em 2004, o que corresponde a 57,7 milhões de pessoas pobres neste último ano – menos 2,4 milhões de pessoas do que em 2003 (TABELA 8).

TABELA 8: Proporção de Pobres de 1995 a 2004

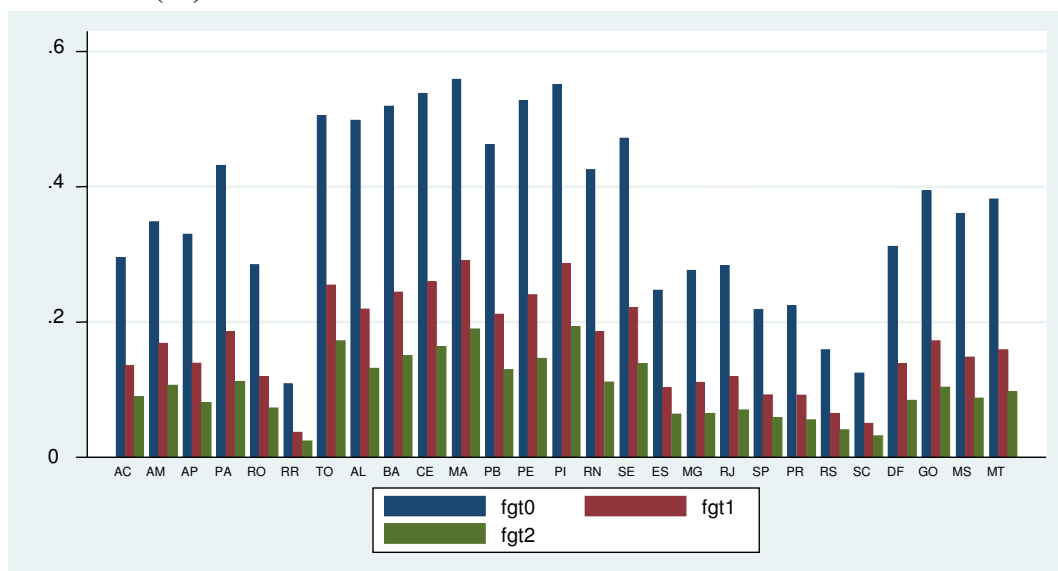
Proporção (%)	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Pobres	33,2300	34,1300	34,0900	33,4300	34,9500	35,0300	33,9900	35,5900	33,2100

Fonte: Rocha (2006)

Org: QUEIROZ, Sabrina.

No mesmo sentido, a redução da pobreza no Brasil, constatada em 2004 alcançou o nível de 1995. A década de 90 pode ser assim considerada uma década perdida em termos de redução da pobreza (considerando o índice para o país como um todo) e eficácia de políticas sociais frente ao baixo desempenho econômico do país. Este dado da proporção de pobres para o Brasil pode estar indicando também que as políticas sociais estão atingindo preferencialmente os mais pobres entre os pobres, com características emergenciais principalmente.

Os índices de pobreza foram calculados também para cada uma das Unidades da Federação do Brasil. Os GRÁFICOS 3 e 4 apresentam os índices da classe FGT para cada uma das Unidades da Federação do Brasil para os anos de 1995 e 2004, respectivamente.

GRÁFICO 3: Índices FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) para as Unidades da Federação do Brasil (%) – 1995

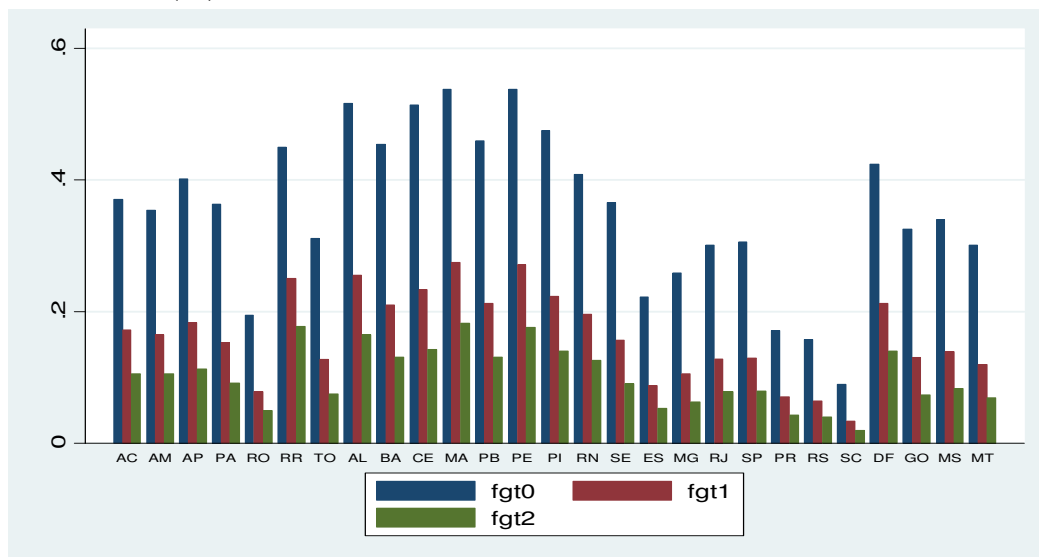
Fonte: PNADs 1995 e 2004

Org: QUEIROZ, Sabrina.

Os estados com maior proporção de pobres em 1995 foi o Maranhão, seguido por Ceará e Piauí (lembrando que a zona rural da região norte não foi incluída na pesquisa deste ano), e os estados com o menor FGT0 foram Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Quando se analisa o ano de 2004, constata-se que o estado do Maranhão continua com a maior proporção de pobres, seguido por Alagoas e Pernambuco. Fica bastante evidente o aumento do percentual de pobres na região Norte, uma vez que em 2004 foi inclusa a zona rural desta região. Além disso, ao se comparar os dois gráficos pode-se perceber o aumento nos índices da classe FGT em São Paulo, que ultrapassou o Rio de Janeiro, Minas Gérias e Espírito Santo. Como será visto a seguir esse comportamento de São Paulo foi bastante viesado devido ao comportamento da região metropolitana deste estado.

GRÁFICO 4: Índices FGT (FGT0, FGT1 E FGT2) para as Unidades da Federação do Brasil (%) – 2004



Fonte: PNADs 1995 e 2004
Org: QUEIROZ, Sabrina.

A seguir são analisados separadamente os indicadores de pobreza para cada um dos estados sendo que foram separados de acordo com as respectivas regiões brasileiras. A primeira região a ser analisada é a Norte.

TABELA 9: Indicadores de Pobreza para os Estados da Região Norte (1995/2004)

	1995							2004						
	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0,0050	0,0021	0,0116	0,0011	0,0192	0,0021	0,0069	0,0085	0,0035	0,0179	0,0021	0,0380	0,0031	0,0070
Renda Média do grupo	225,4167	214,2523	174,1151	242,1799	148,1180	181,1278	114,9973	328,4360	275,8479	258,5765	221,8518	255,6249	263,8836	280,5394
Renda Média dos pobres do grupo	36,5916	34,0078	32,4563	41,3738	36,9724	36,3545	26,8385	68,0002	58,0898	57,8516	50,6469	68,0086	65,6784	62,2268
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	26,3785	28,9623	30,5138	21,5963	28,0804	26,6157	27,2257	43,7014	49,9573	52,3259	61,7128	50,3152	55,0742	43,9338
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0,2847	0,2956	0,3485	0,1085	0,4312	0,3294	0,5047	0,1948	0,3709	0,3539	0,4499	0,3632	0,4012	0,3110
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1 - %)	0,1193	0,1359	0,1689	0,0372	0,1862	0,1392	0,2549	0,0784	0,1720	0,1656	0,2507	0,1527	0,1832	0,1277
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0,0727	0,0895	0,1063	0,0237	0,1119	0,0813	0,1722	0,0499	0,1057	0,1060	0,1778	0,0916	0,1125	0,0749
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0,0043	0,0018	0,0123	0,0004	0,0251	0,0021	0,0105	0,0050	0,0039	0,0191	0,0029	0,0417	0,0038	0,0066
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0,0041	0,0019	0,0133	0,0003	0,0244	0,0020	0,0119	0,0045	0,0041	0,0202	0,0036	0,0395	0,0039	0,0061
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0,0040	0,0020	0,0136	0,0003	0,0236	0,0019	0,0130	0,0046	0,0040	0,0208	0,0041	0,0381	0,0039	0,0058
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	0,8630	0,8958	1,0562	0,3289	1,3070	0,9983	1,5298	0,5881	1,1197	1,0685	1,3583	1,0965	1,2112	0,9390
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	0,8111	0,9244	1,1483	0,2531	1,2664	0,9467	1,7333	0,5333	1,1690	1,1254	1,7043	1,0379	1,2452	0,8683
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	0,7986	0,9836	1,1675	0,2608	1,2290	0,8933	1,8913	0,5469	1,1578	1,1606	1,9479	1,0032	1,2323	0,8202

Fonte: PNADs 1995 e 2004

Org: QUEIROZ, Sabrina.

Na região Norte, o estado de Tocantins apresentou a maior proporção de pobres⁷ (50,47% de pobres) e a maior intensidade de pobreza (25,49%) em 1995. Além disso, tal estado se destacou com o maior risco de inserção na pobreza (152,98%) em relação ao FGT0, perdendo lugar em 2004 para Roraima que aumenta seu percentual de pobres passando de 10,85% em 1995 para 44,89% em 2004 e também aumenta o índice de intensidade de pobreza que no período subiu de 3,72% para 25,02%.

Além disso, na região Norte no estado do Acre também houve aumento expressivo da proporção de pobres na sua população (29,55% em 1995 para 37,09% em 2004). Os Estados do Pará e de Tocantins tiveram queda na proporção de pobres entre os anos de 1995 e 2004.

No total da população pobre do país o estado da região Norte que colabora com o maior percentual de pessoas pobres é o Pará (2,5%) em 1995 e em 2004 com o total de 4,2%.

A segunda região para qual foram feitos cálculos de alguns índices de pobreza é região Nordeste, na TABELA 10 estão os cálculos para cada um de seus estados.

⁷ É importante ressaltar que em 1995 não está inclusa na análise a zona rural da região Norte.

TABELA 10: Indicadores de Pobreza para os Estados da Região Nordeste (1995/2004)

	1995									2004								
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0,0337	0,0178	0,0448	0,0169	0,0221	0,0477	0,0175	0,0095	0,0802	0,0327	0,0166	0,0441	0,0167	0,0200	0,0459	0,0166	0,0108	0,0751
Renda Média do grupo	78,4102	83,5370	108,6819	127,8916	122,3986	118,1838	124,4331	111,4815	109,2842	196,4498	210,7120	217,1134	248,8418	238,7113	247,1546	182,9168	276,7158	221,2664
Renda Média dos pobres do grupo	23,3882	24,5344	28,9062	29,7553	28,2819	37,8599	29,2217	28,7793	31,0317	51,5001	55,0778	64,4043	57,2326	59,3508	72,1564	52,9388	65,3433	65,8566
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	25,4429	25,2052	26,4571	22,9425	22,9279	32,8813	23,7405	25,8386	28,0522	54,0184	47,7217	54,1301	53,1568	51,9565	76,4453	52,4568	49,2985	58,5901
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 -%)	0,5588	0,5508	0,5377	0,4255	0,4621	0,5270	0,4977	0,4711	0,5187	0,5377	0,4750	0,5139	0,4082	0,4594	0,5375	0,5161	0,3657	0,4539
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1 -%)	0,2908	0,2862	0,2594	0,1862	0,2113	0,2401	0,2190	0,2216	0,2441	0,2752	0,2230	0,2337	0,1958	0,2126	0,2711	0,2553	0,1566	0,2096
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 -%)	0,1899	0,1932	0,1636	0,1111	0,1293	0,1467	0,1317	0,1390	0,1508	0,1829	0,1401	0,1431	0,1260	0,1311	0,1766	0,1656	0,0907	0,1313
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 -%)	0,0570	0,0297	0,0730	0,0218	0,0309	0,0762	0,0264	0,0136	0,1260	0,0531	0,0239	0,0685	0,0206	0,0277	0,0745	0,0259	0,0119	0,1029
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 -%)	0,0666	0,0346	0,0790	0,0214	0,0317	0,0779	0,0261	0,0143	0,1331	0,0611	0,0252	0,0701	0,0222	0,0289	0,0846	0,0289	0,0115	0,1070
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 -%)	0,0702	0,0377	0,0805	0,0207	0,0313	0,0769	0,0253	0,0145	0,1328	0,0655	0,0255	0,0692	0,0231	0,0287	0,0888	0,0302	0,0108	0,1080
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 -%)	1,6936	1,6695	1,6297	1,2895	1,4005	1,5972	1,5086	1,4280	1,5721	1,6233	1,4339	1,5514	1,2324	1,3868	1,6227	1,5580	1,1041	1,3702
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 -%)	1,9778	1,9461	1,7637	1,2661	1,4368	1,6329	1,4893	1,5070	1,6596	1,8705	1,5161	1,5887	1,3309	1,4449	1,8430	1,7352	1,0645	1,4250
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 -%)	2,0858	2,1221	1,7969	1,2204	1,4205	1,6114	1,4461	1,5271	1,6569	2,0037	1,5343	1,5671	1,3806	1,4361	1,9342	1,8138	0,9933	1,4381

Fonte: PNADs 1995 e 2004

Org: QUEIROZ, Sabrina.

Em relação ao Nordeste, a Bahia é o maior estado em termos de população. No que se refere à proporção de pobres, os estados desta região que se destacam em 1995 com o maior índice são o Maranhão (55,88%), Piauí (55,08%) e Ceará (53,77%). Em 2004 a situação se altera um pouco, devido à redução desse indicador nos estados anteriores, principalmente no Piauí (47,5% em 2004) e ao aumento no estado de Pernambuco (52,7% em 1995 e 53,75% em 2004) que passa a ocupar a segunda posição em maior percentual de pobreza atrás do Maranhão (53,77%). Em Sergipe e na Bahia o índice FGT0 também se reduz. Essa redução da pobreza nestes estados pode estar relacionada às políticas assistencialistas. Assim como a possíveis efeitos decorrentes da redução do desemprego graças à implantação nestes estados de etapas produtivas intensivas em mão-de-obra de algumas indústrias que antes concentravam toda sua produção no centro do Brasil e foram para estes estados, atraídas por mão-de-obra barata.

Em relação ao índice FGT0 é importante observar também que este indicador fica acima de 40% em todos os estados do Nordeste atingindo o pico no Maranhão (55,88% em 1995 e 53,77% em 2004). O estado com maior intensidade de pobreza em 1995 é o Maranhão (29,08%) seguido pelo Piauí (28,52%) e Ceará (25,94%), os quais reduzem esse índice no ano de 2004 respectivamente para 27,52%, 22,30% e 23,37%. Assim como reduzem a intensidade de pobreza os estados de Sergipe (22,16% para 15,66%) e Bahia (24,41% para 20,96%). A intensidade de pobreza aumenta nos estados do Rio Grande do Norte (18,62% para 19,58%), Paraíba (21,13% para 21,26%), Pernambuco (24,01% para 27,11%) e em Alagoas (21,9% para 25,53%).

Para perceber melhor a situação crítica do Nordeste em termos de pobreza basta comparar o seu estado com menor índice de pobreza a um estado da região Sudeste com os piores indicadores de pobreza. Em 2004 o Ceará tinha 36,57% de pobres e a intensidade da pobreza era de 15,66%, já São Paulo depois do grande aumento em seu FGT0 chegou ao valor de 30,59% e o FGT1 atingiu 12,93%, bem inferiores aos índices do Rio Grande do Norte. É importante observar que dado o alto nível de desenvolvimento de São Paulo em relação aos estados do Nordeste, esta diferença nos níveis de pobreza deveria ser bem superior.

O risco de inserção na pobreza em relação à FGT0 é maior para o Maranhão em 1995, atingindo o valor de 169,36%, caindo para 162,33% em 2004. O risco para o Piauí também se reduziu de 166,95% em 1995 para 143,39% em 2004. O inverso, ou

seja, aumento do risco aconteceu para Pernambuco (159,62% em 1995 para 162,27% em 2004) e Alagoas (157,01% em 1995 para 137,02% em 2004).

De acordo com ROCHA (2006) o nordeste tem obtido resultados favoráveis em termos de redução da pobreza nos últimos anos (1995-2004). Principalmente de 1996 até 1999 reduziu-se a participação do Nordeste na pobreza do Brasil, devido ao fato de que seus estratos urbano e metropolitano sofreram menos intensamente com o processo de reestruturação produtiva, ocorrido mais nas áreas centrais, como São Paulo. Também porque têm se verificado melhorias de renda no estrato rural nordestino, associados a crescente cobertura dos benefícios sociais e previdenciários.

Contudo, a posição desfavorável do Nordeste dentro do país ainda permanece. Ocorreram melhorias em aspectos como a escolaridade, acesso à água e à eletricidade que são constituintes estruturais do bem-estar da população, mas em termos de renda ainda existe uma grande defasagem se comparada com as regiões centrais do Brasil.

Após analisar a pobreza em cada um dos estados do Nordeste, região onde se encontram a maior proporção de pobres passa-se a análise dos indicadores de pobreza para a região sudeste. Em termos relativos o Sudeste (considerando que é nesta região onde se concentra a maior parcela da população brasileira) apresenta o menor percentual de pobres entre todas as regiões do Brasil (TABELA 11).

TABELA 11: Indicadores de Pobreza para os Estados da Região Sudeste (1995/2004)

	1995				2004			
	MG	ES	RJ	SP	MG	ES	RJ	SP
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0,1099	0,0183	0,0878	0,2226	0,1053	0,0186	0,0804	0,2171
Renda Média do grupo	184,0424	190,3968	275,9694	306,4996	364,1867	394,2451	538,8896	519,4212
Renda Média dos pobres do grupo	33,3118	28,2093	51,6687	56,9735	76,2565	65,6337	111,5114	123,2672
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	21,8808	19,9838	38,0333	42,7485	53,6724	42,9428	83,9613	93,2793
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 -%)	0,2767	0,2468	0,2836	0,2185	0,2592	0,2227	0,3006	0,3059
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1 -%)	0,1109	0,1029	0,1193	0,0928	0,1060	0,0874	0,1282	0,1293
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 -%)	0,0656	0,0638	0,0699	0,0590	0,0629	0,0537	0,0788	0,0793
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 -%)	0,0921	0,0137	0,0755	0,1474	0,0824	0,0125	0,0729	0,2005
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 -%)	0,0829	0,0128	0,0713	0,1405	0,0759	0,0111	0,0700	0,1909
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 -%)	0,0791	0,0128	0,0674	0,1441	0,0726	0,0110	0,0694	0,1886
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 -%)	0,8386	0,7481	0,8596	0,6624	0,7825	0,6722	0,9075	0,9236
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 -%)	0,7543	0,6997	0,8114	0,6313	0,7207	0,5942	0,8713	0,8792
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 -%)	0,7202	0,7002	0,7677	0,6477	0,6894	0,5886	0,8634	0,8685

Fonte: PNADs 1995 e 2004

Org: QUEIROZ, Sabrina.

A partir da TABELA 11 é possível observar a expressiva participação de São Paulo no total da população brasileira assim como no total da população pobre do Brasil (14,74% em 1995 e 20,05% em 2004). Além disso, este é o estado com a maior renda média *per capita* dentre todos os estados do Sudeste e de todo o Brasil em 1995. Em 2004 o Rio de Janeiro passa a ter a maior renda *per capita* do Sudeste.

Em 1995 o estado com maior percentual de pessoas pobres era o Rio de Janeiro (28,36%), seguido por Minas Gerais (27,67%) e pelo Espírito Santo (24,68%). No que se refere à intensidade da pobreza, esta segue a mesma ordem da proporção de pobres em 1995, de forma que São Paulo (9,28%) tem o menor índice em 1995.

Mas, em 2004 a intensidade de pobreza aumenta bastante em São Paulo (mais de 2%). O índice FGT0 se reduz um pouco em Minas Gerais (passa de 27,66% em 1995 para 25,9% em 2004) e no Espírito Santo (passa de 24,68% para 22,26% em 2004). Contudo, no Rio de Janeiro e em São Paulo, principalmente, a proporção de pobres aumenta (FGT0 passa de 28,36% para 30,06% no Rio de Janeiro e 21,85% para 30,59% em São Paulo). Esse fato é bastante curioso, pois Rio de Janeiro e São Paulo são mais desenvolvidos que Minas Gerais e Espírito Santo. Nestes dois últimos estados (Minas Gerais e Espírito Santo) existem áreas bastante heterogêneas em termos de desenvolvimento e pobreza como é o caso da região do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Sendo assim, é um tanto quanto contra factual uma grande proporção de pobres em um estado como São Paulo, onde se localizam indústrias de alta tecnologia e é o mais rico do Brasil. Uma explicação bem provável pode ser encontrada na má distribuição de renda.

Pode-se perceber mais uma característica importante quando se compara a participação de São Paulo no total da população do país (22,26% em 1995 e 21,71% em 2004), que apresentou uma pequena redução com a sua participação no total da pobreza brasileira (14,74% em 1995 e 20,75% em 2004) que aumentou consideravelmente. Esse movimento pode estar caracterizando o fenômeno de metropolização da pobreza (ROCHA, 2004).

Paralelamente, esse aumento de pobres nos estados mais ricos e mais desenvolvidos do Sudeste pode ser explicado pela falta de políticas assistenciais nestas áreas, bem como pelo aumento do desemprego decorrente da desestruturação produtiva ocorrida na década de 1990. Uma outra provável explicação pode estar relacionada à política econômica ortodoxa implementada, baseada nos altos juros que aliada à falta de políticas compensatórias prejudicou bastante as camadas mais baixas.

Quanto ao risco de inserção da população destes estados na pobreza em relação o FGT0 observa-se que o maior risco, em 1995, encontra-se no Rio de Janeiro (85,95%) seguido pelos estados de Minas Gerais (83,85%), pelo Espírito Santo (74,8%) e depois por São Paulo (66,23%). Em 2004, esse risco cai em Minas Gerais e Espírito Santo e aumenta expressivamente em São Paulo (passando para 92,35%) e no Rio de Janeiro (passa para 90,74%).

A região a ser analisada a seguir é a Sul, na TABELA 12 estão expostos os indicadores para esta região:

TABELA 12: Indicadores de Pobreza para os Estados da Região Sul (1995/2004)

	1995			2004		
	PR	SC	RS	PR	SC	RS
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0,0593	0,0320	0,0634	0,0568	0,0321	0,0595
Renda Média do grupo	214,0738	238,5399	245,5249	477,1220	486,3188	498,1022
Renda Média dos pobres do grupo	32,2702	27,5980	30,6849	76,3368	67,2015	67,5967
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	22,0828	17,7948	20,9961	52,7987	39,2131	46,6053
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0,2242	0,1250	0,1589	0,1719	0,0901	0,1574
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1 - %)	0,0916	0,0498	0,0650	0,0706	0,0336	0,0646
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0,0557	0,0318	0,0411	0,0430	0,0202	0,0402
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0,0403	0,0121	0,0306	0,0295	0,0087	0,0283
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0,0370	0,0109	0,0280	0,0273	0,0073	0,0261
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0,0363	0,0112	0,0286	0,0267	0,0071	0,0262
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	0,6794	0,3788	0,4816	0,5189	0,2719	0,4753
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	0,6229	0,3386	0,4418	0,4798	0,2283	0,4392
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	0,6122	0,3497	0,4513	0,4705	0,2214	0,4404

Fonte: PNADs 1995 e 2004
Org: QUEIROZ, Sabrina.

O estado da região Sul com maior participação no total da população brasileira é o Rio Grande do Sul (6,34% em 1995 e 5,95% em 2004). Neste estado a renda *per capita* média é a maior dentre os estados do Sul, apesar de que as diferenças são pequenas entre os três estados.

Em relação à pobreza na região Sul, observou-se que o Paraná tem os piores indicadores. A proporção de pobres caiu de 22,42% para 17,19% entre 1995 e 2004, a intensidade da pobreza se reduziu em 2,1% e a desigualdade entre os pobres medida pelo FGT2 também diminuiu 1,27%. É interessante observar que os níveis de pobreza do Paraná, os piores dentre os estados do Sul são comparáveis aos de São Paulo em 1995 (menores níveis de pobreza do Sudeste em 1995), o estado mais rico do país e com os maiores níveis de desenvolvimento. A proporção de pobres também se reduziu em Santa Catarina (quase 3,5%) entre 1995 e 2004, assim como a intensidade de pobreza e

a desigualdade entre os pobres. Já no Rio Grande do Sul estes índices permaneceram praticamente constantes.

Essa posição inferior em relação ao Paraná pode estar associada às grandes diversidades apresentadas em seu território. A maioria das cidades da região Sul com piores condições de vida (analfabetismo, saneamento básico, renda, etc.) está neste estado, o que influencia seus indicadores.

Em oposição, o estado de Santa Catarina apresenta os melhores resultados em termos de pobreza. Em 1995 a proporção de pobre é de apenas 12,5% reduzindo-se para 9% em 2004.

Por último resta analisar os níveis de pobreza para a região Centro-Oeste, os quais se encontram na TABELA 13.

TABELA 13: Indicadores de Pobreza para os Estados da Região Centro-Oeste (1995/2004)

	1995				2004			
	MS	MT	GO	DF	MS	MT	GO	DF
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0,0127	0,0146	0,0297	0,0116	0,0126	0,0154	0,0309	0,0125
Renda Média do grupo	183,7844	169,9837	163,4774	381,4237	378,3766	394,3799	388,7274	744,7972
Renda Média dos pobres do grupo	45,0205	42,4771	41,6108	60,3828	95,2608	92,7730	96,6949	119,3849
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	31,7906	29,6453	32,3673	49,1776	66,1394	60,9428	65,7386	120,7651
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0,3603	0,3818	0,3939	0,3123	0,3400	0,3010	0,3251	0,4237
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1 - %)	0,1487	0,1591	0,1721	0,1389	0,1397	0,1195	0,1305	0,2131
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0,0873	0,0966	0,1035	0,0840	0,0836	0,0693	0,0739	0,1403
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0,0139	0,0169	0,0354	0,0110	0,0129	0,0140	0,0303	0,0160
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0,0129	0,0158	0,0347	0,0110	0,0119	0,0125	0,0274	0,0181
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0,0122	0,0155	0,0337	0,0107	0,0115	0,0117	0,0250	0,0192
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	1,0920	1,1573	1,1940	0,9465	1,0263	0,9086	0,9813	1,2791
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	1,0112	1,0822	1,1704	0,9446	0,9498	0,8125	0,8870	1,4483
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	0,9590	1,0606	1,1368	0,9226	0,9160	0,7588	0,8097	1,5366

Fonte: PNADs 1995 e 2004
Org: QUEIROZ, Sabrina.

Na região Centro Oeste a renda média da população do Distrito Federal apresenta-se bastante superior à renda média da população dos outros estados, assim como a renda média das pessoas pobres.

De modo geral, ao comparar a renda dos estados do Centro Oeste com a dos estados do Sudeste observa-se que a renda *per capita* dos primeiros é bastante próxima à dos estados do Sudeste. Contudo, a participação do Centro Oeste na população brasileira é bem menor que a participação dos estados do Sudeste. Em contrapartida a proporção de pobres no Centro Oeste (acima de 30% em todos os estados) é bem maior que no Sudeste (abaixo de 30,6%).

Pode-se inferir que mesmo não considerando indicadores de concentração de renda, o Distrito Federal apresenta essa característica. Este estado apresenta a maior renda *per capita* média do Brasil, participa com apenas 1,16% em 1995 e 1,25% em 2004 no total da população do Brasil. Em contrapartida tem uma proporção de pobres 31,23% em 1995 que já é bastante alta e que aumenta para 42,37% em 2004.

Quanto à proporção de pobres em cada estado, verifica-se que em 1995 o Goiás foi o estado que apresentou maior proporção de pessoas pobres (39,39%), caindo em 2004 para a terceira posição atrás do Distrito Federal (31,22% de pobres em 1995 e 42,36% em 2004), e do Mato Grosso do Sul (36,29% em 1995 e 33,99% em 2004).

Em relação à intensidade da pobreza, esta foi maior em Goiás (17,21%) em 1995. O Distrito Federal que tinha uma intensidade de pobreza de 13,89% passa a apresentar uma intensidade de 21,3% superando Goiás em 2004 que era de 13,04%.

Quanto ao risco de inserção na pobreza o Distrito Federal que tinha o menor risco em 1995 (94,65%) passa a apresentar o maior risco em 2004 (127,9%). Em relação à participação da população do estado no total da população pobre do país, Goiás se manteve em 2004 com a maior participação.

A seguir foi feita a decomposição da população seguindo o critério de idade, foram formados 6 grupos de faixa etárias para os quais foram calculados os índices de pobreza.

TABELA 14: Indicadores de Pobreza por Grupo de Idade - Brasil (1995/2004)

	1995						2004					
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0,4443	0,1630	0,1444	0,1025	0,0683	0,0776	0,3898	0,1716	0,1467	0,1216	0,0809	0,0895
Renda Média do grupo	149,0851	215,4515	239,1016	275,4316	290,8072	278,3239	261,4365	390,9908	417,8920	494,1258	578,3685	591,8240
Renda Média dos pobres do grupo	35,1949	38,5109	39,3458	40,1176	41,6291	50,6125	77,1267	84,1750	89,7801	92,6167	92,9929	110,0914
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	30,4857	30,4327	29,5114	27,3798	26,5239	25,9914	68,8336	67,7064	63,8175	62,5635	60,8035	57,2797
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 -%)	0,4294	0,2880	0,2887	0,2400	0,2088	0,1507	0,4622	0,3092	0,3102	0,2346	0,1791	0,1066
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1 -%)	0,1998	0,1277	0,1244	0,0983	0,0816	0,0500	0,2161	0,1378	0,1286	0,0944	0,0705	0,0356
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 -%)	0,1259	0,0812	0,0750	0,0571	0,0468	0,0254	0,1373	0,0878	0,0754	0,0550	0,0410	0,0182
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 -%)	0,5782	0,1423	0,1263	0,0746	0,0432	0,0354	0,5439	0,1602	0,1373	0,0861	0,0437	0,0288
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 -%)	0,6036	0,1415	0,1221	0,0685	0,0379	0,0264	0,5726	0,1608	0,1282	0,0780	0,0387	0,0217
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 -%)	0,6147	0,1454	0,1189	0,0643	0,0351	0,0216	0,5864	0,1651	0,1212	0,0732	0,0363	0,0179
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 -%)	1,3014	0,8730	0,8751	0,7273	0,6329	0,4567	1,3953	0,9334	0,9363	0,7082	0,5406	0,3218
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 -%)	1,3585	0,8685	0,8457	0,6682	0,5549	0,3402	1,4690	0,9370	0,8741	0,6416	0,4791	0,2420
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 -%)	1,3834	0,8923	0,8235	0,6273	0,5138	0,2788	1,5043	0,9616	0,8264	0,6022	0,4489	0,1997

- 1- Pessoas c/ 20anos e menos de 20anos
 2- Pessoas c/ mais de 20 anos e c/ 30anos ou menos de 30anos
 3- Pessoas c/ mais de 30 anos e c/ 40anos ou menos de 40anos
 4- Pessoas c/ mais de 40 anos e c/ 50 anos ou menos de 50 anos
 5- Pessoas c/ mais de 50 anos e c/ 60 anos ou menos de 60 anos
 6- Pessoas c/ mais de 60 anos

Fonte: PNADs 1995 e 2004

Org: QUEIROZ, Sabrina.

Quanto à distribuição da população por grupo de idade notou-se que em 1995 a maior parte da população do país concentrava-se no grupo em que o indivíduo tinha até 20 anos de idade (44,43% em 1995) caindo bastante em 2004 (38,98%). Em contrapartida, aumentou a participação de todas as categorias com idade acima de 20 anos, o que confirma a hipótese de que a população tem se tornado mais velha.

No que se refere aos rendimentos, a renda média *per capita* aumentou com o aumento da idade. Já a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza se reduziu conforme a idade aumentou. Pois, com o aumento da idade aumentam também as chances de que essa pessoa já esteja trabalhando.

Além disso, entre 1995 e 2004, observou-se que conforme a idade do indivíduo ascende de 20 para 30 e de 30 para 40 anos a proporção de pobres aumenta a taxas decrescentes. O fato de a pobreza aumentar mais quanto mais novos os indivíduos decorre do fato de que estes jovens estão em estágio inicial de sua carreira profissional e/ou seus filhos ainda não estão trabalhando. Além disso, outro agravante refere-se ao fato de que a taxa de natalidade normalmente é maior entre os pobres (jovens é claro), o que aprofunda ainda mais a pobreza nesse grupo.

De acordo com o constatado anteriormente, apesar de não ser do escopo deste trabalho a proposição de possíveis políticas de combate a pobreza algumas considerações a respeito desse debate não podem ser deixadas de lado nesse ponto. As políticas assistenciais de combate a pobreza deveriam se focar preferencialmente nos grupos de pessoas mais jovens. As pessoas com menos de 20 anos formam o grupo mais numeroso da população e participam com 57,82% na população pobre do país em 1995 e 54,39% em 2004 (em relação ao FGT0) indicando que políticas de ampliação de aposentadorias não resolvem o problema maior. Nesse caso deveriam ser implementadas políticas de inserção desses jovens no mercado de trabalho, bem como deveria existir incentivo à geração de emprego e oferecer cursos que capacitassem os jovens a competir no mercado de trabalho.

Ao contrário, a situação mais favorável em relação aos grupos mais velhos pode ter como possível explicação a socialização da renda derivada de aposentadorias e de pensões no âmbito das famílias. Este fato contribuiu para reduzir a incidência de pobreza em geral, que se reduziu mais acentuadamente dentre os principais beneficiários diretos desses rendimentos, os indivíduos de 60 anos ou mais. Portanto, verifica-se que a evolução da pobreza nos últimos anos foi particularmente favorável aos indivíduos de mais de 60 anos.

Depois de analisada a pobreza em cada grupo de idade, foram estimados indicadores de pobreza para cada um dos tipos de família a seguir:

TABELA 15: Indicadores de Pobreza por Tipo de Família - Brasil (1995/2004)

	1995						2004					
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0,0784	0,7192	0,0001	0,1381	0,0000	0,0643	0,0975	0,6568	0,0000	0,1662	0,0000	0,0794
Renda Média do grupo	342,8178	187,5661	369,3254	153,1511	130,0000	351,6656	648,5904	348,9918	516,5555	287,6222	69,9993	627,2438
Renda Média dos pobres do grupo	43,2450	37,7036	0,0000	34,3660	0,0000	40,3775	97,5865	85,1069	0,0000	73,6700	69,9993	83,5609
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	29,2016	27,6446	0,0000	38,1086	0,0000	33,1400	62,7699	60,9172	0,0000	84,2584	42,9607	75,5713
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0,1462	0,3434	0,0000	0,4346	0,0000	0,1785	0,1223	0,3539	0,0000	0,4392	1,0000	0,1749
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1- %)	0,0589	0,1467	0,0000	0,2305	0,0000	0,0801	0,0497	0,1466	0,0000	0,2369	0,3803	0,0832
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0,0373	0,0861	0,0000	0,1648	0,0000	0,0539	0,0323	0,0842	0,0000	0,1704	0,1577	0,0572
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0,0348	0,7486	0,0000	0,1819	0,0000	0,0348	0,0360	0,7016	0,0000	0,2204	0,0001	0,0419
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0,0314	0,7172	0,0000	0,2164	0,0000	0,0350	0,0329	0,6545	0,0000	0,2676	0,0001	0,0449
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0,0321	0,6798	0,0000	0,2500	0,0000	0,0381	0,0345	0,6055	0,0000	0,3102	0,0001	0,0497
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	0,4432	1,0409	0,0000	1,3174	0,0000	0,5411	0,3693	1,0682	0,0000	1,3258	3,0189	0,5281
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	0,4004	0,9972	0,0000	1,5676	0,0000	0,5447	0,3376	0,9965	0,0000	1,6100	2,5853	0,5653
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	0,4096	0,9453	0,0000	1,8107	0,0000	0,5922	0,3539	0,9219	0,0000	1,8661	1,7276	0,6265

1- Casal s/ filhos, 2- Casal c/ todos os filhos menores de 14 anos e de 14 ou mais, 3- Casal c/ filhos s/ declaração de idade dos filhos, 4- Mãe c/ todos os filhos menores de 14 anos ou de 14 anos ou mais, 5- Mãe c/ filhos s/ declaração de idade, 6-Outros tipos de família.

Fonte: PNADs 1995 e 2004

Org: QUEIROZ, Sabrina.

O grupo 2 (casais com todos os filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais) compõe a maior parcela da população brasileira em 1995 (71,92%). Esta participação na população brasileira total cai em 2004 (65,68%). Ao contrário, aumentou a participação na população brasileira total em quase 2% do grupo 4 (mães com filhos menores de 14 anos ou de 14 ou mais) e 2% no grupo 1 (casal sem filhos).

A pesar de ser o tipo de família mais comum e numeroso, o grupo 2 (casais com todos os filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais) não constitui a categoria com maior proporção de pobres. O grupo 4 (mães com filhos menores de 14 anos ou de 14 ou mais) apresentou a maior proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza chegando ao nível de 43,46% em 1995 e 43,92% em 2004. O segundo lugar ficou para o grupo 2 (casais com todos os filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais) com 34,34% de pobres em 1995, subindo para 35,39% em 2004. A intensidade de pobreza (FGT1) e a desigualdade entre os pobres também foi maior no grupo 4 (mães com filhos sem declaração de idade) nos dois anos considerados. Essa situação pior das mães responsáveis pela família associa-se a alta vulnerabilidade a que estão submetidas, além de estas mães terem que cuidar da educação dos filhos sozinhas e prover o sustento da família.

Da mesma forma, a participação dessas mães responsáveis pela família no total de pobres do Brasil (em relação ao FGT0) em 1995 é de 18,19% e aumenta para 22,04% em 2004, e a participação desse mesmo grupo no total da população também aumenta como já foi dito em cerca de 2%. Isso indica que os grupos nos quais as mulheres são as pessoas de referência (grupos 4 e 5), têm aumentado. Aumentou e intensificou também a pobreza dentro desta categoria, já que as mães ficam com a responsabilidade de sustentar sozinhas seus filhos.

Por último, para completar a análise feita com o objetivo de traçar um perfil para a pobreza no Brasil foram obtidas estimativas por gênero (masculino e feminino).

TABELA 16: Indicadores de Pobreza por Gêneros - Brasil (1995/2004)

	1995		2004	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Participação do grupo no total da população brasileira (%)	0,4913	0,5087	0,4876	0,5124
Renda Média do grupo	207,3419	203,8140	391,6829	388,5859
Renda Média dos pobres do grupo	37,4194	37,3473	83,4503	82,5304
Distância da renda média dos pobres à linha de pobreza	29,0897	30,4479	65,1644	68,1824
Proporção de Pobres no grupo (FGT0 - %)	0,3238	0,3359	0,3245	0,3376
Intensidade da Pobreza no grupo (FGT1- %)	0,1426	0,1513	0,1417	0,1523
Intensidade da Pobreza ao Quadrado no grupo (FGT2 - %)	0,0871	0,0948	0,0864	0,0959
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) - (FGT0 - %)	0,4821	0,5179	0,4777	0,5223
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT1 - %)	0,4765	0,5235	0,4695	0,5305
Participação no total da população pobre do Brasil (S(k)) (FGT2 - %)	0,4702	0,5298	0,4614	0,5386
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT0 - %)	0,9813	1,0181	0,9797	1,0193
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT1 - %)	0,9699	1,0291	0,9629	1,0353
Risco de inserção na pobreza para o grupo (FGT2 - %)	0,9571	1,0414	0,9464	1,0510

Fonte: PNADs 1995 e 2004

Org: QUEIROZ, Sabrina.

Após um incansável luta de milhares de mulheres em busca de mudanças no cotidiano feminino, nas últimas décadas rompeu-se o paradigma biológico relativo às diferenças entre os sexos. Para analisar o tema “mulher” um novo conceito surgiu no meio acadêmico – *gênero*. Ao adotar esse conceito desaparecem as diferenças de origem biológicas antes consideradas, e passam a ser relevantes as diferenças sociais e culturais apenas. Esse novo enfoque requer um novo método de análise das relações sociais assimétricas entre homens e mulheres, atribuída a distribuição desigual de poder entre os dois sexos.

Quando se utiliza o conceito *gênero*, é possível considerar as diferenças entre homens e mulheres na vida econômica e social, enriquecendo a análise do fenômeno pobreza ao possibilitar que este seja entendido como um processo.

Assim, dividindo a população brasileira por gêneros, os indicadores mostraram como já era esperado, que a participação feminina é um pouco maior (1,74% a mais de mulheres que de homens em 1995 e 2,48% em 2004), no total da população do Brasil. Ao se observar a participação feminina no total da população pobre verifica-se que a diferença entre os gêneros se mostra mais acentuada. Em 1995 a participação feminina na pobreza brasileira era de 51,79% (3,58% a mais que a dos homens) e aumenta para 52,23% em 2004. A participação masculina na pobreza reduziu-se sendo que a diferença da participação na pobreza entre os gêneros aumentou para 4,46% em 2004. Além disso, a

renda média das mulheres é menor nos dois períodos analisados embora a renda média dos pobres de cada gênero seja bem próxima.

Da mesma forma, a proporção de pessoas em situação de pobreza é levemente maior dentro do grupo feminino (33,58% em 1995 para 33,76% em 2004) que no masculino (32,38% em 1995 para 32,45% em 2004), assim como a intensidade de pobreza e a desigualdade entre os pobres medida por FGT2. As variações ocorridas nos índices de pobreza não foram relevantes para nenhum dos dois grupos. De forma geral, pode-se dizer que a pequena diferença em termos de pobreza, com piores condições para o grupo feminino ainda permanece.

A posição inferior das mulheres em termos de rendimento já foi pior com certeza, as melhoras alcançadas podem ter decorrido de melhor aceitação das mulheres no mercado de trabalho, por exemplo. De acordo com BRUSCHINI (2007), entre 1992 e 2005 as trabalhadoras brasileiras obtiveram algum progresso no mercado de trabalho, embora tenham persistido, ao mesmo tempo, inúmeras condições desfavoráveis. Primeiramente, pode-se dizer que as jovens superaram os jovens em termos de escolaridade tanto em nível médio como em nível superior, no qual as mulheres marcaram presença em maior número do que os homens. Diante disso, as trabalhadoras mais instruídas passaram a ter profissões de prestígio como medicina, direito, magistratura, arquitetura e mesmo na engenharia, tradicionalmente um, campo masculino, e em cargos executivos em empresas do setor formal.

Entretanto, a maior parte de trabalhadoras (30% da força de trabalho feminina) continua ocupando empregos precários como: empregadas domésticas (75% das quais sem registro em carteira), trabalhadoras não-remuneradas e aquelas que trabalham para o próprio consumo e o consumo familiar, principalmente no setor agrícola.

Para BRUSCHINI (2007) ainda se mantém um perfil de força de trabalho feminina que vinha sendo forjado desde os anos oitenta do século XX: mulheres mais velhas, casadas e mães trabalham, mesmo quando os filhos são pequenos, apesar das dificuldades para conciliar responsabilidades domésticas, familiares e profissionais. As taxas de atividade das mães aumentaram na década analisada, mesmo quando os filhos são muito pequenos, mas são mais elevadas quando eles chegam aos 7 anos e elas passam a ser ajudadas pela escola.

3.2- Estimativas dos Determinantes de Variações na Pobreza para as Regiões Nordeste e Sudeste (1995 e 2004)

Desde que examinada exclusivamente pela dimensão da insuficiência de renda existem dois determinantes aos quais a pobreza se mostra sensível, o primeiro é a escassez agregada de recursos e o segundo a má distribuição desses recursos.

Sendo assim segue-se os cálculos da elasticidade da classe de índices FGT em relação ao crescimento da renda *per capita* para as regiões Nordeste e Sudeste. Os resultados estão expressos na TABELA 17. Os valores são todos negativos uma vez que um aumento da renda *per capita* acarreta uma variação na pobreza em sentido oposto, ou seja, ocasiona redução nos índices de pobreza.

TABELA 17: Elasticidade dos Índices da Classe FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) em Relação ao Crescimento da Renda para as Regiões Nordeste e Sudeste (1995/2004)

	1995			2004		
	Estimativa p/ $\alpha=0$	Estimativa p/ $\alpha=1$	Estimativa p/ $\alpha=2$	Estimativa p/ $\alpha=0$	Estimativa p/ $\alpha=1$	Estimativa p/ $\alpha=2$
Área Metropolitana e Urbana de Salvador	-0,8376	-1,0698	-1,2146	-0,7877	-1,0075	-1,0295
Área Metropolitana e Urbana de Fortaleza	-0,9294	-1,2170	-1,2618	-0,9375	-1,2432	-1,2035
Área Metropolitana e Urbana de Pernambuco	-0,8176	-1,0167	-1,1487	-0,6242	-0,8721	-0,9990
Área Não-Metropolitana e Urbana da Região Nordeste	-0,8293	-1,1334	-1,2188	-0,8093	-1,0883	-1,1555
Zona Rural da Região Nordeste	-0,7064	-1,0791	-1,1679	-0,8877	-1,1890	-1,2246
Área Metropolitana e Urbana de Minas Gerais	-1,3643	-1,6160	-1,4785	-1,2877	-1,2445	-1,2486
Área Não-Metropolitana e urbana de Minas Gerais e Espírito Santo	-1,2794	-1,5058	-1,3280	-1,6471	-1,2200	-1,2444
Zona Rural de Minas Gerais e Espírito Santo	-1,5739	-1,3491	-1,3560	-2,0156	-2,0481	-1,2345
Área Metropolitana e Urbana do Rio de Janeiro	-1,3399	-1,3263	-1,3976	-1,1207	-1,2981	-1,2648
Área Não-Metropolitana e Urbana do Rio de Janeiro	-1,3111	-1,5738	-1,4281	-1,3901	-1,5386	-1,1120
Zona Rural do Rio de Janeiro	-1,3520	-1,5536	-1,6214	-1,5951	-2,1479	-1,7417
Área Metropolitana e urbana de São Paulo	-1,3469	-1,2862	-1,1451	-1,0040	-1,2217	-1,1843
Área Não-Metropolitana e urbana São Paulo	-1,5743	-1,4304	-1,1262	-1,5078	-1,6840	-1,4652
Zona Rural de São Paulo	-1,7079	-1,6100	-1,3581	-1,5320	1,5298	-1,0213

Fonte: PNADs 1995 e 2004

Org: QUEIROZ, Sabrina.

De acordo com os dados é possível perceber que em 1995, na região Sudeste, a elasticidade da proporção de pobres (alfa=0) em relação ao crescimento foi maior (em valores absolutos) do que na região Nordeste (mantida a mesma distribuição de renda). Todas as áreas da região Sudeste apresentaram, em valor absoluto, elasticidade maior que um, indicando que um aumento de 1% na renda *per capita* da população é capaz de diminuir a proporção de pobres em mais do que 1%, caracterizando a pobreza da região Sudeste como elástica em relação às variações da renda.

A área com maior elasticidade em 1995 foi a zona rural de São Paulo (1,71%), na qual um aumento na renda *per capita* de 1% era capaz de gerar uma redução de até 1,7% na proporção de pobres. Dentre as outras áreas da região Sudeste, as zonas rurais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro também se apresentaram mais elásticas, se comparadas com as áreas metropolitanas e urbanas desses mesmos estados. Isso indica que nas áreas rurais do Sudeste e do Nordeste (nas quais essa elasticidade aumentou consideravelmente no período 1995-2004 se comparada com as outras áreas dessa região) existe um maior potencial de redução da pobreza via crescimento da renda do que nas suas áreas metropolitanas e não-metropolitanas urbanas. Este resultado deve ser levado em conta na formulação de políticas de combate à pobreza, via estímulos ao crescimento econômico.

Em 2004, essa característica de maior elasticidade da região Sudeste manteve-se. A área mais elástica passou a ser a zona rural de Minas Gerais e do Espírito Santo e as áreas rurais continuaram apresentando maior elasticidade em relação ao crescimento da renda do que as áreas urbanas e metropolitanas.

Outro fator que deve ser ressaltado é que em todas as áreas metropolitanas do Sudeste (MG, RJ e SP) a elasticidade da proporção de pobres ($\alpha=0$) e a elasticidade da intensidade da pobreza ($\alpha=1$) em relação ao crescimento da renda caíram de 1995 para 2004. Na região metropolitana e urbana de Minas Gerais a elasticidade caiu de 1,36% em 1995 para 1,28% em 2004, na região metropolitana e urbana do Rio de Janeiro a elasticidade caiu de 1,33% para 1,12% e na região metropolitana e urbana de São Paulo foi a maior redução com a elasticidade caindo de 1,35% para 1,01% no período. É interessante destacar que as áreas com maiores valores absolutos da elasticidade-crescimento da pobreza referem-se às regiões mais desenvolvidas em conjunto com as áreas rurais. Ou seja, a elasticidade cresce com o desenvolvimento econômico e decresce com o processo de urbanização e metropolização se puder interpretar dados *cross-section* como se fossem a partir de uma análise no decorrer do tempo.

Como já foi visto nas regiões metropolitanas as taxas de crescimento da renda têm sido menores (fenômeno já comprovado por diversos estudos, destacando-se aqueles que tratam do recente movimento de descentralização industrial) do que nas outras áreas do país (principalmente em relação às cidades de porte médio). Este fato aliado à constatação de que a elasticidade da pobreza (para $\alpha=0$ e $\alpha=1$) em relação ao crescimento da renda

vem caindo ao longo do tempo nestas áreas metropolitanas, contribuem para explicar a chamada “metropolização” da pobreza.

Da mesma forma, a intensidade da pobreza ($\alpha=1$) se mostrou mais elástica em relação às variações na renda para o Nordeste se comparada à proporção de pobres. Em todas as áreas do Nordeste um aumento na renda *per capita* em 1% poderia gerar uma queda na intensidade da pobreza em mais do que 1%. Também é possível notar mais uniformidade entre as duas regiões consideradas, apesar de que a região Sudeste ainda se mostrou mais sensível em relação às alterações na renda.

Ainda é interessante destacar que nas regiões mais pobres (regiões rurais e não-metropolitanas, tanto do Nordeste como do Sudeste) a sensibilidade da **intensidade da pobreza** em relação à renda é maior do que sensibilidade da **proporção de pobres** em relação à renda. Isto indica que nas áreas menos desenvolvidas o potencial de alívio das situações mais graves de pobreza é maior que nas áreas menos desenvolvidas, considerando o mesmo valor percentual (relativo) de crescimento da renda média.

O outro fator ao qual a pobreza se mostra sensível quando analisada através da abordagem monetária é a redistribuição de renda. Os resultados a cerca da elasticidade dos indicadores de pobreza em relação à redistribuição estão apresentados na TABELA 18.

TABELA 18: Elasticidade dos Índices da Classe FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) em Relação ao Índice de Gini para as Regiões Nordeste e Sudeste (1995/2004)

	1995			2004		
	Estimativa p/ $\alpha=0$	Estimativa p/ $\alpha=1$	Estimativa p/ $\alpha=2$	Estimativa p/ $\alpha=0$	Estimativa p/ $\alpha=1$	Estimativa p/ $\alpha=2$
Área Metropolitana e Urbana de Salvador	1,0828	3,6763	6,1564	0,7460	2,9013	4,8692
Área Metropolitana e Urbana de Fortaleza	1,3322	4,1778	6,6755	1,2275	3,9373	6,1945
Área Metropolitana e Urbana de Pernambuco	0,6076	2,4988	4,3401	0,4868	2,4596	4,3382
Área Não-Metropolitana e Urbana da Região Nordeste	0,8388	3,0202	5,0480	0,7169	3,0096	5,0367
Zona Rural da Região Nordeste	0,3604	2,0515	3,6022	0,4238	2,1232	3,6546
Área Metropolitana e Urbana de Minas Gerais	3,2264	7,1871	10,2269	1,9203	4,3481	6,8458
Área Não-Metropolitana e urbana de Minas Gerais e Espírito Santo	3,1693	7,4796	10,6057	3,0464	5,1071	8,0022
Zona Rural de Minas Gerais e Espírito Santo	2,7924	4,9296	7,6139	4,8986	8,3944	9,8465
Área Metropolitana e Urbana do Rio de Janeiro	2,8134	5,8846	9,1342	1,9685	5,0366	7,7346
Área Não-Metropolitana e Urbana do Rio de Janeiro	2,9640	6,8186	9,7500	3,3873	7,1859	9,5832
Zona Rural do Rio de Janeiro	1,4799	3,9524	6,1869	2,9551	7,2587	9,4393
Área Metropolitana e urbana de São Paulo	2,6989	5,5809	8,3020	1,2290	3,7195	5,8978
Área Não-Metropolitana e urbana São Paulo	4,1453	7,3995	10,2316	3,3123	6,8962	9,6124
Zona Rural de São Paulo	3,2891	6,0484	8,4954	2,6206	5,3845	7,2364

Fonte: PNADs 1995 e 2004
Org: QUEIROZ, Sabrina.

A TABELA 18 mostra como variam os índices FGT (FGT0, FGT1 e FGT2) quando a distribuição de renda se altera mantido o mesmo valor da renda média desta distribuição, ou seja, os resultados ilustram qual a elasticidade da pobreza em relação à desigualdade de renda. Os valores são positivos visto que um aumento na desigualdade de renda (ou no índice de Gini) atua no mesmo sentido, acarretando aumento da pobreza.

De acordo com os dados, a região Sudeste, mostrou-se mais sensível às variações na desigualdade de renda do que o Nordeste, apesar de que nas áreas metropolitanas de Salvador e de Fortaleza a elasticidade da proporção de pobres em relação à desigualdade de renda foi maior que 1.

A proporção de pobres ($\alpha=0$) das áreas urbanas metropolitanas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e das áreas não-metropolitanas urbanas de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo apresentou-se bastante elástica em relação às variações na desigualdade de renda. A maior elasticidade em 1995 foi observada na área não metropolitana urbana de São Paulo, na qual a redução de 1% na desigualdade de renda era capaz de reduzir em até 4,14% a proporção de pobres. É possível que esses valores maiores da elasticidade em relação às variações na distribuição de renda do que em relação ao crescimento sejam devido ao alto índice de concentração de renda que é verificado nessas áreas mais desenvolvidas. Isso indica que políticas de combate a pobreza que tenham foco na redução da desigualdade de renda são mais eficientes nessas áreas e, portanto deveriam ser privilegiadas.

Em 2004, diminuiu a elasticidade de FGT0 em relação ao índice de Gini nas áreas metropolitana e não-metropolitanas do Nordeste, e aumentou na zona rural dessa região que em 1995 apresentou sensibilidade de apenas 0,36% em relação ao índice de Gini, sendo que em 2004 esse indicador subiu para 0,42%. Este é um valor que ainda é muito baixo se comparado aos do Sudeste. Essa baixa sensibilidade da pobreza em relação à concentração de renda nas áreas rurais nordestinas pode ter como explicação o fato de que nesta região a pobreza é típica de sociedades tradicionais à margem do crescimento urbano-industrial.

A sensibilidade do índice FGT0 às variações da desigualdade de renda também diminuiu em todas as áreas metropolitanas do Sudeste e nas áreas não-metropolitanas de Minas Gerais, Espírito Santo e de São Paulo. Na área não metropolitana e urbana do Rio de

Janeiro e na zona rural dos três estados essa elasticidade aumentou. Mais uma vez evidencia-se que as zonas rurais podem ser consideradas estratégicas para implementação de políticas de combate à pobreza, já que se apresentaram bastantes sensíveis tanto em relação às variações na renda como à desigualdade de renda.

Considerando a intensidade da pobreza, observa-se que sua sensibilidade em relação a variações na desigualdade de renda é bem maior tanto no Nordeste quanto no Sudeste se comparada com a sensibilidade em relação ao crescimento da renda. Em todas as áreas do Nordeste a elasticidade foi maior do que 2% em 1995, e no Sudeste variaram entre 3% e 7%. Em 2004 essa intensidade da pobreza (assim como a proporção de pobres) reduziu sua sensibilidade em relação ao índice de Gini em todas as áreas do Nordeste com exceção da zona rural. No Sudeste, essa sensibilidade também se reduziu em todas as áreas exceto na área não metropolitana do Rio de Janeiro e nas zonas rurais de todos os estados com exceção de São Paulo, o que evidencia mais uma vez que as zonas rurais são estratégicas para implementação de políticas anti-pobreza.

Após analisar a sensibilidade da pobreza em relação aos componentes crescimento e redistribuição de renda resta avaliar como realmente esses fatores contribuíram para as variações na pobreza no período entre 1995 e 2004. A TABELA 19 mostra a decomposição da proporção de pobres em cada um desses fatores.

TABELA 19: Decomposição da Pobreza entre Componentes de Crescimento e Redistribuição de Renda p/ Alfa = 0 (1995-2004)

Decomposição da Pobreza entre componentes de Crescimento e Redistribuição (1995-2004) p/ alfa =1						
	Estimativa p/1995	Estimativa p/2004	Diferença entre os Índices	Contribuição do Crescimento	Contribuição da Redistribuição	Resíduo
Área Metropolitana e Urbana de Salvador	34,6156	46,4717	11,8561	17,1956	-2,8910	-2,4485
Área Metropolitana e Urbana de Fortaleza	30,0296	30,3178	0,2882	0,4757	-0,1918	0,0042
Área Metropolitana e Urbana de Pernambuco	57,2381	63,1810	5,9429	-3,4504	9,3504	0,0428
Área Não-Metropolitana e Urbana da Região Nordeste	28,1132	27,6817	-0,4315	0,8030	-1,1640	-0,0704
Zona Rural da Região Nordeste	18,5945	16,0623	-2,5322	0,5955	-3,0856	-0,0421
Área Metropolitana e Urbana de Minas Gerais	20,2463	25,1540	4,9076	10,3379	-2,8750	-2,5552
Área Não-Metropolitana e urbana de Minas Gerais e Espírito Santo	12,5325	11,5450	-0,9875	4,1445	-3,7006	-1,4314
Zona Rural de Minas Gerais e Espírito Santo	9,1828	3,8029	-5,3798	-2,9606	-2,7309	0,3117
Área Metropolitana e Urbana do Rio de Janeiro	25,0106	30,5561	5,5455	6,3422	-0,0530	-0,7437
Área Não-Metropolitana e Urbana do Rio de Janeiro	11,3538	10,1197	-1,2341	-0,2681	-0,9888	0,0229
Zona Rural do Rio de Janeiro	12,1815	6,7428	-5,4387	-4,3323	-0,7993	-0,3071
Área Metropolitana e urbana de São Paulo	30,9585	45,6360	14,6775	12,6528	2,2777	-0,2529

Fonte: PNADs 1995 e 2004
Org: QUEIROZ, Sabrina.

A coluna que retrata a “diferença entre os índices” apresenta valores positivos para as áreas onde a proporção de pessoas pobres aumentou e valores negativos nos casos em que essa proporção se reduziu. Os valores contidos na coluna “contribuição do crescimento” indicam o quanto da alteração na proporção de pobres foi devido a impactos do crescimento da renda. Os valores são negativos para os casos em que a contribuição foi benéfica no sentido de reduzir a pobreza, e positivos nos casos em que foi prejudicial. A “contribuição da redistribuição” é expressa na coluna seguinte, seguindo o mesmo princípio que a contribuição do crescimento. O resíduo explica a parcela de variação na proporção de pobres que não foi decorrente nem do crescimento e nem da redistribuição de renda e que deve ser explicada por outro fator.

De acordo com os resultados obtidos na análise pode-se notar que a proporção de pobres aumentou (diferenças entre os índices positiva) na área metropolitana e urbana de Salvador (aumento bastante expressivo). Esse aumento na pobreza deveu-se a um efeito prejudicial do crescimento da renda, ao qual o efeito benéfico da redistribuição não conseguiu compensar.

Nas áreas não-metropolitanas urbanas e na zona rural do Nordeste (respectivamente com redução na proporção de pobres de 2,55% e 4,92%) houve declínio da proporção de pobres. Nestas o responsável pela redução da pobreza foi a redistribuição de renda.

Na região Sudeste a proporção de pobres aumentou na área metropolitana e urbana de Minas Gerais (2%), na área metropolitana e urbana do Rio de Janeiro (4,86%) e nas áreas urbanas metropolitanas (12,25%) e não-metropolitanas (3%) de São Paulo. Esse aumento na proporção de pobres, na área metropolitana de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, deveu-se a um impacto expressivo do crescimento da renda que atuou de forma prejudicial. A pequena contribuição benéfica da redistribuição para a redução da pobreza foi incapaz de sobrepor-se a esse efeito permissivo do crescimento.

Na área metropolitana e urbana de São Paulo o aumento na proporção de pobres foi bastante expressivo. Não houve, entre 1995 e 2004, efeitos benéficos decorrentes do crescimento e nem da redistribuição de renda. Na área não-metropolitana urbana, contudo, o aumento da proporção de pobres foi bem menor. Houve um pequeno efeito da redistribuição, favorável à redução da pobreza, porém, insuficiente para se contrapor ao efeito contrário do crescimento.

Nas outras áreas do sudeste foi constatada queda na proporção de pobres. Na zona rural de MG e do ES ocorreu uma queda de 15,78% no índice FGT0. Essa redução deveu-se a impactos benéficos do crescimento (em maior parte) e também da redistribuição de renda. Na zona rural do Rio de Janeiro os impactos do crescimento impulsionaram a redução da pobreza, e em menor medida a redistribuição também influenciou. Nas áreas não-metropolitanas e urbanas de MG, ES e RJ a redução no FGT0 deveu-se em maior parte a efeitos do crescimento e em menor porção aos efeitos da redistribuição.

Na zona rural do Rio de Janeiro verificou-se uma queda na proporção de pobres de 11,04%. Essa redução deveu-se quase somente ao impacto do crescimento, que atuou no sentido de beneficiar a redução da proporção de pobres (11,6%), enquanto que a contribuição da redistribuição de renda foi pouco relevante (0,144%) restando um resíduo de 0,71%.

Comparando os resultados da TABELA 19 aos resultados das TABELAS 17 e 18, podemos fazer algumas considerações. As metrópoles de Salvador e Fortaleza se mostraram mais sensíveis às variações na distribuição de renda e foi justamente esse componente que contribuiu de forma a impedir um aumento maior na proporção de pobres para essas regiões.

Da mesma forma, a redução na proporção de pobres das zonas rurais de MG, ES e RJ deveu-se em sua maior parte ao efeito redistributivo, o que está de acordo com o que foi verificado nas TABELAS 17 e 18. De acordo com os dados para as elasticidades a zona rural destes estados estava mais sensível em relação às variações na distribuição de renda do que em relação ao crescimento. Além disso, essa elasticidade em relação à distribuição de renda aumentou proporcionalmente mais do que a elasticidade de crescimento para essas áreas em 2004.

Contudo, na região metropolitana e urbana do RJ e na região não metropolitana urbana e zona rural de SP foi o componente de crescimento da renda o responsável por amenizar o aumento da proporção de pobres. Nestes casos, apesar de a pobreza se mostrar mais sensível em relação às alterações na distribuição de renda, essa sensibilidade se reduziu entre 1995 e 2004 em proporção maior que a redução da elasticidade em relação ao crescimento, de forma que esta última (elasticidade em relação ao crescimento) atuou favoravelmente na redução da pobreza.

Nos casos como área metropolitana e urbana de MG o crescimento não conseguiu reduzir a pobreza e a redistribuição contribui para seu aumento. Já nas áreas não-metropolitanas e urbanas e zona rural de MG, ES e do RJ a redistribuição conseguiu reduzir a proporção de pobres. As elasticidades se comportaram de maneiras distintas para cada uma destas áreas. Nas áreas não-metropolitanas e urbanas de MG, ES e RJ a elasticidade em relação ao crescimento aumentou entre os anos considerados e a elasticidade em relação à distribuição diminuiu apesar de ainda continua maior. E por último, na área não metropolitana e urbana do RJ a sensibilidade da pobreza em relação à redistribuição aumentou (2,96% em 1995 e 3,38% em 2004) mais que a elasticidade em relação ao crescimento (1,31% em 1995 e 1,39% em 2004) no período. Nas zonas rurais destes três estados a redistribuição e crescimento foram juntamente importantes para reduzir a proporção de pobre.

Na TABELA 19 analisou-se a contribuição do crescimento e da redistribuição de renda para reduzir a proporção de pobres. Na TABELA 20 a análise será feita considerando-se não a proporção, mas sim, a intensidade da pobreza.

TABELA 20: Decomposição da Pobreza entre Componentes de Crescimento e Redistribuição de Renda p/ Alfa =1 (1995-2004)

	Estimativa p/1995	Estimativa p/2004	Diferença entre os Índices	Contribuição do Crescimento	Contribuição da Redistribuição	Resíduo
Área Metropolitana e Urbana de Salvador	0,3461	0,4647	0,1185	0,1719	-0,0289	-0,0225
Área Metropolitana e Urbana de Fortaleza	0,3003	0,3031	0,0028	0,0047	-0,0019	0,0000
Área Metropolitana e Urbana de Pernambuco	0,5423	0,6318	0,0595	-0,0345	0,0935	0,0004
Área Não-Metropolitana e Urbana da Região Nordeste	0,2811	0,2768	-0,0043	0,0080	-0,0116	-0,0007
Zona Rural da Região Nordeste	0,1859	0,1606	-0,0253	0,0059	-0,0308	-0,0004
Área Metropolitana e Urbana de Minas Gerais	0,2024	0,2515	0,0490	0,1033	-0,0287	-0,0255
Área Não-Metropolitana e urbana de Minas Gerais e Espírito Santo	0,1253	0,1154	-0,0098	0,0414	-0,0370	-0,0143
Zona Rural de Minas Gerais e Espírito Santo	0,0918	0,0380	-0,5917	-0,0296	-0,0273	0,0031
Área Metropolitana e Urbana do Rio de Janeiro	0,2501	0,3055	0,0555	0,0634	-0,0005	-0,0074
Área Não-Metropolitana e Urbana do Rio de Janeiro	0,1135	0,1011	-0,0123	-0,0026	-0,0099	0,0002
Zona Rural do Rio de Janeiro	0,1218	0,0674	-0,0543	-0,0433	-0,0080	-0,0300
Área Metropolitana e urbana de São Paulo	0,3095	0,4563	0,1468	0,1265	0,0228	-0,0025
Área Não-Metropolitana e urbana São Paulo	0,1209	0,1251	0,0041	0,0165	-0,0126	0,0000
Zona Rural de São Paulo	0,0758	0,0856	0,0098	0,0045	0,0064	-0,0010

Fonte: PNADs 1995 e 2004

Org: QUEIROZ, Sabrina.

Quando se comparam as TABELAS 17 e 18 percebe-se que a intensidade da pobreza é mais sensível em relação às alterações na desigualdade de renda do que às

variações no crescimento desta, tanto em 1995 como em 2004, para todas as áreas do Sudeste e do Nordeste. Realmente foi esse componente (redistribuição) que contribuiu em praticamente todas as áreas do Nordeste e do Sudeste para a redução da intensidade da pobreza ou impediu que esta aumentasse ainda mais.

Nas três metrópoles do Nordeste e nas três do Sudeste a intensidade da pobreza aumentou. Em Salvador, Fortaleza, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo esse aumento no índice FGT1 deveu-se ao efeito nocivo do crescimento que se mostrou bastante marcante sendo que o efeito benéfico da redistribuição não conseguiu impedir o aumento em FGT1. Em Pernambuco o componente “contribuição de crescimento” atuou no sentido de reduzir a intensidade da pobreza. Além disso, tanto nas áreas não-metropolitanas e na zona rural de São Paulo o aumento da intensidade da pobreza deveu-se ao impacto nocivo do crescimento. A redistribuição teve uma pequena participação na área não metropolitana e urbana desse estado impedindo que esse índice de pobreza aumentasse ainda mais.

Nas demais áreas a redistribuição, apesar de não ter sido o principal contribuinte para a redução na intensidade da pobreza atuou de forma benéfica em todas elas. As principais contribuições para redução do FGT1 foram às áreas não-metropolitanas e urbanas e zonas rurais do Nordeste, de Minas Gerais, Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

Enfim, quando se analisam as elasticidades da intensidade da pobreza em relação ao crescimento e à redistribuição, conclui-se que o resultado foi condizente, uma vez que a intensidade da pobreza se mostrou bem mais sensível em relação à redistribuição que em relação ao crescimento tanto no Nordeste como no Sudeste. Apesar de que a elasticidade em relação à redistribuição diminuiu para todas essas áreas entre 1995 e 2004, apenas em Pernambuco a redistribuição atuou contra a redução da intensidade da pobreza.

Dessa forma, pode-se dizer que pelo fato de existir maior concentração de renda nas áreas mais centrais (metrópoles) a contribuição da desigualdade de renda não conseguiu alcançar um nível que possibilitasse a redução na intensidade da pobreza. Já nas áreas rurais pode-se afirmar que essa contribuição foi mais eficiente e, portanto, que políticas de redução na desigualdade de renda devem ser estimuladas.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento desta dissertação teve como objetivo traçar um perfil da pobreza no Brasil, através do desenvolvimento de uma exaustiva análise empírica da estrutura da pobreza e também tentar explicar as causas das variações na pobreza para o Sudeste e Nordeste a partir da análise dos componentes de redistribuição e crescimento da renda.

Já foi dito que a pobreza não pode ser definida de forma única e universal, para tanto, foi preciso escolher um critério de análise. Optou-se pelo método que se refere à pobreza como insuficiência de renda (abordagem monetária) e requer inicialmente a construção de uma medida das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade, a linha de pobreza.

Foi possível concluir a partir dos estudos que aumentou a pobreza nas áreas metropolitanas. Além disso, quando se analisa a condição das nove metrópoles brasileiras, além de Brasília percebe-se que na metrópole paulista a proporção de pobres aumentou expressivamente se comparada às outras entre 1995 e 2004. Esse comportamento afetou desfavoravelmente o resultado para o conjunto de metrópoles. Além disso, verifica-se um movimento de convergência de renda entre as áreas rurais e urbanas, decorrente da redução da pobreza nas áreas rurais e aumento nas áreas urbanas. Essa melhora da situação nas áreas rurais pode ser explicada pela redução aparente do número de pobres ligados às atividades agrícolas, substituídas por atividades não-agrícolas que são mais bem remuneradas que as tradicionais.

Além disso, o setor primário resistiu mais às crises dos anos 90. As áreas rurais receberam maior atenção por parte de políticas públicas sociais que tiveram maior influência nestes lugares uma vez que aí a pobreza é relativamente maior que na zona urbana, na qual o setor industrial foi bastante prejudicado pela abertura da economia. Por último é importante considerar a contribuição na zona rural do aumento das transferências governamentais (aposentadorias e/ou pensões previdenciárias).

Quando se analisam as cinco regiões brasileiras sem considerar grupos demográficos ou geográficos observa-se redução da pobreza para todas com exceção do Sudeste. O Nordeste, contudo, continua a região para o qual os indicadores de pobreza apresentaram piores resultados.

Em relação aos estados de cada uma destas regiões, foram obtidos resultados favoráveis no que se refere à redução da pobreza entre 1995 e 2004. Na região Norte os resultados não permitiram comparações no período analisado, pois a zona rural desta região ficou fora da pesquisa em 1995. Já para a região Nordeste em quase todos os estados a proporção de pobres se reduziu, com exceção de Pernambuco e Alagoas, os quais apresentaram um pequeno aumento. A intensidade da pobreza aumentou em Pernambuco (3,1%) e em Alagoas (3,63%). De forma geral, pode-se dizer que os resultados foram bons para os estados do Nordeste.

Em relação aos estados do Sudeste, no Rio de Janeiro a proporção de pobres teve um pequeno aumento (1,7%). Em São Paulo o aumento na pobreza foi bastante expressivo. Esse aumento da pobreza no Rio de Janeiro e em São Paulo ocorreu principalmente nas suas áreas metropolitanas e prejudicou o resultado da região como um todo nesse período. Ao analisar apenas a região Centro-Oeste verificou-se que apenas no Distrito Federal a pobreza aumentou.

Ao contrário o comportamento dos estados da região Sul foi bem uniforme. Os indicadores de pobreza reduziram-se em todos os estados. No Rio Grande do Sul a redução na pobreza foi menor.

Ao dividir a população por faixa-etária, observou-se aumento da pobreza entre a população mais jovem (até 40 anos) entre 1995 e 2004. Entre a população mais velha, principalmente acima de 60 anos, pobreza declinou bastante, devido à socialização da renda derivada de aposentadorias e de pensões. Quanto à evolução da pobreza por tipo de família, pode-se concluir que piorou a situação da categoria em que as mulheres são as pessoas de referência. Aumentou o número desse tipo de família e seu risco de pobreza.

Desde que examinada exclusivamente pela dimensão da insuficiência de renda os dois determinantes aos quais a pobreza se mostra sensível, são a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existentes. Os resultados obtidos em relação às estimativas dos fatores que atuaram na variação da pobreza nas regiões Nordeste e Sudeste mostraram que a pobreza no Sudeste apresentou maior sensibilidade em relação às variações na renda e na distribuição de renda do que o Nordeste para os dois anos analisados.

Nas áreas metropolitanas do Sudeste e do Nordeste o fator responsável por amenizar o aumento da proporção de pobres foi a redistribuição de renda, mas esse efeito foi insuficiente para compensar a não contribuição do crescimento. Já quando se refere às áreas rurais percebe-se que a contribuição da redistribuição de renda foi mais eficiente, no sentido de reduzir a pobreza. Como já observado, as zonas rurais aparecem como áreas estratégicas e prioritárias para políticas de redução da pobreza, pois estas áreas se apresentaram bastantes sensíveis tanto em relação à redistribuição como em relação ao crescimento da renda *per capita*.

É preciso ressaltar que o escopo deste trabalho foi constituir um perfil da pobreza no país, não estando, portanto, entre seus objetivos avaliar as políticas públicas que visam reduzir a pobreza. Contudo, é fundamental perceber que por identificar e tentar fornecer uma forma clara à pobreza tal trabalho se apresenta como recurso fundamental para a concepção destas políticas. Desta forma, avaliar possíveis medidas públicas e fatores econômicos que atuam no sentido de amenizar e combater a pobreza se mostra essencial, assim como sugerir medidas viáveis para tal problema.

Nesse sentido é importante observar que as análises sobre a evolução da pobreza demonstraram que ela se reduziu no Brasil ao longo do tempo. As políticas de transferência de renda implementadas nos últimos anos são possíveis responsáveis pelas modificações no perfil da pobreza. Contudo, parece que tais políticas ainda têm alcance limitado, talvez pelo pequeno volume dos recursos transferidos para cada família.

É possível que uma política capaz de redistribuir melhor os gastos públicos em aposentadorias e pensões somadas a políticas de geração de emprego para os jovens que estão entrando no mercado de trabalho pudesse contribuir muito mais para a redução da desigualdade de renda e daí para a redução da pobreza no país do que as políticas compensatórias implementadas atualmente. Além disso, as políticas implementadas hoje parecem ser tópicas, isoladas enquanto que deveriam pertencer a um conjunto elaborado de medidas contendo políticas emergenciais, mas também que objetivassem resultados de longo prazo permitindo mudanças estruturais no perfil da pobreza do país.

Para as áreas metropolitanas que apresentaram um resultado ruim em termos de indicadores de pobreza, onde existe um processo de complexidade produtiva crescente e elevada desigualdade de renda, por exemplo, as melhores opções talvez fossem aquelas

voltadas para a redução da pobreza absoluta. Tais medidas de redução da pobreza poderiam ser por meio da melhoria da renda através da inserção dos pobres no mercado de trabalho, oferecendo cursos profissionalizantes ou políticas de cunho social dando suporte à população pobre, buscando melhorar sua condição de vida no presente e reduzindo a incidência da pobreza no futuro.

Enfim, são inúmeras as alternativas para a erradicação da pobreza. O problema maior está na forma de implementação dessas políticas, que deve ser bastante criteriosa e muito bem focalizada. As políticas também devem ser adequadas e adaptadas às características de cada região e ao modo de vida de cada sociedade, para que sejam efetivas naquilo que elas se propuseram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. P., CARVALHO, M., FRANCO, S. **Pobreza Multidimensional no Brasil**. IPEA. Texto para Discussão N°. 1227. Rio de Janeiro, 2006.

BARROS, R. P., HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. S. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil**. IPEA. Texto para Discussão N° 800. Rio de Janeiro, 2001.

BARROS, R. P., MENDONÇA, R. S. Evolução recente da pobreza e da desigualdade: Marcos preliminares para a política social no Brasil. In: **Pobreza e Política Social**. Cadernos Adenauer N°1. Fundação Konrad Adenauer. São Paulo, 2000, p. 11-31.

BRUSCHINI, M. C. A. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, Abr. 2007. Disponível em: www.fcc.org.br.

CARNEIRO, C. B. L. **Programas de proteção social e superação da pobreza concepções e estratégias de intervenção**. Dissertação de Mestrado defendida na UFMG, Belo Horizonte, Dez. 2005.

COMIN, F. ET ALL. **Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional**. Projeto de pesquisa para a UFRS/RS. Nov. 2006. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br>.

COMIN, F., BAGOLIN, I. P. Aspectos Qualitativos da Pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, Vol. 23, 2002. Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br>

CRESPO, A.P., GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, Vol.1, N°. 2, jul-dez/2002. Disponível em <http://www.rae.com.br>.

DATT, G. **Computational tools for poverty measurement and analysis**. FCND Discussion Paper, N°. 50. Washington: International Food Policy Research Institute, 1998.

DEL GROSSI, M. E., GRAZIANO, DA SILVA J., TAKAGI, M. Evolução **da Pobreza no Brasil, 1995/99**. Texto para Discussão IE/UNICAMP N°. 104, Nov. 2001. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br>.

DUCLOS, J., ARAAR, A., FORTIN C. DAD: Distributive analysis/Analyse Distributive, **User's Manual**. Université Laval, 2002.

DUCLOS, D., ARAAR, A. **Poverty and a Equity: Measurement, policy and estimation with DAD**, 2006. Disponível em <<http://www.idrc.ca>>.

FERREIRA, F. H. G., LEITE, P.G., LITCHFIELD J.A. **The Rise and Fall of Brazilian Inequality: 1981-2004**. World Bank Policy Research, Working Paper N°. 3867, March. 2006.

FOSTER, J.E., GREER, J., THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. **Econometrica** v.5, N°. 3, p.761-766, May. 1984.

GUIMARÃES, W.P. **Variação de Renda Familiar, Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Tese de Doutorado Defendida na UFV, Viçosa, Ago.2007.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil, in: Henriques, R.(Org.), **Desigualdade e pobreza no Brasil**, IPEA, p. 81-107. Rio de Janeiro, 2000.

HOFFMANN, R. **Transferências de renda e redução da desigualdade e da pobreza no Brasil**. Brasília: CGEE/IPEA/IBGE, 2006.

HOFFMANN, R., KAGEYAMA, A. **A trajetória da pobreza no Brasil – 1992-2004** Instituto de Economia: Campinas-SP, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores Sociais: Relatório 1979**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, Microdados, 1995 e 2004.

JANUZZI, P. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. 2.ed. Campinas: Alínea, 2001.

JENKINS, S.P. **POVDECO: Estimation and interpretation of measures of inequality, poverty, and social welfare using Stata**. Institute for Social and Economic Research University of Essex, Colchester CO4 3SQ, U.K, 2006.

LADERCHI, R., SAITH, R., STEWART, F. **Everyone agrees we need poverty reduction, but not what this means: does this matter?** Paper for WIDER Conference on Inequality, Poverty and Human Well-being, Helsinki, 2003.

LIPTON, M., RAVALLION, M. “Poverty and Policy”. In: Behrman, J. and Srinivasan, T. N. (eds), **Handbook of Development Economics**, Volume III, pp. 2551-2657, 1995. Disponível em <<http://www-wds.worldbank.org>>.

LOPES, H., MACEDO, P., MACHADO, A.F. **Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro.** Texto para Discussão N°. 223, Out. 2003. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>.

LOPES, H., MACEDO, P., MACHADO, A.F. **Análise de pobreza com Indicadores multidimensionais: Uma aplicação para o Brasil e Minas Gerais.** Dissertação de mestrado defendida na UFMG/CEDEPLAR, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>.

MACHADO, K. M. Pobreza como insuficiência de renda: vantagens e limitações de sua utilização. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador-BA, N°.155, p.30-35, Abr./Jun. 2007. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>.

MEDEIROS, C. A. de. Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil, **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.24, N°.2, 2003.

MELO, H. P. de; Gênero e pobreza; in: **Relatório final do projeto governabilidade democrática de gênero em América Latina y el Caribe.** Texto para Discussão. Cepal-SPM, Brasília, DF, 2005.

NEDER, H.D., SILVA, J.L. Pobreza e distribuição de renda em áreas rurais: uma abordagem de inferência. **Revista de Economia e Sociologia Rural – RER.** Vol. 42, N°. 03, p. 469-486, Jul/Set 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br>>.

PRATES, F. M. **Desigualdade de renda e pobreza em Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado defendida na UFMG/CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1996. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO- PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano,** 1997. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>

RAMOS, L.; FERREIRA, V. Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no período 1991-2005. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 471-488.

ROCHA, L. E., BASTOS, P., SANTOS, G. **Evolução da distribuição da renda e da pobreza das famílias ocupadas e residentes no meio rural do estado de Minas Gerais, de 1981 a 2003.** CEDEPLAR, 2006. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>.

ROCHA, S. **Linhas de pobreza para as regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80**. Anais da ANPEC, Vol. 4. Belo Horizonte, 1988.

ROCHA, S. **Poverty lines for Brazil — new estimates from recent empirical evidences**. Background paper para o World Bank, 1993.

ROCHA, S. A estrutura de consumo das famílias metropolitanas em São Paulo e Recife: evidências e implicações. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, Vol. 25, n. 2, p. 297-322, Ago. 1995.

ROCHA, S. Poverty under inflation. In: OYEN, E. **Poverty – a global review**. Oslo: Scandinavian University Press, 1996.

ROCHA, S. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, Vol. 27, N°. 2, p. 313-352, Ago. 1997.

ROCHA, S. **Opções metodológicas para a estimação das linhas de indigência e de pobreza no Brasil**. Texto para Discussão N°. 720, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <www.ipea.gov.br>.

ROCHA, S. Medindo a pobreza no Brasil: evolução metodológica e requisitos de informação básica, in: Lisboa, M.B., Menezes-filho, N.A. (Org.), **Microeconomia e sociedade no Brasil**, Contra Capa, 51-78. Rio de Janeiro, 2001.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil. Afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: O que mudou nos últimos 30 anos. **Estudos e Pesquisas n°83**. IPEA-Rio de Janeiro, Set. 2004.

ROCHA, S. **Pobreza e Indigência no Brasil: Algumas evidências empíricas com base na Pnad 2004**. Nova Economia. Vol. 16. N°.2. Belo Horizonte May/Aug. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>

SABOIA, J. Desconcentração Industrial no Brasil nos Anos 90: Um Enfoque Regional. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 69-116, 2000.

SEN, A.K. **Poverty and Famines: a essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Clarendon, 1981.

SEN, A. K. Development: which way now? **The Economic Journal**, v. 93, p. 745-762, 1983.

- SEN, A.K. **Commodities and capabilities**. Amsterdam: North Holland, 1985.
- SEN, A., FOSTER, J.E. **On Economic Inequality**. Clarendon Paperbacks, 1997.
- SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. Ed.: Companhia das Letras. São Paulo, 2000.
- SEN, A.K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro:Record, 2001.
- SHWARTZMAN, SIMON. Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda. **IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade**; 13 Fev. 2006; Disponível em: www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br.
- STADUTO, J.A.R.; SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, C. J. C. Alteração da composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agricultura em São Paulo, SP**, v.51, n.2, p. 57-70, 2004.
- STATA. **Statistical software components**. StataCorp LP, 4905 Lakeway Drive, College Station, TX 77845 USA, 2005. Disponível em <www.stata.com>.
- TORRES, H. G., BICHIR, R.M., CARPIM, T. P. **Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda**. CEM/Cebrap, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br>>.

ANEXOS: LINHAS DE POBREZA 1995 E 2004

Anexo A1: Linhas de Pobreza (Valores em R\$ "per-capita" /por mês) setembro de 1995.

Regiões e Estratos	Linha de Pobreza
Norte	
Belém	92.5383
Urbano	72.2383
Rural	62.9701
Nordeste	
Fortaleza	72.1418
Recife	98.7180
Salvador	92.3719
Urbano	61.9121
Rural	37.3438
Minas Gerais e Espírito Santo	
Belo Horizonte	82.1103
Urbano	55.2027
Rural	32.6799
Rio de Janeiro	
Metrópole	99.2067
Urbano	61.7264
Rural	45.0596
São Paulo	
Metrópole	119.5451
Urbano	76.3893
Rural	48.0571
Sul	
Curitiba	106.5500
Porto Alegre	83.5118
Urbano	71.3682
Rural	48.1141
Centro-Oeste	
Brasília	113.8169
Goiânia	106.8830
Urbano	81.3807
Rural	46.7399

Fonte: ROCHA, 1997.
Org: QUEIROZ, Sabrina.

**Anexo A2: Linhas de Pobreza (Valores em R\$ "per-capita" /por mês)
setembro de 2004.**

Regiões e Estratos	Linha de Pobreza
Norte	
Belém	142,86
Urbano	124,53
Rural	62,47
Nordeste	
Fortaleza	140,35
Recife	199,81
Salvador	191,19
Urbano	122,62
Rural	73,96
Minas Gerais e Espírito Santo	
Belo Horizonte	175,24
Urbano	117,82
Rural	69,75
Rio de Janeiro	
Metrópole	209,78
Urbano	130,52
Rural	95,28
São Paulo	
Metrópole	250,79
Urbano	160,25
Rural	100,82
Sul	
Curitiba	168,54
Porto Alegre	132,28
Urbano	112,96
Rural	76,15
Centro-Oeste	
Brasília	240,15
Goiânia	222,86
Urbano	169,69
Rural	97,46

Fonte: ROCHA, 2006.
Org: QUEIROZ, Sabrina.